

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**POMPILIO LOCKS FILHO**

**DEMOCRACIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO EM  
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

**Porto Alegre  
2012**

**POMPILIO LOCKS FILHO**

**DEMOCRACIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO EM  
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciência Política

Orientador: Alfredo Alejandro Gugliano

**Porto Alegre  
2012**

## **AGRADECIMENTOS**

---

À CAPES pela bolsa de estudos que financiou a pesquisa.

Aos trabalhadores das associações e cooperativas de São Leopoldo que me integraram amigavelmente em suas redes e possibilitaram o aprofundamento de minhas inquietações advindas da academia.

Aos amigos Carlos, Bruno e Adelaide, que conheci durante o mestrado e cuja companhia tanto no campus quanto nos bares de Porto Alegre foi essencial para o desenvolvimento do trabalho.

Aos demais colegas de trabalho do grupo de Processos Participativos na Gestão Pública.

À minha companheira intelectual e sentimental de todas as horas, Máine Lopes, cuja presença foi fundamental para a escrita desse trabalho. Se as conquistas estão acontecendo, é porque as construímos juntos.

À minha família, especialmente aos meus pais, Pompilio Locks e Clara Luiza Locks, pelo permanente apoio e insistência na educação como forma de crescimento pessoal e profissional.

À amiga e professora Marília Veríssimo Veronese que proporcionou minha primeira oportunidade de participar de uma pesquisa científica no ano de 2009. Nunca esquecerei esse período que foi de grandioso aprendizado, marcando o início da minha caminhada pelo mundo acadêmico.

Ao amigo e professor Alfredo Alejandro Gugliano que, quando eu ainda não conhecia ninguém no PPGCP, me apoiou desde os primeiros contatos e demonstrou entusiasmo pela proposta, possibilitando que eu escrevesse com liberdade ao mesmo tempo em que estava sempre aberto para me direcionar nas encruzilhadas desse trabalho.

## RESUMO

---

Nesse trabalho realizamos uma pesquisa teórica e empírica com o intuito de aprofundar as possíveis relações sobre a democracia em ambientes de trabalho associativo, mais especificamente no âmbito da economia solidária. Através de uma pesquisa bibliográfica, buscamos investigar as raízes da defesa da democracia no local de trabalho. Verificamos uma diversidade de debates sobre o caráter anti-sistêmico do associativismo que ocorre desde o século XIX e que foram renovados com o surgimento da economia solidária. Enquanto para um segmento da literatura acadêmica os empreendimentos de economia solidária (EES) contrariam a empresa capitalista, o outro lado verifica a impossibilidade dos sócios promoverem a democracia em suas tomadas de decisões. Negando esse binarismo, procuramos identificar nas práticas de gestão dos EES as principais variáveis para que se estabeleçam formas de democracia fraca, média ou forte. Tal empreitada foi feita por meio de análises quantitativas, com os dados do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), e qualitativas, através de entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores de nove empreendimentos da cidade de São Leopoldo (RS). Do total dos EES pesquisados, encontramos cinco empreendimentos com práticas democráticas fracas, enquanto outros quatro desenvolvem práticas de democracia média e forte, o que nos leva a concluir que os EES praticam formas híbridas de democracia, com uma tendência fraca à representatividade. Também verificamos que as lideranças, o tempo, a eficiência econômica e o tamanho são as principais variáveis que influem na caracterização democrática de um empreendimento.

**Palavras-chave:** Democracia. Economia Solidária. Participação. Trabalho.

## ABSTRACT

---

In this work we realize a theoretical and empirical research in order to deepen the possible relations about the democracy in associative workplaces, more specifically on the scope of the solidary economy. By a literature research, we seek to investigate the roots of democracy in the workplace. We found a diversity of discussions about the disposition anti-systemic of associations that occurs since the nineteenth century and were renewed with the emergence of the Solidary Economy. While for a segment of academic literature the enterprise of solidary economy contradicts the capitalist enterprise, the other side verifies the impossibilities of associates to promote the democracy in their decisions. Against this binary, we seek to identify in the management practices of the EES the main variable for establishing forms of low, medium and strong democracy. This was made by quantitative analysis, with the data of the National Information System on the Solidary Economy, and qualitative, through semi-structured interview with workers of nine enterprises in São Leopoldo's city. Of the total surveyed ESS, we found five enterprises with weak democratic practices, while four other develop practices of democracy with medium and high levels, which lead us to conclude that the EES has hybrid forms of democracy, with a tendency to the representativeness. We also found that the leaderships, the time, the economic efficiency and the size are the main variables that influence in the democratic characterization of an enterprise.

**Key Words:** Democracy. Solidary Economy. Participation. Work.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

---

AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores

AIC - Aliança Cooperativista Internacional

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FSM – Fórum Social Mundial

LON - L'Ordine Nuovo

MST - Movimento dos Sem Terra

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

PAS - Programa Auxílio Solidário

RBSES - Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária

SACIS - Secretaria Municipal de Assistência, Cidadania e Inclusão Social

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio Dos Sinos

USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A DEMOCRACIA NO LOCAL DE TRABALHO.....</b>	<b>18</b>
1.1 As limitações da democracia liberal e a necessidade da ampliação do debate.....	19
1.2. Uma gênese das diferentes abordagens: Owen, Fourier, Saint-Simon, Proudhon e Marx. .....	23
1.3. Os conselhos operários do século xx: Antonio Gramsci e Anton Pannekoek.....	32
1.4. O ressurgimento através dos teóricos autogestionários.....	35
1.5. Duas visões no final do século xx: Carole Pateman e Robert Dahl .....	38
1.6 A teoria democrática no local de trabalho: um debate ainda por começar.....	43
<b>CAPÍTULO 2 - A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PRÁTICA SOCIAL E PROJETO TEÓRICO .....</b>	<b>47</b>
2.1. A economia solidária e sua institucionalização.....	48
2.2. O conceito de economia solidária.....	56
2.2.1. As diferentes abordagens sobre a economia solidária. ....	59
2.3. A especificidade da dimensão política da economia solidária .....	65
<b>CAPÍTULO 3 - DEMOCRACIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA .....</b>	<b>69</b>
3.1. Fundamentos teórico-metodológicos.....	70
3.2. O dilema da participação e da representação: primeira variável .....	77
3.3. A autonomia das decisões dos trabalhadores: segunda variável .....	81
3.4. Comunicação contínua e democrática: terceira variável. ....	84
3.5. Interesses em comum: quarta variável.....	87
3.6. Centralidade e razoabilidade do conflito: quinta variável .....	90
3.7. Transformação dos valores no processo público: sexta variável.....	94
3.8. Classificação geral dos empreendimentos.....	99
3.9. Explorando outras variáveis: lideranças, tamanho, eficiência econômica e tempo.....	104
3.9.1. As lideranças na economia solidária.....	105
3.9.2. Tamanho e o formato institucional .....	111
3.9.3. Eficiência econômica .....	115
3.9.4. Influência do tempo de constituição .....	118
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>132</b>
<b>APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista.....</b>	<b>140</b>

## INTRODUÇÃO

---

Nos últimos anos uma gama de estudos com conteúdo e formas diversas surgiu no cenário acadêmico nacional na tentativa de compreender as especificidades dos fenômenos sociais advindos da sociedade civil<sup>1</sup>. Frutos de uma nova e complexa relação entre o Estado, a sociedade civil e o mercado, essas práticas, inovadoras em certo sentido, formaram uma extensa e densa base democrática em nosso país que desafia o entendimento dos pesquisadores sobre suas origens e conseqüências para a formatação de nossa sociedade. De uma diversidade de atores coletivos e instituições, começam a atrair os interesses dos estudiosos especialmente as ONG's, os movimentos sociais, os grupos informais, as associações e as cooperativas, bem como as próprias ampliações institucionais para a participação a partir do Estado.

Por este viés, esse trabalho se insere nas pesquisas relativas ao associativismo<sup>2</sup> que buscam justamente compreender as práticas de grupos informais, associações e cooperativas. Especificamente, investigaremos um fenômeno social que atualmente é denominado como economia solidária e que, de um modo geral, é vislumbrado dentro de uma tradição associativa e cooperativa contra-hegemônica, que existe desde os primórdios do desenvolvimento capitalista, no início do século XIX. Contudo, como conceito propriamente dito, o termo foi cunhado somente na década de 1990 representando no plano lingüístico a multiplicação de práticas sócio-econômicas associativas e cooperativas que cresceram em quantidade desde o início de 1980 no Brasil.

Tão ampla disseminação associativa animou o debate acadêmico de modo que intelectuais e ativistas encontraram o vetor inovador desses empreendimentos em seu funcionamento interno, oposto à tradicional empresa capitalista, hierarquizada verticalmente. Ao mesmo tempo em que invertem a lógica da apropriação privada do lucro e da propriedade, surgem como alternativas de produção factíveis e plausíveis que operam em uma economia de

---

<sup>1</sup> “A sociedade civil é aqui considerada como o berço do associativismo civil, do voluntariado e dos movimentos defensivos e propositivos oriundos do tecido social e comunitário” (SCHERER-WARREN, 1998). Ainda segundo a autora, uma das possibilidades de compreensão da realidade pode ser feita a partir da tríade - Estado, Mercado e Sociedade Civil.

<sup>2</sup> De forma sucinta, uma das leituras possíveis é que associações são agrupamentos voluntários de pessoas unidas por metas comuns, regras de funcionamento e elementos simbólicos que lhes dão identidade (CADENA-ROA e ESPINOSA, 2005).



mercado. Os princípios e estruturas não-capitalistas, segundo Gaiger (2004) emergem do caráter democrático da posse dos meios de produção, da coletivização dos lucros e, principalmente, das tomadas de decisão coletivas nesses empreendimentos, fator que concede um “âmago distinto a essas empresas”. Tendo isso em vista, desenvolvemos essa dissertação de mestrado em torno das práticas democráticas de tomadas de decisões nos empreendimentos econômicos solidários (EES).

Situamos o surgimento da economia solidária com o apogeu do modelo de desenvolvimento neoliberal durante a década de 1990 quando uma série de medidas que afastavam o Estado do jogo de forças econômicas amplamente divulgadas por instituições financeiras e políticas supranacionais começam a ser tomadas por parte dos países ocidentais. Em paralelo, com o colapso do socialismo soviético, ocorre a crise teórica de diversas correntes de esquerda enquanto ideologia que apresentou possibilidades para os problemas modernos de emancipação social. Nesse quadro, observamos, portanto, a democracia liberal e o capitalismo de livre mercado, a partir de então, como hegemônicos no mundo globalizado (SANTOS, 2002; LOSURDO, 2004). Mesmo sendo o Estado em si uma instituição dinâmica e complexa, podemos dizer que o retrato neoliberal está nítido nas políticas econômicas dos países ocidentais e que passos significativos foram dados na direção da incorporação do modelo econômico e político neoliberal nos últimos 20 anos.

Ao levarmos em conta os aspectos concretos do modelo neoliberal, deixando de lado a utopia da mão invisível, verificamos a impossibilidade em garantir as condições de equilíbrio da oferta e da demanda superestimada pelos teóricos liberais. Nesse sentido, a homogeneidade de produtos, a atonicidade das ofertas e das demandas, a transparência por parte dos agentes, bem como liberdade, mobilidade e informação perfeita de compradores e vendedores configuram-se em um receituário carregado de premissas irrealizáveis (LAVILLE; 2004).

Ao mesmo tempo, em seu ideário e em sua prática, o modelo neoliberal de desenvolvimento contribuiu significativamente para a separação radical da esfera econômica de regras morais estabelecidas socialmente. A proposição de que todo indivíduo sendo livre para maximizar seu interesse e seu bem-estar gera, voluntariamente, benefício para si próprio e, involuntariamente, para a sociedade de maneira geral, dá ênfase em uma separação radical entre o econômico, o social e o político. Uma vez que a atividade econômica por si só está orientada para o bem-estar da sociedade qualquer interferência social ou política no comércio desfaz a harmonia do livre mercado. Nesse caso, a interferência por parte do Estado ou de

outros agentes controladores causa desequilíbrios e, conseqüentemente, gera distorções na divisão das riquezas e dos serviços. Com isso, o campo do econômico gradativamente assume um caráter moral próprio e, ao invés da economia estar submetida às relações sociais, as relações sociais estão submetidas à economia e ao mercado.

Essas insuficiências do modelo neoliberal de pensar e fazer a economia afetou tanto os países desenvolvidos quanto os subdesenvolvidos, estes que, com carências socioeconômicas profundas, ainda encontram dificuldades para a construção de modelos de desenvolvimento que garantam justiça social e acessos aos recursos básicos para efetivação da cidadania. O resultado palpável da conjuntura de políticas públicas direcionadas para o fortalecimento do livre mercado foi o afastamento de uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros dos postos de trabalho formal, acentuando ainda mais o desemprego no país. Uma parte desses trabalhadores excluídos das oportunidades do mercado optou por lógicas laborais distintas da empresa moderna tradicional, inserindo-se, consecutivamente, em grupos informais, associações e cooperativas que serviram como receptoras dessa mão-de-obra excedente. Como conseqüência não esperada das políticas de abertura econômica, visualizamos a ampliação de uma diversidade de práticas de ação e proteção coletiva advindas da sociedade civil e que, muitas vezes, negam o caráter racional do auto-interesse econômico.

Assim, é importante frisarmos que partimos do pressuposto que o interesse dos indivíduos é mais amplo do que tão somente o interesse material direcionado a maximização dos lucros e do bem-estar. Ou seja, muito embora grande parte da economia seja composta principalmente pelo mercado, existem também outras facetas de organização econômica não contemplada pela *mainstream* econômico. Da compreensão de uma economia complexa, alguns autores afirmam a existência e o ressurgimento de uma *economia plural* (LAVILLE;2004) que mobiliza recursos do mercado, do estado e do terceiro setor e onde coexistem múltiplas formas de produção (fordismo, pós-fordismo, taylorismo e manufaturas) e distribuição.

No mesmo sentido, conjugada à doutrina do livre mercado, predomina nas atuais democracias ocidentais uma visão instrumental e minimalista de democracia, entendida como um processo pelo qual líderes políticos concorrem pelo voto dos eleitores. Partilhamos, neste trabalho, a concepção de que como proposta de respeito e defesa aos direitos individuais, o modelo liberal cumpre relativamente sua função. No entanto, como proposta de emancipação política e social, baseada na inversão das esferas de dominação e de poder, visando distribuí-

lo de melhor maneira na sociedade, a democracia deve ser ampliada para além de seu modelo hegemônico. Portanto, ao mesmo tempo em que negamos uma visão da economia reduzida ao mercado e ao auto-interesse, negamos também uma visão da democracia limitada aos arranjos institucionais.

Por este viés, entendemos que a democracia representativa sofre de algumas carências inerentes ao seu próprio projeto sendo uma das tarefas da teoria política vislumbrar a democracia e a questão do poder para além das instituições políticas formais. Contribuindo para esta reflexão, Castoriadis (2001), bem como Santos e Avritzer (2002), enfatizam a concepção de que os sistemas políticos são historicamente definidos, e que a democracia contemporânea só pode ser compreendida nos marcos do capitalismo e do consumo que constroem o indivíduo político. A partir desta crítica, observamos que estes autores reivindicam um caráter social para a democracia também baseado na ampliação das esferas de poder dentro da sociedade civil. Compreendemos a necessidade de redimensionar o conceito de democracia, inserindo o debate sobre o tema numa perspectiva ampliada de transformação social. A democracia, por este viés, não pode ficar restrita ao Estado, pois é necessário também democratizar a esfera não-estatal, considerando que apenas a convergência entre diferentes arenas possibilitará a construção de um espaço público de deliberação democrática (GUGLIANO, 2004).

Por trás desses postulados, está a preocupação em observar com precisão para as limitações e as potencialidades da diversidade de instituições e atores que surgem e fazem parte dessa complexa conexão entre sociedade civil, Estado e mercado que notamos atualmente em nossa sociedade. Quando ampliamos o arcabouço teórico da democracia para outros espaços da sociedade que não o Estado, começa a surgir uma diversidade de lacunas no campo do conhecimento científico, dado o caráter recente dessas práticas. Exemplo claro é o objeto que estudamos, uma vez que o próprio conceito de democracia quando inserido na arena produtiva, seja no local de trabalho ou na macroeconomia adquire diferentes conotações. O mesmo ocorre com o conceito de economia solidária que também reflete as divergências teóricas e as imprecisões dos próprios pesquisadores do tema.

Tendo em vista essas considerações, foi imprescindível realizarmos um esforço teórico no sentido de relacionar ambos os termos, buscando as possíveis conexões entre a democracia, a economia e o trabalho. Presentes desde o século XIX no pensamento político ocidental, durante a década de 1990, ao menos em um parte geograficamente delimitada,

parece ser redirecionadas para o conceito de economia solidária. A partir dessas aproximações conceituais, de caráter eminentemente teórico, tentamos aprofundar o estudo sobre as possíveis relações entre a democracia e a economia solidária em nível empírico.

Corroborando tal preocupação, ao analisarmos a produção acadêmica atual sobre o fenômeno da economia solidária percebemos que, embora se proliferem uma diversidade de estudos empíricos sobre a complexidade de sua prática, em sua grande parte o funcionamento democrático dentro dos empreendimentos ainda não foi tido como um problema central de pesquisa. No campo da ciência política, área consagrada dos estudos democráticos, o tema também vem sendo pouco tratado, com produções escassas que inserem o tema de maneira genérica nas análises relativas às formas de participação na sociedade civil. Em contraposição a pouca atenção recebida, o próprio conceito de economia solidária foi formulado com base na hipótese de que os empreendimentos possuem um caráter democrático e, consecutivamente, proliferam relações de solidariedade entre os trabalhadores. Tendo esses fatores em vista, Rosanvallon (1979) afirmou que grupos informais, associações e cooperativas, são laboratórios privilegiados para aqueles que procuram pensar questões relativas à outros modelos de democracia.

Nesse sentido, mesmo que a economia solidária desponte no Brasil, como marco teórico e prática social, com propostas que caminham na contramão do sistema capitalista e que entusiasma intelectuais e ativistas, entendemos que a teoria e a prática devem dialogar constantemente para evitar que o conhecimento científico distancie-se da realidade. Salientamos, portanto, a necessidade de relativizar tais assertivas, verificando a validade empírica das proposições relativas à economia solidária.

Assim, acreditamos que o trabalho realizado, portanto, contribui para o acúmulo de conhecimento empírico e teórico no campo da economia solidária especialmente por dois motivos. Em primeiro lugar, o conceito de democracia dentro dos empreendimentos pode começar a ser pensado para além de uma noção genérica, tendo em vista o arcabouço teórico das teorias da democracia. Em segundo lugar, as próprias teorias relativas à democracia, especialmente aquelas preocupadas com o que ocorre fora da política formal, podem visualizar nas práticas associativas e cooperativas, no campo do trabalho, um rico laboratório para a ampliação de suas problemáticas e para a compreensão das práticas sociais oriundas da sociedade civil.

Fica claro, conseqüentemente, que para o desenvolvimento do trabalho realizamos tanto procedimentos teóricos quanto empíricos, pois entendemos que há uma interdependência entre o que denominamos de teoria política e de ciência política. De acordo com Ball (2004, p.19):

“A divisão do trabalho curricular convencional designa aos teóricos a tarefa de traçar e avaliar idéias, ideais e crenças, deixando para os investigadores empíricos a tarefa de descrever e explicar o efetivo comportamento dos agentes políticos. Essa divisão do trabalho sugere que há dois domínios bem separados, um do pensamento ou de “teoria” e o outro da ação ou do “comportamento”, cada qual podendo ser bem caracterizado sem referência ao outro. Mas essa divisão é notadamente falsa.”

Essa ressalva se faz necessária tendo em vista que, ao longo do século XX, muitas vezes se estabeleceu nítidas distinções entre as pesquisas de uma minoria<sup>3</sup> preocupada principalmente com os aspectos teóricos e conceituais e as pesquisas de uma maioria ligada às análises e coletas de dados dentro de uma tradição empiricista. Rejeitando uma perspectiva binária de pesquisa, além de realizarmos um esforço teórico, tentamos averiguar em alguns EES selecionados da cidade de São Leopoldo, as formas como são tomadas as decisões, buscando relacionar e articular os conceitos de democracia com as práticas híbridas estabelecidas nas relações sociais dos empreendimentos. Como afirmamos, a democracia em si é um conceito polissêmico. De definições mais simples até definições mais complexas, o termo é alvo de inúmeras disputas conceituais que expõem as preferências teóricas de cada autor. Para operacionalizarmos um conceito palpável aos EES, optamos por utilizar e adaptar os tipos ideais desenvolvidos por Barber (1984) de democracia fraca e forte, acrescentando a estes o modelo de democracia médio, que embora não definido, já é implícito na argumentação do autor. Ressaltamos que esses conceitos também foram readaptados de acordo com o material empírico que encontramos, ou seja, de acordo com a realidade dos empreendimentos.

De modo geral, a democracia fraca é aquela cuja característica principal é o voto e a escolha pelo sistema majoritário como agregador de preferências, baseado na oposição de interesses e na representatividade. Traduzida nos EES a democracia fraca se mostra basicamente quando aqueles trabalhadores situados em cargos de direção tomam as decisões em prol do coletivo. O modelo forte, por sua vez, procura a transformação das preferências/valores através da prática da participação, pela criação de uma linguagem pública

---

<sup>3</sup> Sobre o declínio da teoria política no século XX ver: BALL, Terence. Aonde vai a teoria política?. Revista de Sociologia e Política nº 23: 9-22 nov. 2004.

comum. No EES, esses resultados são fruto de uma relação de proximidade entre líderes/dirigentes e trabalhadores/dirigidos que favorecem as tomadas de decisão coletivas e o empoderamento dos envolvidos. Já em uma democracia média, embora as decisões sejam tomadas por uma elite dirigente, parece haver uma forte pressão dos trabalhadores sobre as lideranças, que, consecutivamente, demonstra o poder dos envolvidos para que sejam ouvidos e atendidos.

A utilização desses modelos vem sendo feita timidamente por alguns autores que buscam sua utilidade na avaliação de experiências políticas participativas. Dessa escassa produção, nos pautamos por seis características que adaptamos do modelo de Barber para o ambiente de trabalho. Tal adaptação ocorreu em dois sentidos. *À priori*, entendemos que os modelos de Barber reformulados para o ambiente de trabalho, seriam àqueles mais coerentes para os objetivos desse trabalho. Em um segundo momento, a pesquisa empírica nos mostrou a necessidade de um movimento no sentido de reformular as categorias que tínhamos criado<sup>4</sup>. Com isso, entendemos que antes de categorias estanques e pré-definidas, criamos variáveis com base na teoria atualmente disponível e na prática e vivência adquirida pela pesquisa. Enfatizamos, assim, o caráter exploratório e embrionário da pesquisa, que pretende oferecer um caminho pelo qual possamos andar nas análises das práticas democráticas da sociedade civil.

Através da construção das variáveis do que entendemos ser uma democracia forte os empreendimentos foram pontuados de 0 a 6 à medida que apresentaram características relacionadas às categorias que construímos; aqueles com um grau significativo de relação com apenas 1 ou 2 variáveis foram classificados como democracia fraca; os que apresentaram 3 ou 4 das variáveis fortes em sua prática foram classificados como democracia média; os que se aproximarem de 5 a 6 variáveis foram denominados de democracia forte.

Após a realização desse exercício de classificação que nos levou a definir os conceitos de democracia para além de uma noção genérica, objetivamos verificar outras variáveis responsáveis pelas mudanças nos padrões de democracia buscando oferecer subsídios para respondermos a pergunta: Que fatores alteram os padrões de democracia no local de trabalho? .Extraídas das mais diversas áreas de pesquisa, tendo em vista a complexidade do objeto,

---

<sup>4</sup> Tal movimento é embasado pelo fato de que “a análise qualitativa inevitavelmente é guiada e enquadrada por idéias e conceitos preexistentes. Muitas vezes, o que os pesquisadores estão fazendo é verificar pistas, ou seja, estão deduzindo explicações particulares a partir de teorias gerais e observando se as circunstâncias que observam são realmente consistentes.” (GIBBS, 2009, p.20)

observamos quatro principais fatores incidentes: as lideranças, o tempo, a eficiência econômica e o tamanho.

Para a realização dessas propostas, esse trabalho procurou conjugar análises qualitativas e quantitativas. A coleta de dados qualitativa foi feita através de 12 entrevistas em profundidade semi-estruturadas de aproximadamente 1 hora cada, contabilizando mais de 150 páginas digitadas. Além, realizamos 12 observações das reuniões, das assembleias e dos fóruns com registro diário, 1 grupo focal e participação no processo eletivo de uma associação. Esses dados geraram notas de campo, em um total de 5 meses de pesquisa de empírica e quase 45 horas de gravação. Escolhemos nove empreendimentos econômicos solidários da cidade de São Leopoldo, onde realizamos a coleta dos dados acima descritos com diversos membros dos empreendimentos, tanto aquelas pessoas situadas em cargos de direção, quanto os trabalhadores que não atuam no processo decisório, objetivando captar uma diversidade de experiências reveladoras das práticas dos trabalhadores nos processos democráticos que ocorrem no ambiente de trabalho. Embora fosse necessária a realização de questionários com um maior número de trabalhadores, obtendo mais dados quantitativos específicos dos nove empreendimentos e fortificando as conclusões, tal empreitada foi impossibilitada pelo tempo e pelos recursos da pesquisa. Mesmo com tal lacuna, acreditamos que os procedimentos metodológicos e analíticos empregados possibilitaram uma boa compreensão das relações de dominação e resistência dentro dos empreendimentos escolhidos.

Apesar das restrições pontuadas em relação à análise quantitativa, buscamos as principais informações pertinentes ao nosso trabalho junto ao site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que possui uma base de dados relativa à economia solidária chamada Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Essa base é composta pelo primeiro mapeamento da economia solidária no Brasil, finalizado no ano de 2006 e depois ampliado em 2007, portanto em 5 anos defasado. Esse mapeamento encontrou 21855 empreendimentos, caracterizando 51,8% deles como associações, 36,5% como grupos informais e 9,7% como cooperativas. A maior parte dos empreendimentos 41% atua no ramo da agropecuária, extrativismo e pesca, 17% atua no ramo da alimentação, 17% no ramo do artesanato, 10% no ramo de produção têxtil, 7% em outros serviços, 4% na reciclagem, limpeza e higiene. Ainda com base nos dados do mapeamento, 48% dos empreendimentos são exclusivamente rurais, 35% urbanos e 17% são rurais e urbanos.

Dentro da diversidade de práticas alojadas no conceito de economia solidária, optamos por compreendê-los de uma maneira simplificada, negando as diferenças relativas ao tipo de atividade mercantil. Entendemos, contudo, que essa é uma variável importante, uma vez que diferentes grupos, associações e cooperativas possam ter mais facilidade em sedimentar relações democráticas em seu interior devido ao tipo de produção realizada. Não obstante, ao mesmo tempo em que foge ao escopo delimitado compreender tal relação de causalidade, ressaltamos que os EES investigados são urbanos, possuem objetivos econômicos diferentes e fazem parte do referido mapeamento realizado pelo governo.

Assim, estruturamos essa dissertação em três capítulos interligados, que demonstram as principais preocupações de nossa pesquisa. No primeiro capítulo dessa dissertação resgatamos os principais teóricos que pensaram a questão da democracia no local de trabalho tentando retomar suas raízes mais longínquas. Através de uma revisão bibliográfica fomos levados, em um primeiro momento, aos socialistas utópicos do início do século XIX como Robert Owen, Saint-Simon, Fourier, passando por Karl Marx e pelo anarquismo de Proudhon. Esses debates seminais do século XIX serão retomados e renovados nas décadas iniciais do século XX com Gramsci e Pannekoek que redirecionam as questões para o chamado conselhismo. Em um último momento de disseminação desses pensamentos encontramos a década de 1960 e 1970 com o surgimento da corrente teórica dos autogestionários, bem como com as publicações de grande impacto de Carole Pateman e Robert Dahl. Constatamos que a partir da década de 1980 e 1990 a discussão de tal tema entra em declínio.

No segundo capítulo, nos aproximamos do nosso objeto de pesquisa situando-o nessa retomada dos debates acerca da democratização do ambiente de trabalho que começa gradualmente a ocorrer do final do século XX para o início do século XXI. Procuramos esboçar esse ressurgimento através dos principais atores e agentes coletivos advindos da sociedade civil que propiciaram a inclusão do projeto da economia solidária no sistema político nacional, com a institucionalização da Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2003. Feita essa trajetória, tentamos situar a economia solidária como um fenômeno mais amplo, existente também no quadro latino-americano e europeu, retomando as publicações e os discursos que vêm sendo divulgados nessas regiões com o intuito de esclarecer a diversidade de conteúdos que o conceito de economia solidária carrega em seu bojo.

Após a conclusão dos dois primeiros capítulos, buscamos compreender as diferentes questões implicadas nas tomadas de decisão dentro dos empreendimentos, bem como as



principais variáveis para o funcionamento democrático em ambientes de trabalho que se postulam como associativos e cooperativos. Para tanto, utilizamos análises quantitativas, por meio dos dados oferecidos pelo Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), e qualitativas, por meio da análise de nove empreendimentos econômicos solidários da cidade de São Leopoldo (RS). Com isso, classificamos os empreendimentos de acordo com os modelos de democracia fraca, média e forte extraídos de Benjamin Barber e que também foram ressignificados para a proposta do trabalho.

## CAPÍTULO 1

---

### A democracia no local de trabalho

A queda do muro de Berlim simbolizou o colapso do socialismo soviético e a crise teórica de diversas correntes de esquerda enquanto ideologia que apresentou possibilidades viáveis para os problemas modernos de emancipação social. A partir de então, o pensamento liberal de democracia representativa e de capitalismo de livre mercado se torna hegemônico no mundo ocidental (SANTOS; AVRITZER, 2002). Especificamente a democracia representativa possui algumas características básicas (BOBBIO, 1995): a garantia de direitos políticos, ou seja, de expressar sua própria opinião e de escolher representantes, o voto de igual peso prevalecendo regra da maioria, a concorrência entre partidos com projetos diferentes, a liberdade de imprensa e de organização social, a autonomia entre os poderes executivo, legislativo e judiciário e, por último, que nenhuma decisão tomada pela maioria limite os direitos da minoria. Embora com diferenças substanciais entre alguns autores, essencialmente no que se refere ao papel da sociedade civil, grande parte considera que a forma mais factível de democracia acontece através do voto periódico e do estabelecimento de governantes eleitos e governados eleitores, em um sistema que respeite as regras do jogo (SARTORI, 2003; DAHL, 2001).

Nas próximas páginas, portanto, em um primeiro momento abordaremos as limitações desse modelo de democracia representativa que atualmente se impõe aos países ocidentais para que, a partir dessas críticas, possamos pensar em concepções ampliadas desse fenômeno social. Dentro de uma diversidade de direções possíveis, em um segundo momento, nos interessa mostrar, especificamente, os debates em torno da democratização do ambiente de trabalho que, mesmo timidamente, possuem uma longa tradição intelectual que nos remete ao século XIX.

## 1.1 AS LIMITAÇÕES DA DEMOCRACIA LIBERAL E A NECESSIDADE DA AMPLIAÇÃO DO DEBATE

A tradição liberal de democracia<sup>5</sup> liga-se diretamente a Joseph Schumpeter (1961) e a sua visão instrumental de democracia como um processo pelo qual líderes políticos concorrem pelo voto dos eleitores. Se voltarmos um pouco mais no tempo e vasculharmos a história das idéias, de acordo com David Held (1996), podemos identificar o fio condutor deste tipo de pensamento, percorrendo a Idade Média com Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, na Idade Moderna com Maquiavel, Hobbes e Locke e, enfim, na Idade Contemporânea com Bentham, Madison e James Mill. Chegamos ao século XX, em sua expressão mais arquitetada, com intelectuais como Schumpeter, Bobbio, Sartori e Dahl.

Enfatizamos que o arcabouço teórico deste modelo limita-se a arranjos institucionais dentro da perspectiva descrita por Bobbio (1995), não almejando uma ampliação das esferas de participação na sociedade. Além disto, se o receituário for seguido corretamente, as imperfeições do sistema serão corrigidas automaticamente, levando um país a estabilidade e, em consequência, à participação da sociedade civil organizada e politizada desde que esta não cause instabilidade nas instituições.

Partilhamos, neste trabalho, a concepção de que, como proposta de respeito e defesa aos direitos individuais, o modelo liberal cumpre relativamente sua função. No entanto, como proposta de emancipação política e social, baseada na inversão das esferas de dominação e de poder, visando distribuí-lo de melhor maneira na sociedade, a democracia deve ser ampliada para além de seu modelo hegemônico. Por este viés, para Paul Hirst (1992)<sup>6</sup> e Castoriadis (2001), a democracia representativa sofre de algumas carências inerentes ao seu próprio projeto visto que não consegue, uma vez que não é seu objetivo, ultrapassar as barreiras que ela mesma construiu e assim acaba por reproduzir suas determinações e limitações.

Com base nestas constatações, Claude Lefort (1991) também argumenta que uma compreensão equivocada do Estado como possibilidade de um sistema neutro de poder levou

---

<sup>5</sup> Também é chamada de “protetora”(Held, 1996), visto que seu principal tema está em proteger as liberdades individuais de qualquer despotismo bem como livrar a civilização ocidental de qualquer espécie de instabilidade política.

<sup>6</sup> Neste contexto o autor está se posicionando criticamente à euforia alardeada de que o regime democrático difundido pela maioria dos países ocidentais era o único e o melhor possível.

a uma dissociação teórica e prática da vinculação que deveria existir entre as esferas estatais e a sociedade civil. Sendo assim, a teoria política necessita vislumbrar a democracia e a questão do poder para além das instituições políticas. Contribuindo para esta reflexão, Castoriadis (2001), bem como Santos e Avritzer (2002), observam que os sistemas políticos são historicamente definidos, e que a democracia contemporânea só pode ser compreendida nos marcos do capitalismo e do consumo que constroem o indivíduo político. A partir desta crítica, podemos entender que estes autores reivindicam um caráter social para a democracia também baseado na ampliação das esferas de poder dentro da sociedade civil.

De acordo com autores que caminham em sentido oposto ao modelo hegemônico de democracia, situamos cinco contradições, ou, em outros termos, questões não resolvidas dentre as principais críticas que podemos fazer à democracia em seus moldes atuais<sup>7</sup>.

Santos e Avritzer (2002) chamam de “patologia da representação” (1) o fato de que a democracia representativa não cumpre suas promessas de representação societária. Isso porque a imagem que o sistema de votação majoritário passa para os cidadãos de que a vontade da maioria dos eleitores se fará representada por determinados políticos profissionais não se justifica, tendo em vista que seu funcionamento no máximo apresenta uma visão distorcida dos interesses gerais da população. Não há como avaliar em que grau um esquema particular é representativo (CASTORIADIS, 2001), mas, a partir do momento em que questionamos a noção de representação, a democracia converte-se numa forma de poder exercido por políticos profissionais e funcionários públicos sobre o povo (HIRST, 1992).

Dessa primeira crítica emerge o que denominam de despotismo eletivo (2), uma vez que o eleitor não possui controle sobre os atos que o eleito terá em seu mandato (HIRST, 1991). Nesse sentido, após eleito, o político profissional atende aos interesses que mais lhe convém no momento e as verdadeiras decisões são tomadas de maneira discricionária, fato que converte a esfera pública em uma esfera notadamente privada (CASTORIADIS, 2001). Mesmo que após determinado período o eleitor possa repensar suas escolhas, existe uma dependência de um conjunto muito limitado de candidatos alternativos e, segundo Hirst (1992, p.34),

“só podem se basear em suposições sobre as escolhas que eles (os candidatos), poderão fazer [...] uma eleição não é a pura expressão da

---

<sup>7</sup> Apesar de enumerarmos somente 5 críticas, temos ciência de que existem uma diversidade delas. Ver: Barber (1984) e Young (2000).

vontade do povo, mas uma escolha entre um pequeno conjunto de organizações, isto é, os partidos políticos.”

Estes, longe de ser uma defesa básica contra a máquina governamental, exploram ao máximo as possibilidades oferecidas por uma administração centralizada e hierárquica para tentar alcançar um pequeno número de objetivos no curto prazo de tempo que lhes é destinado o poder.

Ambos os fatores supracitados se apóiam nas dificuldades de ações coordenadas (3) por parte dos integrantes do governo, fato que dificulta levar adiante amplos programas de mudança social e política (HIRST, 1992). Isto decorre do grande tamanho dos governos atuais que encontram resistências administrativas e diversas visões ministeriais que podem se contrapor a política geral. Além deste fato, podemos argumentar, de acordo com Castoriadis (2001), que a maioria dos partidos e homens de governo possui um “eletroencefalograma plano”, ou seja, uma capacidade de criação e imaginação limitada. Também há uma falta de controle sobre o próprio governo, ou seja, um presidente, prefeito, ministro, não é capaz de compreender o rol de acontecimentos dentro do Estado.

As dificuldades de ações coordenadas se complementam com uma crescente burocratização (4) que, se por um lado permite a continuidade de uma estrutura administrativa, por outro dificulta o acesso de cidadãos aos aparatos do Estado, maquiando uma suposta neutralidade, enquanto determinados grupos são favorecidos. Para Hirst (1992) líderes de partidos e ministros não podem controlar ou dirigir diretamente mais que uma parcela insignificante das decisões, com isso grande parte do poder não é fiscalizado, sendo executado pelo burocrata que se impõe nas grandes organizações e se funde com os interesses financeiros (CASTORIADIS, 2001).

Estas quatro questões postas até agora se condensam no último ponto (5) que trataremos da democracia liberal. Partilhamos da idéia de que a autonomia dos poderes, tão estimada no pensamento liberal, não se concretiza na prática política da maneira teorizada, pois na maioria das vezes o executivo, ou partido majoritário, termina por imprimir a agenda, constringendo as atitudes dos outros poderes (HIRST, 1992; CASTORIADIS, 2001). Complementando este raciocínio, os autores citados argumentam que na maioria das vezes o poder judiciário, cuja responsabilidade é julgar os atos dos governos, acaba limitando sua atuação a pequenos atos administrativos de interesse secundário, com a justificativa de que os grandes atos de governo não podem ser interpelados.

Através destas críticas concordamos com Gugliano (2004), Santos e Avritzer (2002) quando afirmam que devemos ampliar o cânone democrático, para possibilitar uma maior inclusão dos cidadãos nas esferas políticas de decisão através do advento de uma democracia social e uma democracia econômica. Desse modo, nos posicionamos contrários quando Sartori (2003, p.27-28) afirma que “democracia sin adjetivos se entiende como democracia política. Entre ésta y las otras democracias, la diferencia es que la democracia política es supraordenada y condicionante, y las otras son subordinadas y condicionadas.”

Desvelando as contradições do que Sartori caracteriza como democracia, entendemos neste trabalho que conjugar democracia econômica e política pode possibilitar um aprimoramento do funcionamento das instituições democráticas, entrando no seio das questões que dizem respeito e se preocupam com a qualidade da democracia. Isso porque na medida em que começamos a questionar o cenário econômico e político no qual nos situamos, começamos a nos colocar algumas questões necessárias: em que medida o modelo capitalista de propriedade privada, perpetuando grandes desigualdades sociais, influencia o acesso de determinadas camadas da sociedade às esferas de decisão política? Até que ponto as relações de subordinação no âmbito econômico e político desestimulam e condicionam a participação política dos cidadãos?

Salientamos que são perguntas que necessitam ser feitas pelos teóricos que trabalham com a questão democrática uma vez que a maioria dos autores que refletiram sobre o tema da democracia econômica no final do século XX afirmam que, gradualmente, a idéia foi esquecida e deixada de lado em prol de questões procedimentais da democracia política, como implicitamente reivindicava Giovanni Sartori. Para Carole Pateman (1970) pouco se discutiu sobre o tema das formas de participação no ambiente de trabalho no século XX entre os teóricos da democracia, sendo que o conceito de participação e democracia, quando inserido na esfera econômica, tem sido empregado por autores que focalizam aspectos da indústria e da administração em sentidos bem diferentes. No mesmo sentido, Robert Dahl (1985) também afirma que a maioria dos observadores acadêmicos, incluindo economistas e historiadores sociais, concluíram que a firma administrada pelos trabalhadores era uma idéia utópica e irrelevante para a economia moderna, contribuindo, portanto, para seu abandono.

Contraditoriamente, Almond e Verba em seu clássico estudo *The civic culture* (1963), constatam que as estruturas de autoridade dentro do local de trabalho são, provavelmente, as mais significativas em que um homem se encontra em contato diário. Portanto, oportunidades

de participar das decisões dentro do próprio local de trabalho são essenciais para a transição de uma sensação de passividade política, para uma sensação de eficiência política. No entanto, ao contrário de Almond e Verba, defendemos a idéia de que somente procurar democratização das decisões nas esferas de produção da atual sociedade capitalista é lacunar, uma vez que esta proposta deve vir complementada de uma democracia participativa também nas esferas governamentais, já que ambas as esferas se complementam e não podem ser tomadas como isoladas.

Deste modo, como um primeiro esforço de pesquisa, analisaremos alguns autores que pensaram nas possibilidades da emergência de uma democracia econômica, como campo de disputa política. Como metodologia, faremos um levantamento bibliográfico dos principais teóricos que trabalham com a questão, ora através da conjugação e problematização de análises já feitas, quando houver grande quantidade de publicações sobre determinado autor, ora considerando as obras como fontes primárias, quando forem escassas as referências.

## 1.2. UMA GÊNESE DAS DIFERENTES ABORDAGENS: OWEN, FOURIER, SAINT-SIMON, PROUDHON E MARX.

É importante constatar que as primeiras formulações sobre possibilidades de projetos democráticos dentro da esfera econômica surgiram logo no início da mecanização da indústria, com o advento do capitalismo industrial (SINGER, 2006). Nesse sentido, a separação entre o operário e os meios de produção e a existência de um proprietário destes meios fundam a relação autoritária entre capital e trabalho, pois a partir deste determinado momento histórico o trabalho se tornou cada vez mais contínuo com vistas no incremento da produção e no aumento da lucratividade das empresas. Essa busca pelo desenvolvimento econômico submeteu e submete o trabalhador a um grau cada vez maior de hierarquização, no qual se cria todo um corpo de supervisores e mestres para controlar a produção, e assim garantir o aumento da oferta de mercadorias e conseqüentemente da lucratividade. Segundo Merlo e Lapis (2007) nessa primeira etapa do capitalismo, o controle exercido sobre os trabalhadores expressava-se da forma mais autoritária possível. O despotismo fabril materializava-se em agressões físicas, ameaças, castigos, multas e demissões. Tal fase caracterizou-se pela intensificação do trabalho em condições precárias, por longas jornadas – de 12 a 15 horas diárias – e por baixos salários. Mesmo com resistências pontuais por parte

dos trabalhadores, todos estes fatores levaram a uma maior subordinação do operário à autoridade no universo fabril, ou seja, à maior concentração de decisões nas mãos da direção, e ao divórcio entre o trabalho intelectual e o trabalho manual<sup>8</sup>.

Neste contexto, o antigo trabalhador manufatureiro cujos meios de sobrevivência o ligavam mais intimamente ao objeto de seu trabalho e cujas decisões em grande parte eram tomadas de maneira mais autônoma, de acordo com as necessidades latentes, vê-se despojado de responsabilidades inerentes ao processo de produção como um todo, ligado, a partir de então, às responsabilidades triviais relativas ao maquinário (MERLO e LAPIS, 2007). A essência da gestão nas empresas modernas, portanto, se estabelece em uma dualidade que às vezes parece camuflar-se, mas que permanece presente entre o que gere e o que é gerido; entre o que organiza, comanda e controla, e o que executa, sendo, portanto, organizado, comandado e controlado, separando dois aspectos indissolivelmente ligados do trabalho humano: concepção e execução. Nesse sentido, o trabalho configura-se em uma visão unidimensional da realidade social, pois traduz a incapacidade de ver o agente social enquanto ser complexo e o limita a funções univalentes no processo produtivo; dirigentes ou dirigidos (MOTTA, 1981).

Segundo Alain Touraine (1965), a composição social da classe trabalhadora se desenvolveu em três grandes fases, da segunda metade do século XIX até os nossos dias. De maneira geral, a primeira fase representa o operário de ofício, que tinha conhecimento sobre todos os estágios do processo produtivo e corresponde aos tipos que fundaram a I Internacional que culminou na comuna de Paris. A segunda fase representa o surgimento do operário desqualificado pelo taylorismo<sup>9</sup> após 1920 até em torno de 1960. Desqualificado, pois gradualmente ligou-se essencialmente ao maquinário perdendo o sentido do processo produtivo como um todo. Diante da queda de produtividade do taylorismo, surge a terceira fase que começa a partir de 1960 e corresponde ao operário técnico dos conjuntos automatizados. Estes operários super-especializados são fruto da revisão do taylorismo, parcialmente substituído pelo chamado toyotismo, caracterizado por uma mecanização

---

<sup>8</sup> Estes fatores começaram a ser estudados a partir da década de 1960 pela sociologia do trabalho (Friedmann e Naville, 1962).

<sup>9</sup> Segundo Merlo e Lapis (2007), com o taylorismo se inicia uma radical separação entre saber e fazer- mandar e executar, tudo em vista de uma produção científica do trabalho. Além disto, o modelo taylorista implica em dois principais problemas de saúde no trabalhador: 1) o medo da supervisão, dos demais colegas e de si mesmo; 2) a monotonia de se fazer repetidamente o mesmo trabalho.



flexível, uma dinâmica oposta à rígida automação fordista. Essa forma de gestão visa produzir somente o necessário, contrariando o fordismo, que produzia o máximo possível e estocava o excedente. A produção toyotista é flexível à demanda do mercado – *just-in-time* – e procede a um processo de multifuncionalização de sua mão-de-obra, uma vez que por se basear na mecanização flexível e na produção para mercados muito segmentados, a mão-de-obra não podia ser especializada em funções únicas e restritas como a fordista (PINTO, 2007). Dessa forma, todos estes modelos, de uma maneira ou de outra, acabam por explorar o saber operário em todas as etapas do processo produtivo e a debilitar tanto sua saúde física quanto mental (MERLO e LAPIS, 2007).

Com o estabelecimento gradual desta ótica de mundo centrada na organização e no controle do trabalho diversos pensadores começaram a formular alternativas ao modelo político, econômico e social que vivenciavam. Como foi dito anteriormente, teorias e práticas contra-hegemônicas nasceram atreladas ao desenvolvimento do capitalismo industrial e à degradação da saúde física e mental dos trabalhadores notada com indignação por grande parte dos intelectuais críticos do século XIX. Temos, portanto, um período bem demarcado, em que ocorreram as principais mudanças no mundo contemporâneo e em que as estruturas estavam se modificando, caracterizando conflitos entre o velho e o novo, a tradição e o progresso, matizando o período intelectual como um período em que os teóricos reivindicavam mudanças através de suas obras (KOSELLECK, 1993).

Nesse sentido, os debates travados entre os diversos pensadores da época repercutem e ecoam até a atualidade, evidenciando que à medida que o capitalismo se consolidava, idéias contrárias a este se proliferavam. As primeiras destas idéias sobre associações de trabalhadores autogeridas surgiram na Europa no início do século XIX e podem ser encontradas nas propostas dos socialistas utópicos e nos anarquistas. Procuramos, portanto, abordar e analisar algumas das primeiras concepções sobre formas democráticas dentro de empresas com Robert Owen e a gestão operária; Fourier e os falanstérios; Saint-Simon e a sua democracia industrial; Proudhon e o mutualismo; e, por último, discutiremos também a questão na obra de Karl Marx<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Esse recorte se faz necessário tendo em vista que estes são os pensadores mais citados e lembrados no debate teórico atual sobre as formas de autogestão na empresas. Justifica-se também pelo fato de não haver a necessidade de uma demonstração minuciosa e pormenorizada dos demais pensadores envolvidos nestas questões à época tendo em vista que somente nesse capítulo poderíamos desenvolver uma dissertação.

Robert Owen (1771-1858) é considerado um dos fundadores do movimento cooperativo inspirando grande parte dos socialistas da metade do século XIX. Em New Lanark fundou a primeira cooperativa existente, e muitas outras cooperativas surgiram na Inglaterra neste período devido as suas idéias expressas no livro *Report to the County of New Lanark*, de 1820. Cabe ressaltar que no início do século XIX, o movimento cooperativo e o movimento socialista eram próximos e, às vezes, chegavam a se confundir. A palavra “cooperação” foi usada a primeira vez por Robert Owen, em 1821, no sentido oposto à “concorrência” e como sinônimo de “socialismo”, e, até mesmo de “comunismo” (SECCO, 2003).

Crítico do trabalho alienante, para Owen o principal obstáculo para a constituição de uma sociedade cooperativa era o individualismo crescente e a divisão do trabalho, problemas acentuados pela revolução industrial. Para a resolução destes dois problemas seria necessária uma socialização gradual dos meios de produção nas firmas privadas articulada com uma burocracia estatal centralizadora responsável pela tributação das empresas.

Segundo Owen, na sua concepção de empresa cooperativa não deveria haver representação de nenhuma maneira, somente a intervenção direta dos trabalhadores em todos os assuntos. Esta seria dividida em um setor interno, responsável pela produção, pela distribuição e pela educação dos cooperados, e em um plano externo, a comunicação, a troca de excedentes, a distribuição dos “inventos” e a fundação de outras comunidades. No ponto máximo de abstração de seu pensamento, Owen sugeriu que no lugar do Estado deveria haver uma comissão composta pelos delegados dos setores externos das diferentes empresas que se encarregariam em delegar a favor de uma sociedade planificada (TSUZUKI, 1992).

A principal crítica feita às teorizações de Owen é a de nunca questionar os dispositivos de hierarquização, que são o centro da questão de outros autores do século XIX, como Proudhon, Fourier e Marx. Assim, sua teoria cooperativista ao mesmo tempo em que inova na esperança de que exista solidariedade nas relações de concorrência dentro da esfera econômica, trazendo questões que ainda são atuais, deixa algumas questões em aberto para os teóricos da democracia econômica: em primeiro lugar, o sistema cooperativo, por si só, seria capaz de alterar as estruturas da sociedade com a existência de um estado burocrático e centralizado? E até que ponto as estruturas cooperativas funcionariam de acordo com princípios de democracia direta em uma sociedade competitiva e hierarquizada que exige resultados imediatos? Sem pretender esgotar estas perguntas, ainda é importante ressaltar que

para Owen o trabalho cooperativo teria de buscar um equilíbrio na relação entre produção e consumo com a ajuda de uma educação de qualidade oferecida pelo Estado (TSUZUKI, 1992).

À mesma época dos escritos de Owen, surgiram na França pensadores que também influenciaram o movimento cooperativo. Fourier (1772-1837) era um dos críticos de Owen uma vez que considerava a obra do inglês pouco científica e ingênua, porque contribuía para a difamação do sonho associativista. Contudo, ao mesmo tempo em que Fourier buscava a fundamentação para um “socialismo científico”, estava empenhado, como Owen, em avaliar as causas que haviam levado à civilização ao estado deplorável de sua época. Sem entrar especificamente na questão da gestão operária em empresas, ou seja, nos problemas do cooperativismo como Owen havia feito, Fourier em sua obra *O Novo Mundo Industrial e Societário* de 1829, formulou o que seria chamado de “Falanstério”: uma colônia imaginária de 400 hectares e com 400 famílias, na qual, poderia emergir uma democracia societária em que “a associação seria segundo as semelhanças [...] e o trabalho não é mais sob coação, onde cada um realiza nele seus próprios gostos” (CHATELET; DUHAMEL, 1985, p.146).

É importante ressaltar que estes pensamentos excêntricos e utópicos, os quais Konder (1968) resume no termo “socialismo do prazer”, surgem de um ódio pelo comércio, pelos “mecanismos industriais”, pelo sistema representativo e pela suposta separação de poderes. Esta crítica radical é fruto de sua rejeição a qualquer forma de coerção presente na sociedade burguesa, seja na família, na educação ou na sexualidade (CHATELET e DUHAMEL, 1985).

Desta concepção de Fourier podemos afirmar que, se por um lado é quase impossível tirarmos da obra do autor algumas das características de democracia no local de trabalho, uma vez que seu objetivo maior é uma sociedade fundada nas paixões e totalmente livre de esferas de dominação, por outro lado, sua crítica à coação e a hierarquização presente na sociedade em todas as áreas avançou para uma concepção crítica das atuais formas de organização opressoras presentes na sociedade.

Corroborando nossa a idéia acima, Albornoz (2007) observa que o mundo socioeconômico idealizado por Fourier buscava superar a indústria em seu sentido mais estrito, pois, com o aperfeiçoamento das relações humanas para além das relações de poder também emerge um aperfeiçoamento da organização do trabalho, na qual as paixões deveriam estar mais presentes. Fourier foi, sobretudo, um homem do século XIX que, naquele momento

do desenvolvimento econômico e científico, batalhava pela transformação do trabalho em algo de belo e prazeroso, de acordo com os impulsos e os desejos, quando o trabalho constituía o centro da vida humana.

Já Saint-Simon (1760-1825), menos utópico do que Fourier, entendia perfeitamente o inevitável desenvolvimento rumo a uma produção industrial em grande escala e não reivindicava o retorno da civilização para uma sociedade tradicional, como farão grande parte dos pensadores do século XIX. Ainda que fizesse uma árdua crítica aos economistas clássicos do *laissez-faire*, denunciando as desigualdades sociais, possuía uma enorme admiração pela classe dos industriais, responsáveis pelos progressos científicos e materiais desenvolvidos na civilização européia e, defendia um planejamento conjunto e consensual da política por parte de capitalistas industriais e trabalhadores.

Na obra *L'Organisateur*, escrita em 1819, o autor elaborou seu primeiro plano para constituir um “parlamento industrial” que, em suma, seria constituído por três Câmaras Parlamentares, reflexo das três principais classes sociais contemporâneas: a primeira seria a Câmara das Invenções que seria composta por 300 membros, entre artistas, engenheiros civis, poetas, artistas, arquitetos e músicos, cujas funções estariam centradas na construção e no planejamento de obras públicas. A segunda Câmara teria 300 membros também com formação em matemática e física e sua função teria como foco fiscalizar e examinar a viabilidade da primeira Câmara, por isso o seu nome Câmara de Exames. A terceira Câmara seria a de execução que representaria cada um dos setores da indústria com o objetivo de arrecadar impostos e aprovar os programas revisados pela segunda Câmara (RIQUELME, 2009).

Dessa forma Saint-Simon teorizou uma revolução social que concedia poder aos industriais, termo correlato a empresários, os financistas, mas, também aos operários especializados, os agricultores e artesãos; de modo que se eliminasse a classe política, considerada como inútil (CHATELET e DUHAMEL, 1985). Seu novo sistema político-social sugeria que a propriedade privada respeitasse os interesses coletivos, que o salário dos trabalhadores fosse vinculado a sua produtividade e que o direito a herança fosse abolido.

Enquanto Fourier e Owen tinham a idéia de que para a solução das questões sociais bastava fundar pequenos grupos fechados com propósitos contra-hegemônicos, empregando toda a força de trabalho de seus membros (SECCO, 2003), Saint-Simon e seus seguidores, em

contraposição, defendiam a “estatização” ou o “coletivismo estatal” de todas as esferas econômicas submetidas às Câmaras descritas anteriormente. Contudo, segundo Abendroth (1977), de notada orientação marxista, tanto Owen, quanto Fourier e Saint-Simon imaginavam uma futura sociedade onde haveria uma harmonia entre classes dirigentes e dirigidas sem qualquer tipo de conflito.

Alguns anos depois da publicação destes autores, Paris já vivia um intercâmbio de idéias e teorias maior do que em qualquer outro período até então. Era uma grande fase para o pensamento radical francês, “e o socialismo estava se tornando quase moda nos círculos literários parisienses. Nos quatro anos anteriores a 1843, nada menos de oito autores haviam publicados ataques surpreendentes ao capitalismo.” (JACKSON, 1963, p.42). Neste contexto, o pensamento de Proudhon (1809-1865) foi de grande influência de modo que, atualmente, é o autor mais referenciado no que diz respeito à bibliografia relacionada à autogestão econômica que se proliferou a partir da década de 1960 (LOCKS FILHO, 2009). Segundo a opinião de Abendroth (1977), seu mérito, portanto, está em romper com as concepções socialistas de Owen, Fourier e Saint-Simon nas quais não haveria conflitos entre classes.

Em Proudhon a política estava assentada sobre relações sociais legitimadas, primordialmente pelas forças econômicas, de modo que não bastariam introduzir reformas políticas e sociais, pois somente alterando radicalmente as relações socioeconômicas poderiam ocorrer mudanças na sociedade capitalista. Por trás desta sua proposta situa-se uma proposição constante desde suas primeiras obras e que alicerça sua teoria sobre a democracia econômica; o fato de que a menor fortuna, a mais reduzida exploração, o funcionamento da mais insignificante indústria exigem um concurso de trabalhos e de aptidões tão diversas que um homem sozinho nunca poderá suprir. O não conhecimento de que a atividade da produção implica na cooperação e não, tão somente corresponde à soma dos trabalhos individuais gera, segundo Proudhon, um erro de conta na divisão do capital<sup>11</sup>. Portanto, deste produto coletivo que os trabalhadores criaram e a soma individual que lhes foi paga é que o lucro do capital encontra sua explicação. Como solução, sugere um autogoverno, no qual o poder decisório se desloque para as mãos dos próprios trabalhadores, minimizando os traços autoritários dentro das instituições.

---

<sup>11</sup> Anos após essa formulação, Karl Marx aprimora esta formulação e denominá-la de mais valia.

Já na esfera política, Proudhon na metade do século XIX profetizava que tanto um governo estabelecido sob uma monarquia despótica, quanto uma democracia com representantes eleitos, não pode realizar-se na pureza de seu ideal de representação, pois um estado, qualquer que seja a forma que assuma, enquanto não se tornar um órgão submetido a uma sociedade de iguais, será para o povo uma condenação. Como constatação lógica, os instrumentos da revolução para esta nova sociedade devem ser procurados na reorganização econômica da sociedade. Nesse sentido, a proposta de democracia econômica em Proudhon, construída no seu livro *Idéia Geral da Revolução no século XIX*, de 1851, pode ser resumida através do conceito de mutualismo nas relações econômicas livres em empresas totalmente socializadas e do conceito de federalismo nas relações políticas piramidais de representação. Mas, para isto acontecer, a propriedade privada deve se colocar como federativa, compreendendo-se nas relações dialéticas entre o Estado e a sociedade econômica. A propriedade aparece, portanto, como um direito absoluto, mas um direito absoluto de todos (MOTTA, 1981)<sup>12</sup>.

O estabelecimento de uma sociedade do futuro em Proudhon implica, portanto, em uma crença na transformação orgânica da sociedade<sup>13</sup>, baseada na submissão das estruturas da democracia industrial<sup>14</sup> pelas relações de mutualismo e federalismo. Entretanto, esta concorrência deve ser organizada, equilibrada pela lei vital de solidariedade, pois qualquer transformação a partir de um topo levaria novamente à concentração de poderes e, conseqüentemente, a opressão hierárquica. Contudo, ao não conceber a forma pela qual a sociedade seria gradualmente transformada, é que reside a maioria das críticas feitas ao anarquista.

Enfim, não poderíamos deixar de trazer o teórico do século XIX mais influente para o campo do pensamento político de esquerda do século XX, Karl Marx (1818 - 1883). Este foi um atento leitor e crítico dos pensadores que o antecederam sendo reconhecido por seus esforços em conjugar diferentes disciplinas como a filosofia, a história, a economia e a política de uma maneira como não fora feito até sua época. Contudo, é importante ressaltarmos, de acordo com Massari (1977), que são possíveis diversas interpretações deste

---

<sup>12</sup> Esta discussão que já aparece em Proudhon, será retomada adiante com as problematizações de Robert Dahl sobre a propriedade.

<sup>13</sup> Este primeiro debate entre o espontaneísmo e o dirigismo travado entre Marx e Proudhon no século XIX também irá marcar as discussões de grande parte da esquerda revolucionária do século XX (LOCKS FILHO, 2009).

<sup>14</sup> Termo pelo qual Proudhon se referia à democracia realizada em sua época.

pensador, principalmente devido ao caráter complexo de sua obra. No entanto, nos parece, de acordo com a bibliografia pesquisada que, para Karl Marx, a democracia posta no campo econômico através do cooperativismo foi visualizada apenas como uma forma de transição entre a economia política da burguesia e a economia política do proletariado. Dessa forma, não condenava de antemão a idéia de indústrias socializadas, mas, considerava ingênua a visão do cooperativismo feita pelos socialistas utópicos cuja crença residia em uma transformação gradual da sociedade capitalista por meio das cooperativas. Nesse sentido, em seu pensamento não há um exame e uma reflexão pormenorizada sobre as cooperativas, mas, uma reflexão sobre a força que estas possuíam para emancipação da classe trabalhadora.

Sobre este ponto, Marx possuía dúvidas quanto à democracia no local de trabalho, pois afirmava que o cooperativismo não conseguiria derrotar monopólios, e que só a classe trabalhadora conquistando o poder político poderia mudar a situação de cooperativas democráticas isoladas. Esta desconfiança surgia a partir da constatação de que o princípio do capitalismo e da lógica do capital continuava o mesmo nas fábricas socializadas, só que amenizado, pois os associados tornavam-se seus próprios capitalistas uma vez que empregavam seus meios de produção para valorizar seu trabalho. Destas críticas, o interesse de Marx pelo fenômeno cooperativista acontece na medida em que representava a emergência de elementos de uma nova estrutura social em gestação, visto que sua interpretação teórica do capitalismo como modo de produção histórico vislumbrava um movimento na direção da sua superação. Essas fábricas mostravam, portanto, como ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento das forças materiais, poderia nascer e se desenvolver naturalmente um modo de produção totalmente novo.

Nesse sentido, em um discurso a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em 1865, Marx (2004) considerou a característica mais relevante das fábricas cooperativas o fato de que demonstraram que a produção em grande escala pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões e que os meios do trabalho não precisam ser monopolizados, dominando e explorando o operário, pois o trabalho assalariado é apenas uma forma social transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado. Contudo, essa avaliação positiva não levou Marx a ignorar o quadro global em que as fábricas-cooperativas estão imersas, caracterizado pela subjugação dos trabalhadores ao capitalista. Marx (2004) manifesta claramente que o sistema cooperativista jamais transformará a sociedade capitalista, uma vez que são necessárias mudanças sociais gerais,

mudanças nas condições gerais da sociedade, que só poderão ser realizadas através da transferência do poder estatal, das mãos dos capitalistas e proprietários de terras aos próprios produtores.

Assim, essas contradições são enunciadas por Marx, tornando-se um traço fundamental das problematizações feitas atualmente sobre o caráter do movimento cooperativista. No entanto, precisamos ser parcimoniosos, pois esta crítica é feita como base para uma visualização teleológica em sua teoria política, no qual o capitalismo seria abolido e o ser humano viveria em abundância e prosperidade em uma sociedade sem classes, em sua própria conceituação, o comunismo.

### 1.3. OS CONSELHOS OPERÁRIOS DO SÉCULO XX: ANTONIO GRAMSCI E ANTON PANNEKOEK

O início do século XX caracteriza-se como um momento de efervescência do pensamento político contemporâneo que ressignifica os principais debates ocorridos durante o século XIX. Nesse sentido, o conceito de conselhos operários merece destaque, pois começaria a ganhar expressão a partir da década de 1920 entre os comunistas dos conselhos (Paul Matick, Karl Korsh, Anton Pannekoek, etc.), e entre o comunismo italiano, especialmente, com o grupo da revista *L'Ordine Nuovo* (LON), na Itália, capitaneado por Antonio Gramsci (SECCO, 2003). Para a emergência da teoria dos conselhos costumam-se citar dois principais fatores: em primeiro lugar, na Itália, no ano de 1904, o surgimento das comissões internas nas fábricas, que transitaram, com o tempo, da negociação contratual à pretensão da gestão direta da produção. Estas comissões internas resultaram em 1919 e 1920 em algumas ocupações, sem sucesso, de fábricas em Turín com mobilização dos conselhos de fábrica e do Partido Socialismo Italiano. Concomitante, em 1905, aparece o primeiro soviet – termo que se traduz como conselho - na Rússia. Tratava-se de um conselho com funções exteriores à produção e a esfera econômica, sendo, portanto, mais abrangente em suas reivindicações societárias, pois estava aberto à participação qualquer cidadão. Algum tempo depois, a Revolução Russa também difundiu a idéia dos conselhos, fossem no interior das fábricas ou com funções especificamente políticas (SECCO, 2003), inaugurando uma série de debates no campo da esquerda sobre o futuro da Revolução Russa caso os soviets tivessem se



perpetuado<sup>15</sup>. Desse modo, temos que estes conselhos surgem, principalmente, de uma crítica aos rumos marxistas-leninistas que estava tomando a Revolução Russa, ao mesmo tempo em que se percebe a falência do sindicato burocratizado como instrumento revolucionário.

De acordo com a literatura pesquisada, o conselhismo terá como seus principais formuladores Antonio Gramsci e Anton Pannekoek que distinguiram o cooperativismo dos conselhos de fábrica, porque mesmo se proliferando na arena industrial, o movimento cooperativo sempre esteve destituído da radicalidade que os conselhos de fábrica poderiam ter. Também se fazia a crítica à orientação reformista do sindicato com a proposição de novas formas de organização operária revolucionária. Dentro deste contexto é para Gramsci (1892-1937) que as atenções se voltaram porque ele se tornou o mais importante pensador marxista de sua geração, embora só depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) seu pensamento foi de fato reconhecido.

Diante da timidez política dos sindicatos, assim como do Partido Socialista Italiano, Gramsci se convenceu da necessidade de superar essas estruturas tradicionais através de instrumentos de autogoverno operário, inspirados numa visão idealizada do soviét russo (AGOSTI, 1999). Por este viés, utilizou, inicialmente, a expressão italiana mais conhecida entre os trabalhadores, *commissioni interne*, traduzida habitualmente como comitês de fábrica para designar um novo tipo de organização revolucionária. Nesse sentido, para Gramsci (1990), a força do conselho consiste no fato de que está estreitamente unido à consciência da massa operária e ao mesmo tempo interage com equilíbrio entre sindicatos, conselhos e partidos, visão esta que o afasta de conselhistas radicais, como Anton Pannekoek.

Contudo, reconhecia os limites do sindicato e sua impossibilidade de se transformar em um instrumento radical de renovação da sociedade. Destas problematizações é que Gramsci (1976) teoriza sobre a possibilidade da democracia no campo econômico visualizando um organismo baseado em um sistema democrático de consenso e de representação direta das oficinas, superando os limites tradicionais do sindicato. A importância dos conselhos operários reside, portanto, no fato que “o trabalho, depois de ter sido por séculos um instrumento nas mãos dos que o exploravam pretende afirmar-se hoje, dirigir a si mesmo” (GRAMSCI, 1976, p.46). Assim configura-se a democracia operária no

---

<sup>15</sup> Os soviets se radicalizam com a revolução e são desestruturados sob o pretexto do combate ao inimigo estrangeiro.

pensamento gramsciano como pressuposto para constituição de relações sociais de produção que mantém como horizonte a igualdade entre os seres humanos e o fim da alienação.

Ao amadurecer seus pensamentos e ampliar seu espectro de análise, Gramsci formula a questão da hegemonia baseada na necessidade da tomada de conhecimento das classes oprimidas de sua própria condição para que seus interesses de classe se voltem para o plano do político naquilo que Coutinho (1994) conceitua como “guerras de posições”. De acordo com essa concepção revolucionária, algumas tarefas dos conselhos de fábricas seriam supervisionar os técnicos para que as empresas não deslizem para uma tecnocracia, demitir empregados que se mostrem inimigos da classe trabalhadora, lutar pela conquista de direitos e liberdade, bem como controlar a produção da empresa. Mas, além disto, a principal atividade dos conselhos se manifestaria claramente, dirigindo movimentos de massa contra a ordem capitalista, educando a classe trabalhadora para a luta revolucionária e para a criação do futuro estado proletário (GRAMSCI, 1920). Nesta perspectiva, os conselhos aparecem imbricados nas duas dimensões que, até então, apareciam desvinculadas nas teorizações socialistas: a economia e a política (HAIDAR, 2010).

Por outro lado, Anton Pannekoek (1873-1960) negava a possibilidade de articulação entre os conselhos operários e qualquer estrutura verticalmente dirigida, porque se forma, nos sindicatos e nos partidos, “uma classe de funcionários, uma burocracia, que dispõe de todos os meios de poder e organização: dinheiro, imprensa, nomeação dos funcionários subalternos.” (PANNEKOEK, 1976, p.115). Segundo Nildo Viana (2005) e John Gerber (1989) Pannekoek foi o que mais se dedicou ao denominam de “novo movimento operário” podendo ser considerado o principal teórico dos conselhos.

Nesses conselhos operários, não haveria lugar para os dirigentes profissionais, mas somente delegados que levariam os interesses dos trabalhadores as instancias superiores de decisão, e seriam, segundo Pannekoek, uma “correia de transmissão”. Estes trabalhadores que formariam os soviets necessitariam ter uma consciência de classe e para isso seriam educados por uma elite revolucionária, responsável pela propagação das idéias conselhistas e pela formação de uma consciência de classe revolucionária. Ademais, para Pannekoek, só os trabalhadores poderiam participar do processo revolucionário cabendo a estes mobilizar o restante da sociedade ou renegar aqueles que não partilhassem da ideologia conselhistas. Esta radicalização economicista pressupõe um ideal em que os soviets não possuam mais poder político, mas somente poder econômico, uma vez que a política vai se esvaziando até o

término dos conflitos de classe. Assim, segundo o autor (1976, p.15), “só o sistema de soviets constitui a verdadeira democracia operária.”.

Mesmo de forma romântica e utópica, o conselhismo de Pannekoek, fortemente menosprezado pelas correntes de pensamento socialistas (GERBER, 1989), influencia os escritos de uma nova esquerda que surgirá baseada na idéia de autogoverno operário e de espontaneismo revolucionário e cuja forma de auto-organização inspirava-se no modelo embrionário da Comuna de Paris e posteriormente em 1905, na primeira Revolução Russa.

#### 1.4. O RESSURGIMENTO ATRAVÉS DOS TEÓRICOS AUTOGESTIONÁRIOS

A segunda guerra mundial e a ascensão do nazi-fascismo marcaram a crise do movimento operário e, por conseguinte, do comunismo conselhistas que sobreviveria marginalmente na sociedade capitalista, através de publicações, coletivos e da influência nas mais variadas correntes políticas que buscavam apresentar uma alternativa à social-democracia e ao bolchevismo. Foi somente a partir dos anos cinquenta e sessenta que se operou uma retomada do debate sobre a intervenção operária na produção, aparecendo sob a égide do termo autogestão, para caracterizar a experiência iugoslava. O termo sérvio *samoupravje* (*samo* significa o prefixo grego auto, e *upravje* significa gestão) foi traduzido ao francês por *autogestion* (GUILLERM e BOURDET, 1976) e começaram a surgir revistas como a *Socialismo ou Barbárie* (1948-1967) organizada por Castoriadis e Lefort bem como a revista *Socialismo e Autogestão*, organizada por Yvon Bourdet (1966-1986). Estas foram as principais disseminadoras deste novo movimento em prol de uma radicalização da democracia tanto na esfera econômica quanto na esfera política por uma diversidade de teóricos que formulam uma crítica ao capitalismo globalizado e ao socialismo estalinista. Os autogestionários, teorizaram sobre as possibilidades de uma futura sociedade cujas bases de participação política fossem mais igualitárias<sup>16</sup> através da socialização gerencial de todas as esferas da vida social.

---

<sup>16</sup> GUILLERM, Alan & BOURDET, Yvon. **Autogestão: Mudança Radical**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976; MANDEL, Ernest. **Controle operário, conselhos operários, autogestão**. São Paulo: Centro De Pastoral Vergueiro, 1988; MASSARI, R. **Teorías de la Autogestión**. Madrid, Zero, 1977; ROSANVALLON, Pierre. **La Autogestión**. Madrid, Editorial Fundamentos, 1979; MOTHÉ, Daniel. **L'Autogestion goutte à goutte**. Paris:

Além disto, também podemos apontar alguns outros elementos que propiciaram o desenvolvimento destas idéias; a globalização incipiente, a solidificação, mesmo abaixo de incessantes crises, do capitalismo financeiro, os sinais de fracasso do socialismo real colocando abaixo os pilares do marxismo/leninismo, junto de uma negação da burocratização vinculada à social-democracia. Nesse sentido, para um grupo de intelectuais extremamente radicalizados era preciso superar o burocratismo dos partidos e dos sindicatos renovando as propostas conselhistas. Novos experimentos de intervenção operária na produção pareceram indicar os elementos que superariam o sindicalismo, restrito à negociação do preço da força de trabalho, e o cooperativismo, cujos dirigentes estavam, em curto prazo, limitados a um horizonte de concorrência pacífica dentro do mercado capitalista.

Neste contexto surge uma corrente de pensamento com objetivo de socializar o poder gerencial das empresas, atribuindo aos trabalhadores, através de seus delegados, o poder deliberativo em todas as decisões que lhe dizem respeito, superando a distinção entre quem toma as decisões e quem as executa no processo de organização do trabalho, instaurando, assim, uma plena democracia econômica. Cabe mencionar que estas acepções econômicas estão entrelaçadas em uma imbricada teia cujo objetivo - talvez seu principal - é a efetivação de princípios políticos, ou seja, de uma participação social mais ativa por parte dos cidadãos na sociedade, uma vez que estes teóricos criticam a apatia política dos indivíduos contemporâneos.

Complementando as características econômicas, mas possuindo uma estrutura diversa, articulam-se os pressupostos políticos. Segundo Follis (2001), há nestes uma definição mais clara do significado da autogestão, visto que os teóricos integraram-se, de maneira geral, à corrente de pensamento da democracia radical, de Rousseau à atual sociologia crítica. Nas esferas de participação, a transposição de um mecanismo representativo para o âmbito das estruturas concretas das várias atividades socioeconômicas, vislumbradas em comunidades locais, implica, em sua extrema consequência, na dissolução do poder econômico-político e no funcionamento das estruturas sociais só mediante autoridade socializada, alterando assim, uma realidade social mais ampla do que tão somente a produtiva.

Na tentativa de captar os conteúdos substanciais do conceito, nota-se que, visualizado sob o espectro econômico, baliza-se pela inversão de certos pressupostos que, desde meados do séc. XIX causam mal-estar na civilização ocidental. A propriedade privada, a divisão acentuada do trabalho, o desenvolvimento descontrolado da técnica e as empresas multi/transnacionais que se proliferaram de maneira intensa constituem, assim, eixos em torno dos quais se articula o discurso autogestionário cujas pretensões podem ser captadas nesta frase de Rosanvallon (1979, p.18),

“en el siglo XVIII el concepto de democracia canalizo y expresó las esperanzas revolucionarias. En el siglo XIX ese papel lo desempeño el concepto de socialismo. Nuestra tesis es que el concepto de autogestión está destinado a desempeñar el mismo papel que representaron en su día los de democracia y socialismo.”

Charbonneau (1993) desenvolveu uma análise temporal minuciosa sobre os pensamentos autogestionários, enfocando o surgimento do termo na França durante a década de 1960 até seu desuso por volta de 1980. Segundo o autor, antes de 1968 o termo autogestão era usado por pensadores como Castoriadis e Chauvey para designar uma espécie de democracia industrial, ou seja, autogestão a partir da fábrica. Com o advento dos movimentos sociais de 1968 o conceito foi remodelado para atender diferentes demandas da sociedade que não só a do operário e da fábrica. A partir de então foi ressignificado para um tipo de autogestão política, alargando suas propostas e adentrando nas organizações da sociedade civil francesa como sindicatos (Confédération Française Démocratique Du Travail) e partidos políticos de esquerda (Partido Socialista Unificado e Partido Socialista).

Desta forma o conceito de autogestão revela-se como um verdadeiro fator de mudança para seus agentes discursivos e mesmo com as dificuldades e as divergências próprias da utilização do conceito, estes autores representam uma retomada do conselhismo que readaptado ao mundo pós-guerra sugerem uma mudança de foco dentro das teorias socialistas. De um lado, rejeitam o stalinismo/leninismo, de outro a social-democracia, sendo duramente criticados devido ao caráter demasiado utópico de suas formulações. Por meio de certa idealização da inovadora experiência Iugoslava, os teóricos autogestionários preocupam-se principalmente com as dificuldades de constituição de uma nova sociedade, de suas instituições possíveis e da participação dos agentes dentro destas, quase não mencionando em seus textos a maneira como o poder seria modificado, tema central da esquerda no século XX.

Apesar destes problemas, a defesa de uma democracia política radical por parte dos teóricos autogestionários delimita um período no qual as esquerdas parecem redefinir-se com novos pressupostos a partir, não tanto da crítica ao capitalismo, mas principalmente da crítica a modelos estatistas, autoritários e burocráticos de governo. Tendo em vista os insucessos das sociedades pós-revolucionárias e uma análise crítica do socialismo real, o quadro teórico socialista, a partir da década de 1970, começa a inverter a subordinação submetida aos assuntos políticos em prol das questões de equidade social através da economia. A defesa da democracia começa então a se tornar um valor em si mesmo de acordo com Toledo (1994)<sup>17</sup>, confrontando uma nova esquerda “moderna”, “reformista”, cuja ênfase recai na democracia e na prioridade à política como meio de ação linha pela qual os autogestionários seguem, com uma esquerda “primitiva”, “revolucionária” em que a economia e a tomada de poder com armas ainda se mostra como determinante<sup>18</sup>.

Nesse sentido, a tentativa utópica autogestionária, após tentar se difundir em uma realidade plural pós-68, foi descartada com a chegada da década de 1980, caindo em desuso devido à preferência em se discutir aspectos formais da democracia, em contraposição a aspectos relativos à autonomia da população (Charbonneau, 1993). No entanto, mesmo com sua decadência, ainda continuou sendo empregada, embora em menores proporções.

## 1.5. DUAS VISÕES NO FINAL DO SÉCULO XX: CAROLE PATEMAN E ROBERT DAHL

Em paralelo ao desenvolvimento da corrente teórica autogestionária na França, Cunningham (2009) afirma que devido, principalmente aos acontecimentos de maio de 68, surge uma corrente participacionista que reivindica uma ampliação das esferas de participação do Estado na sociedade civil. Um dos marcos para o surgimento desta “nova esquerda” (HELD, 1996) é a publicação de Carole Pateman, em 1970, do livro *Participação e Teoria Democrática*. Sem um conteúdo tão radical quanto aquele presente nas teorias autogestionárias, a autora busca, nos marcos do capitalismo, inserir organizações participativas na sociedade civil e estabelecer os fundamentos teóricos da articulação entre

<sup>17</sup> Um dos primeiros brasileiros a fazer essa defesa foi Carlos Nelson Coutinho (1979).

<sup>18</sup> Por este viés, temos que “a solução revolucionária não é a autogestão, mas o armamento das massas revolucionárias.” e “na época do imperialismo, a democracia não é senão uma forma vazia, sem significação.” (DALLEMAGNE, 1977: 43;67).

democracia e participação. Assim a democracia econômica aparece como um dos grandes temas da teoria participativa na medida em que pode reivindicar a possibilidade de reproduzir o modelo de participação direta no contexto de uma indústria de larga escala.

Por outro lado, Robert Dahl, mais moderado que Pateman teoriza uma esfera econômica democratizada inserida em um governo representativo. Em 1985, época de declínio do debate sobre a democracia econômica, Dahl escreve o livro *Um Prefácio à Democracia Econômica* tentando provar a tese de que o moderno sistema de propriedade privada aumenta as desigualdades sociais a ponto de afetar diretamente a liberdade política e, conseqüentemente, o processo democrático. Assim sendo, retoma a crítica feita pelos socialistas do século XIX sobre a propriedade privada contribuir para a criação de grandes diferenças de renda, status, informações, acesso a líderes políticos, e, de modo geral, oportunidades de vida (DAHL, 1985). Uma vez que nas sociedades ocidentais percebe-se uma grande desigualdade na distribuição dos recursos sociais, o autor aponta dois motivos principais: uma propriedade altamente concentrada e pagamentos muito grandes feitos a altos executivos das empresas privadas. Desta assertiva, rompe com os dois principais argumentos dos defensores da propriedade: o primeiro, de caráter utilitário, afirma a propriedade privada como benéfica para a eficiência e para o progresso econômico; o segundo, de caráter moral, afirma que a propriedade privada é um direito natural inalienável.

Refutando o primeiro argumento, une-se a diversos teóricos tratados neste texto que <sup>19</sup> mencionam a experiência de autogestão na Iugoslávia, mesmo que este seja o único exemplo disponível de uma tentativa de introduzir em larga escala a democracia econômica e contando com um número de estudos reduzidos. Dessa forma, nos quadros restritos que lhe eram reservados, a abolição do taylorismo e da propriedade privada em prol de uma propriedade coletiva/estatal, não fez baixar a produtividade. Ao contrário, possibilitou uma alta taxa de crescimento econômico no país. Da mesma forma, exemplos com outras empresas socializadas, como em Mondragon na Espanha, demonstram que a participação pode aumentar a eficiência da empresa e a satisfação com o trabalho.

Refutando o segundo argumento, de acordo com Dahl (1985), a questão depende do modo como foi feita a distribuição inicial da propriedade em determinada sociedade. Nesse sentido a propriedade privada não é dada como um direito natural, mas como um direito

---

<sup>19</sup> Bourdet e Guillerm (1976), Rosanvallon (1979), Pateman (1992).

historicamente produzido. Para justificar tal proposição, Dahl, utiliza o argumento de que a posse da terra deve ter sido justamente adquirida, sem, contudo, pormenorizar seu entendimento do que seria justamente adquirido e do que não seria.

Além de problematizar a propriedade individual, também o faz com a propriedade estatal e com a propriedade social, afirmando como melhor solução para este dilema, uma propriedade cooperativa. De tal modo, a empresa cooperativa para Dahl seria simultaneamente pública e privada: pública em relação a seus membros individuais, através de um sistema de quotas, e privada em relação aos seus não-membros. Na terminologia empregada por Dahl, os funcionários seriam cidadãos da empresa, resolvendo a alocação da renda, seja nos salários, na poupança ou em investimento. Em uma sociedade com empresas autogeridas, afirma o autor, não há dúvida de que a qualidade da democracia política seria muito superior, tenderia a reduzir os conflitos de interesses, ajudaria na manutenção da igualdade política e das instituições democráticas. Além disso, a distribuição de renda e riqueza seria menos desiguais do que no atual sistema capitalista de propriedade, uma vez que reduziria a diferença entre os salários. No entanto, as desigualdades também existiriam dadas as diferenças em mercados, demanda mutável, razões variáveis entre capital e mão de obra, diferenças regionais na oferta de trabalho e mão de obra.

Especificamente sobre as formas de organização no local de trabalho, Dahl é enfático ao afirmar que a assembléia sofreria de todas as debilidades da democracia direta em uma escala excessivamente grande, reproduzindo seu argumento sobre a democracia direta/participativa e o problema das escalas (DAHL, 2001). Segundo o autor, não se pode esperar que as estruturas administrativas no local de trabalho satisfaçam os critérios do processo democrático em grau nem muito pior, nem muito melhor do que as estruturas democráticas no governo do estado. Assim sendo, um governo representativo teria que ser criado nas empresas para que estas fossem governáveis.

Por outro lado, Carole Pateman parte das limitações impostas por Dahl, e questiona até que ponto seria possível ter uma situação de democracia direta num contexto industrial, e em que medida os trabalhadores estão interessados e aproveitam as oportunidades de participação oferecidas. Ao contrário de Dahl que procura justificar os motivos para que uma empresa seja democrática, Pateman busca problematizar o conceito de participação e de democracia dentro das empresas. Desta forma, a participação só ocorre quando duas ou mais partes influenciam-se reciprocamente na elaboração dos planos, políticas ou decisões e os empregados precisam



possuir as informações necessárias sobre as quais possam se basear a sua decisão. Além disto, para ser democrático o governo precisa ser eleito e passível de remoção pelo corpo de empregados, ou em um sistema de democracia direta, todos os trabalhadores precisam tomar decisões administrativas, abolindo a distinção entre empregados com mandato permanente e trabalhadores subordinados permanente.

Uma vez instaurado este sistema, os teóricos participativos partem do pressuposto que a experiência da participação tornará o indivíduo psicologicamente mais preparado para participar no futuro. Reforçando o argumento, Pateman baseia-se na constatação de Almond e Verba (1963) de que o indivíduo, a partir de suas experiências em estruturas de autoridade não-governamentais, teria a tendência de ampliar sua participação às esferas da política nacional e que as oportunidades para participar no próprio local de trabalho são de significado fundamental para o desenvolvimento da sensação de eficácia política. Tendo em vista que a estrutura de autoridade no local de trabalho é provavelmente a mais significativa e notória com a qual um homem está em contato diário (PATEMAN, 1970: ALMOND e VERBA, 1963), a teoria participativa argumenta que a própria experiência da participação no local de trabalho desenvolve e forja a personalidade democrática, isto é, as qualidades necessárias para o bom funcionamento do sistema democrático. Contudo, Pateman ressalta que é difícil estabelecer conclusões com os poucos estudos existentes e que as conclusões disponíveis não justificam grandes esperanças em mudanças de atitudes, valores e caráter, decorrentes de maior grau de democracia no trabalho e que se isso acontecesse seria ao longo de muitas gerações.

Indo de encontro a essa argumentação Dahl, menos otimista, critica Pateman e a corrente participacionista por pensar que através de mudanças políticas o ser humano poderá ser regenerado, tornando-se mais democrático. Segundo Dahl é utópico pensar que a democracia no trabalho favorecerá

“o desenvolvimento humano, o senso de eficácia política, reduzirá a alienação, criará uma comunidade solidária baseada no trabalho, reforçará os vínculos com o bem-estar geral da comunidade, debilitará a influencia do auto-interesse, produzirá um conjunto de cidadãos dotados de espírito público, ativos e interessados dentro das empresas, e estimulará maior participação e melhor espírito de cidadania no governo do próprio estado.” (DAHL, 1985, p.81).

Portanto, existem algumas diferenças entre ambos os autores no desenvolvimento de uma futura democracia econômica. Embora acreditem que o tema seja de grande importância

para o desenvolvimento qualitativo de nossas futuras sociedades em questões como igualdade e liberdade, por um lado, Dahl vislumbra uma democracia representativa tanto nas esferas estatais, quanto nas esferas econômicas, sem problematizar até que ponto esta representação poderia se tornar novamente um despotismo eletivo na esfera econômica como possuímos atualmente na esfera política. Já Pateman, preocupa-se essencialmente com a questão da qualidade democrática dentro das empresas de modo que todos possam participar de alguma maneira nestas estruturas. No entanto a conexão que estas empresas socializadas possam ter com uma esfera política também participativa, bem como a questão da transição para tal sistema socializado são perguntas que ficam sem resposta.

Sobre o problemático tema da transição de sistemas, segundo Dahl, as firmas privadas poderiam ser convertidas em firmas autogestionadas através de políticas públicas que estabelecessem um prazo determinado pelo governo para que fossem socializadas, como aconteceu no exemplo bem sucedido sueco e dinamarquês. Além disso, as firmas com dificuldades econômicas, também poderiam ser adquiridas pelo governo e depois repassadas para os funcionários em melhores condições financeiras. Mas, finaliza Dahl, acima de tudo a população deve ter o direito de decidir, através do processo democrático, como as empresas econômicas devem ser possuídas e controladas.

Já Pateman toca na questão da transição de uma econômica privadamente possuída para uma economia socializada apenas sinalizando o problema, uma vez que para a autora na falta de dados e estudos mais aprofundados, a democracia participativa permanece como uma questão de conjectura, portanto, aberta e abstrata. Contudo, percebe-se em sua argumentação que a política deve ser ampliada para cobrir esferas exteriores ao governo nacional. E neste caso, a indústria deve ser reconhecida como um sistema político de importância vital na teoria da democracia participativa, tendo em vista que a participação no local de trabalho oferece a possibilidade de mudança de comportamentos.

Held (1996) ao analisar as idéias de Pateman e Dahl enfatiza a questão dos limites internos e externos de tais empresas. Seria possível dissolver grandes conglomerados industriais em pequenas empresas para que estas possuam um grau de democracia elevado? Como ficaria a questão do controle e da eficiência em grandes empresas, uma vez que o mercado exige respostas rápidas e criativas dos empresários? Como seria a relação destas empresas com as estruturas competitivas e predatórias do mercado? Ainda mais além, como seria a relação deste mercado com as esferas políticas mais amplas, como as nacionais? Qual

seria a relação destas empresas e deste tipo de sociedade em uma ambiente internacional plural? E para finalizar, como seria efetuada a transição para um sistema desse tipo? Sem ousar responder a todas essas perguntas, podemos afirmar que são pontos que se postulam como grandes obstáculos para a teoria da democracia participativa e, especificamente, para os teóricos que pensam a democracia econômica.

Neste trabalho, acreditamos que ambos os autores trazem questões importantes de maneira coerente e bem articulada para as questões da democracia econômica ao mesmo tempo em que deixam diversas questões em aberto. Além do mais, como se configuram em estudos isolados de autores renomados no campo da teoria política, suas obras possuem um grande valor para o debate contemporâneo, trazendo em seu bojo grande parte das discussões que se prolongaram do século XIX ao século XX.

Outros autores também importantes para o debate político contemporâneo como Macpherson, Barber e Hirst abordam de maneira menos profunda o tema da socialização das empresas acabaram não sendo analisados, uma vez que cabe ao pesquisador recortar e discernir as partes essenciais para a compreensão de um debate político. Nesse sentido, entendemos que focando nas argumentações de Dahl e Pateman teríamos maior compreensão dos principais argumentos em voga no período.

## 1.6 A TEORIA DEMOCRÁTICA NO LOCAL DE TRABALHO: UM DEBATE AINDA POR COMEÇAR

Percebemos que o conceito de democracia econômica é polissêmico, utilizando, no discurso dos autores analisados, ora as vestes do cooperativismo, adquirindo um caráter micro, ora de um sistema socializado global. O conceito situa-se em um contexto lingüístico que surge desde o final do século XVIII e que constitui uma mudança radical com o passado não apenas em termos econômicos, sociais e políticos, mas também cognitivos. As percepções de futuro, passado e presente mudaram desde então, caracterizando um momento sob o qual o “horizonte de expectativa”<sup>20</sup> (KOSELLECK, 1993) dos sujeitos históricos se faz presente de

---

<sup>20</sup> “la expectativa se efectúa en el hoy, es futuro hecho presente, apunta al todavía-no, a lo no experimentado, a lo que solo se puede descubrir. Esperanza y temor, deseo y voluntad, la inquietud pero también el análisis racional, la visión receptiva o la curiosidad forman parte de la expectativa e la constituyen.” (Koselleck, 1993,p.338).

maneira mais contundente nos escritos políticos, visto que os conceitos começam a possuir propostas de ativar e reorganizar as massas. Os termos começaram a tornar-se cada vez mais genéricos em suas referências sociais, e mais abstratos em seus significados, ganhando assim, a forma lingüística de “ismos” ou de substantivos singulares, como marxismo, liberalismo e republicanismo.

A partir de uma crítica à democracia liberal vista como um procedimento no qual os atores devem somente cumprir as regras do jogo, tentamos analisar a democracia econômica de um ponto de vista historicamente coerente simultaneamente à busca de suas contribuições para o pensamento político ocidental. Longe de esgotarmos a discussão, pretendemos oferecer subsídios para a disseminação de pesquisas sobre o tema. Isto porque temos em conta as diferentes abordagens que poderíamos realizar, e sendo inviável realizar todas as tarefas simultaneamente uma vez que muitas delas são pragmaticamente excludentes entre si, tivemos que optar por caminhos segundo nossos interesses, de modo a responder as questões que desejamos. Como argumenta Koselleck (1993), os diversos focos são igualmente legítimos e implicam pesquisas factíveis de diversos níveis, em uma análise na qual se pode passar do conceito ao parágrafo, daí ao livro, ao debate político e social, à linguagem ordinária, à relação com os demais conceitos e assim sucessivamente, em um trabalho de pesquisa infundável.

Desse modo iniciamos com Robert Owen que conjugava uma socialização total da produção com uma burocracia estatal. Fourier, por sua vez, sustentava a utópica construção dos falanstérios como solução para coação e hierarquização cada vez mais presentes nas sociedades modernas. Saint-Simon, mais prático, sugerira o fim da classe política e a instalação de um Estado industrial responsável pela coletivização dos meios de produção. Já Proudhon foi o primeiro a questionar as bases econômicas em que o Estado se insere formulando o mutualismo e o federalismo como um sistema de representação por escalas com uma economia socializada. Karl Marx resume estas concepções e critica as cooperativas, pois mesmo que representassem uma nova estrutura social em gestação, inseridas em um sistema de mercado em concorrência, tenderiam somente a amenizar o grau de hierarquização presente nas firmas capitalistas.

Entrando no século XX, os conselhistas alteraram o foco das discussões anteriores sugerindo comissões dentro das fábricas responsáveis pela disseminação de idéias anti-sistêmicas. Essas comissões articuladas com partidos e sindicatos, gradualmente, iriam tomar

o poder das empresas, instaurando uma democracia econômica. Retomando o conselhismo em um novo contexto, surge na França uma corrente autogestionária, também crítica à propriedade privada e à divisão do trabalho, e que, após 1968, amplia suas propostas de gestão direta dentro das fábricas para a autogestão de todo o corpo social. Logo após, abordamos dois autores de grande importância para a ciência política contemporânea que tratam do tema da democracia econômica. Robert Dahl, cuja preocupação destina-se, essencialmente, com a constituição de relações econômicas mais justas para que a democracia representativa funcione de maneira equilibrada e, por outro lado, Carole Pateman que busca, através dos exemplos em empresas socializadas, testar a hipótese de que quanto mais participação, mais um indivíduo se sente preparado para participar.

No entanto, apesar de termos esse rol de autores de importância inquestionável no pensamento político e social contemporâneo que apóiam a constituição de uma democracia econômica, a idéia em si não conseguiu triunfar ao longo destes dois séculos de desenvolvimento. A maioria dos autores que refletiram sobre o tema em fins do século XX, afirmou que, gradualmente, a idéia foi esquecida e deixada de lado em prol de questões procedimentais da democracia política, como implicitamente reivindicava Giovanni Sartori no início deste artigo. Contudo, nota-se na história do pensamento político moderno traçada, que o tema da democracia econômica foi se aprimorando teoricamente. Se nos remetermos novamente às cinco fragilidades elencadas no início deste artigo, encontramos algumas possíveis soluções conjugando as problemáticas trazidas nesse capítulo. A “patologia da representação” poderia ser amenizada com mecanismos de representação em nível local que longe de acabarem em um “despotismo eletivo” seriam instrumentos eficazes de participação política direta de indivíduos cuja experiência democrática no local de trabalho o habilitariam para decidir assuntos pertinentes a sua própria vida. Com um número maior de pessoas participando dos processos políticos pensamos que, ao invés de dificultar, facilitaria a tomada de “ações coordenadas” por parte do Estado, uma vez que diversas lacunas de informações seriam preenchidas por pessoas interessadas em determinadas questões que lhes dizem respeito. Por último, a autonomia dos poderes poderia se tornar um instrumento público de participação e decisão democrático que tornasse transparente a questão do poder e sua origem.

Contudo, sem almejar que a democracia em seus moldes econômicos, políticos ou sociais solucione todos os problemas societários e regenere o homem, cabe à ciência social oferecer possibilidades de emancipação aos indivíduos e trabalhar na busca do bem-estar

social. Neste sentido, visualizamos, na prática, que o movimento da economia solidária pretende retomar a questão da democracia na esfera econômica, deixada de lado pelo cooperativismo moderno, cujas administrações tornaram-se verticalmente organizadas em prol da questão da eficiência econômica. Portanto, mesmo sendo um fenômeno recente e em gestação, merece ser analisado criticamente antes de alimentarmos qualquer esperança sobre as possíveis transformações que possa gerar na estrutura da sociedade capitalista. Tal ressalva é necessária posto que nestes duzentos anos de lutas contra-hegemônicas diversos foram os momentos em que intelectuais acreditaram encontrar a solução para os males modernos propondo novas possibilidades de emancipação social que acabaram sendo deixadas de lado diante da complexidade presente nas sociedades modernas.

## CAPÍTULO 2

---

### **A economia solidária como prática social e projeto teórico**

No capítulo anterior constatamos que a temática da democracia no campo econômico possui uma longa história no pensamento político do século XIX até o século XX, que, a partir da década de 1980, foi gradativamente perdendo importância no cenário intelectual. Grigoryan (2007) afirma que se, ao longo do século XX a democracia política triunfou, as propostas de estabelecimento de uma democracia econômica falharam enquanto prática e também enquanto idéia. Tentando explicar esse fenômeno, Charbonneau (1993) argumenta que o tema caiu em desuso devido à preferência em se discutir aspectos formais da democracia, em contraposição a ampliação de espaços de autonomia. Por outro lado, Grygorian (2007) relaciona a falência da teoria com os fracassos das experiências de implantação de uma democracia econômica em nível nacional, como no caso da Iugoslávia, da própria U.R.S.S e de outros casos isolados, como as tentativas francesas de nacionalizar seus maiores bancos e o caso sueco de criar fundos democráticos para os trabalhadores<sup>21</sup>.

Apesar deste gradativo decréscimo da discussão, especificamente sobre as propostas de democratização da esfera econômica com a década de 1980, mostraremos nesse capítulo a gradual ascensão, a partir de 1990, de movimentos oriundos da sociedade civil cujas propostas pretendiam renovar as práticas cooperativas e associativas no Brasil. De diferentes vertentes ideológicas, notamos uma conjugação de esforços para que o fenômeno denominado de economia solidária ganhe visibilidade e aceitação no cenário político nacional, de modo que no ano de 2003 será criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Pretendemos, dessa maneira, compreender a especificidade do caso da economia solidária buscando os diferentes agentes coletivos que fomentaram a inserção sua no sistema político brasileiro como política pública nacional, bem como destrinchar os conteúdos inseridos no conceito de economia solidária, no panorama nacional e internacional, através de seus principais defensores e detratores.

---

<sup>21</sup> Todas estas experiências foram mal sucedidas, de acordo com Grygorian (2007), devido a dificuldade de torná-las viáveis economicamente. Quanto ao próprio mérito de sua argumentação não entraremos em detalhes dada a proporção que tomaria tal análise.

Acreditamos na necessidade desta análise, tendo em vista que a literatura até então tem demonstrado dificuldade em compreender as diversas relações de causalidade presentes no contexto político brasileiro da inserção da economia solidária no sistema, concentrando-se, basicamente, em dois tipos de estudos: ora por meio de análises mais amplas sobre todos os processos envolvidos no ciclo da política pública de economia solidária – formulação da agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. - (BARBOSA, 2007; MELLO, 2006, PRAXEDES, 2009), ora sobre as possibilidades e as dificuldades de construção do campo (ANDION, 2006; BENINI, 2003, EID, 2007, POCHMANN, 2004, SCHIOCHET, 2009). Desta análise pretendemos introduzir o princípio de uma sistematização dos diversos e complexos fatores que levaram a institucionalização da economia solidária. Após, buscaremos abarcar o projeto da economia solidária em termos da análise dos intelectuais que fomentam o debate sobre o tema com o intuito de clarear os múltiplos significados de nosso objeto de estudo.

## 2.1. A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO

A ampliação da participação política da sociedade civil que se torna visível a partir da década de 1990, se desenvolveu de diferentes formas e em distintos ritmos na história política recente do Brasil. A década de 1970 assistiu à “emergência heróica” dos movimentos (CARDOSO, 1994), fase em que diversas organizações surgiram baseadas na luta pelos direitos políticos contra a ditadura militar. Já com o processo de redemocratização no início da década de 1980, houve uma gradativa tendência à institucionalização e ampliação de associações, instituições e ONG’S. Desse modo, é digno de nota que o associativismo difere em contextos democráticos - optando por arranjos cooperativos - e autoritários - cujas opções de ação coletivas são centradas no conflito -. Segundo a literatura corrente (CARDOSO, 1994; PAOLI e TELLES 2000; GOHN, 2005), essas lutas produziram aberturas importantes no autoritarismo excludente e na baixa mobilização política característica de nossa história, fazendo com que se iniciassem, a partir da sociedade civil, movimentos contestatórios ainda em construção no cenário político e social brasileiro.

O ápice dessa trajetória de mobilização ocorre com a Constituição de 1988 cujos preceitos vislumbram o exercício de uma cidadania para além da prática do voto, utilizando-



se de mecanismos institucionais tanto descontínuos e circunstanciais, quanto regulares e permanentes<sup>22</sup>. Ao longo dos anos 90, o campo da sociedade civil ampliou-se e se entrelaçou com a sociedade política, gerando novos espaços públicos e novas instituições, próprias de novos atores e sujeitos coletivos que visavam operacionalizar políticas públicas.

Paralelamente a essa ampliação do papel da sociedade civil na política, assistimos a redefinição do papel do Estado, aos efeitos perversos da reestruturação produtiva, da globalização da economia, e da heterogeneidade das estruturas e do conflito social (PAOLI E TELLES, 2000), modificando a forma de inserção das demandas advindas das organizações da sociedade para o sistema político. A partir da metade da década de 1990 houve uma rearticulação dos movimentos sociais urbanos que foram incorporados pelas ONG'S e, junto com outras fundações e organizações do Terceiro Setor, tomaram a dianteira do movimento popular (GOHN, 2005). Segundo pesquisas recentes (BICHIR, CASTELLO e GURZA LAVALLE, 2007), em nosso contexto político não há necessariamente um retrocesso da influência dos movimentos sociais, posto que eles se mantêm centrais nas redes de articulação social. O que observam os autores é que, embora os movimentos sociais sejam proeminentes, são as ONG's que possuem maior capacidade de intervenção, coordenação e agregação em detrimento de outras formas de ação coletiva.

Nesse sentido, essas complexas relações criaram no cenário político brasileiro um espaço público informal, descontínuo e plural por onde circulam reivindicações de direitos diversas, congruentes e divergentes, que entrelaçam e flexibilizam as fronteiras entre sociedade civil, Estado e mercado.

Diversos autores (AVRITZER, 1997; GUGLIANO, 2004; BAQUERO, 2007) afirmam que as novas democracias latino-americanas acentuaram uma distribuição desigual do poder por meio da privatização, redução do estado, e do manutenção do padrão societário desigual de ineficiência. Em congruência com esses autores, entendemos que passados 24 anos de construção democrática em nosso país essas práticas que buscavam romper com o passado autoritário não se enraizaram na sociedade civil ao ponto de motivar e mobilizar a participação de amplos setores da população. Isso porque atualmente nos deparamos com um denso, complexo e diversificado tecido social que mais reproduz as

---

<sup>22</sup> Esta constituição abarca garantias regulares de espaços plurais de representação de atores coletivos especificamente por meio de iniciativa popular de lei, plebiscito, audiência pública e tribuna popular. Como mecanismos descontínuos e circunstanciais podemos situar os diversos conselhos e orçamentos participativos que também foram criados.

velhas formas e práticas de se fazer política no Brasil, como o clientelismo, o patrimonialismo e o corporativismo (NUNES, 1997), do que criam novas possibilidades à democracia. Dessa forma pouco contribuem para o empoderamento<sup>23</sup> (PERKINS E ZIMMERMAN, 1995) dos setores populares.

Seguindo a trilha do amplo contexto descrito acima, problematizado a partir do exemplo da economia solidária, em um primeiro momento interessa-nos mapear o caminho que as organizações de economia solidária traçaram até 2003, ano da sua institucionalização através da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Dentro da perspectiva que nos propomos traçar destaca-se a criação, em 1994, da ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária) que nasceu atrelada ao movimento sindical, especificamente no interior do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) na busca de soluções para as empresas falidas. Paulatinamente passa a ser assumida pelos trabalhadores por meio das redes tecidas pelas empresas recuperadas, sendo uma das principais entidades de formação para a autogestão e fomento da economia solidária. Atuou com força especificamente no Rio Grande do Sul, baseando seu discurso em contraposição ao cooperativismo agrário, tido pelos criadores da ANTEAG como capitalista e hierarquizado (VIEITEZ e DAL RI, 2004).

É importante ressaltarmos que, muito embora, tenhamos como marco conceitual no cenário da economia solidária brasileira a criação da ANTEAG, o movimento cooperativo e associativo, bem como as organizações de trabalhadores autogeridos perpassam toda a história do século XIX e XX<sup>24</sup>. Neste sentido a intenção por ora é somente mapear alguns pontos importantes da história recente de lutas por parte dessas associações e cooperativas a fim de compreender os fatores que influenciaram a institucionalização de uma Secretaria de Economia Solidária junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Alguns anos após a criação da ANTEAG, mas não somente como fruto desta, também começa a emergir um amplo leque de pesquisas e publicações sob a égide do conceito de Economia Solidária que serviram para divulgar a autogestão enquanto proposta alternativa ao

---

<sup>23</sup> “Um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”. (PERKINS E ZIMMERMAN, 1995, p.1)

<sup>24</sup> Enquanto na Europa o nascimento das cooperativas estará associado à criação, em 1844, da Sociedade dos Probos de Rochdale, no Brasil este movimento data do final do século XIX, especificamente em 1889 com a criação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em Minas Gerais.

desemprego, a flexibilização e a precarização dos postos de trabalho<sup>25</sup>. Percebemos, que em fins da década de 90 começam a surgir publicações sobre a economia solidária que vão se proliferando de maneira intensa de modo que a partir dos anos iniciais do século XXI ocorre um *boom* editorial sobre o tema em um quadro que expressa uma valorização gradativa, no contexto intelectual brasileiro, destas novas formas de configuração laboral. Essa movimentação no campo das idéias nos parece um dos cenários possíveis para compreender o caminho pelo qual os agentes de economia solidária teriam trilhado sua institucionalização com a criação da SENAES, em 2003. Contudo, este quadro deve ser relacionado com as ações práticas que engendraram a publicação destes livros, uma vez que, em sua maioria, estas publicações revelam pesquisas que deram um primeiro passo para tornar visíveis atores e práticas outrora apagadas.

Por este viés, e de acordo com o modelo cíclico das políticas públicas de Easton (1965), antes da formulação da agenda por um determinado governo, se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentar um dado problema. Essa construção se daria via processo eleitoral, mudanças nos partidos que governam ou mudanças nas ideologias, aliados à força ou à fraqueza dos grupos de interesse. Segundo o autor, portanto, a construção de uma consciência coletiva sobre determinado problema é fator poderoso e determinante na definição da agenda. Especificamente, no caso aqui analisado, tanto a mudança na direção ideológica através de novas idéias, quanto a mudança nos aparatos estatais, por conta da vitória de um governo articulado a partir das causas trabalhistas, pesam para a institucionalização da economia solidária enquanto política pública de governo.

Tendo em vista as preocupações de Easton (1965), devemos levar em conta o fato de que para a construção de novas políticas públicas a fim de combater a pobreza e a desigualdade social no Brasil do início do século XXI, pesou o fato de que a abertura econômica da década de 90 repercutiu drasticamente para a conformação social do país, acentuando a desconfiança nos sindicatos e a desilusão com ações coletivas. As principais características desta nova fase de desenvolvimento neoliberal são a generalização das

---

<sup>25</sup> Embora essa pesquisa não seja pormenorizada, utilizamos algumas das publicações mais importantes sobre o tema para corroborar tal afirmação: Dal Ri, Neusa Maria (Org.). **Economia Solidária: O desafio da democratização das relações de trabalho**. Universidade Aberta, São Paulo, 1999. Singer, Paul e Souza, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. Editora Contexto, São Paulo, 2000. ANTEAG. **Autogestão: Construindo uma nova cultura das relações de trabalho**. ANTEAG, 2000. Heckert, Sonia Maria Rocha(Org.). **Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas**. Editora UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2003. Gaiger, Luiz Inácio(Org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2004.

tecnologias de informação, a desestabilização dos princípios fordistas e tayloristas pela reestruturação produtiva em termos de descentralização, flexibilização do trabalho, redefinição das tarefas e das qualificações (HARVEY, 1992). Em um movimento contraditório, para grande parte dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que o trabalho desqualificado baseado na repetição mecânica de tarefas será o principal ramo empregatício, busca-se uma maior qualificação dos postos de trabalho, enriquecimento das tarefas e estimulação da participação e da responsabilidade, estimulando a co-gestão das empresas. Neste contexto, Barbosa (2007, p.33) salienta que a produção pós-fordista caracteriza-se por um

“modelo de desenvolvimento estruturado pela produção de pequenos lotes, extinção da economia de escala e dinamização de modos flexíveis de contratação e uso da força de trabalho, mais adequado a demanda diversificada e fragmentada dos mercados [...] instrumentalizada pela tecnologia informacional e eletrônica, bem como pela colaboração entre unidades produtivas e trabalhadores-empresa refundando um novo contexto colaboracionista.”

Baseadas nestes pressupostos, de acordo com os indícios do capítulo anterior, as políticas públicas brasileiras da década de 1990, portanto, aprofundam o desemprego prolongado servindo para verificar a (in) viabilidade das promessas neoliberais de crescimento duradouro e elevação do emprego em nosso país, à exemplo dos processos que já marcavam os países centrais. No entanto, nos países de desenvolvimento industrial tardio, o pauperismo, o desemprego e a super-exploração do trabalho vinculam-se a incompletude e a impossibilidade da plena industrialização perante o mercado internacional, uma vez que se altera o modelo de desenvolvimento que até a década de 1970 era baseado na industrialização, na urbanização, na militarização, na concentração econômica, na integração social, na homogeneização forçada e na intervenção estatal (CATTANI, 2000).

Assim, na década de 1990, Cattani (2000, p.69) destaca o surgimento de uma *nova pobreza* nos países latino-americanos cuja principal característica é o “caráter aleatório da participação na vida econômica e social, pela irregularidade, precariedade e incerteza na obtenção de recursos para sobrevivência.”. A novidade é que este panorama, comum aos países do chamado terceiro mundo, também afetou os exemplos clássicos da sociedade liberal avançada através da precarização do trabalho nos Estados Unidos e da exclusão de uma grande massa na Europa Ocidental.

Fruto desta conjuntura da crise do trabalho assalariado, segundo Barbosa (2007) o governo brasileiro aponta como alternativa o desenvolvimento de habilidades individuais para constituir o próprio negócio ao mesmo tempo em que ocorre uma nova legitimidade do trabalho informal, via pela qual os empreendimentos econômicos solidários se disseminam. Icaza (2004) sustenta que estes empreendimentos informais começam sua atuação nos anos 1980 e se multiplicam nos anos 1990 tendo como marco principal para a divulgação da autogestão a fundação da ANTEAG em 1994. Dal Ri (1999) e Eid (2007) apontam antecedentes mais remotos vinculados a criação de grupos coletivos e associações pelo MST no período de 1980 à 1989. Neste período o MST cria o Sistema Cooperativista dos Assentados, e, em 1992, cria a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil) com o objetivo de construir um cooperativismo alternativo ao modelo vigente.

Ainda nos primórdios de construção da economia solidária, também se destaca a forte presença de setores da igreja progressista, principalmente com a CÁRITAS e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) apoiando na luta pela reforma agrária e na organização de cooperativas rurais (EID, 2007). Já para Schneider (1999) o movimento cooperativo se desenvolve e disseminar principalmente pela criação da Lei 8.949 de 9 de dezembro de 1994, que acrescentou o Parágrafo Único ao Art. 442 da CLT tornando inexistente o vínculo empregatício entre os tomadores de serviços prestados e os associados das cooperativas, facilitando assim, por parte de um mercado formal, a contratação de empresas baseadas na gestão compartilhada.

Percebe-se, portanto, que diversas instituições promoveram, divulgaram e incentivaram a criação de leis e projetos que facilitassem a criação de associações e cooperativas em moldes de autogestão. No contexto internacional, Galvão (1999) observa a presença de dois organismos, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). A primeira, em seu *Programa e Pressupostos para 1996/1997*, ou seja, de maneira simultânea à divulgação mais localizadas da economia solidária, indicou como objetivo reforçar a capacidade dos governos para criar e aplicar política e programas de estímulo ao espírito empresarial e ao desenvolvimento de empresas cooperativas nos setores estruturados e não estruturados. Também na recomendação 192/2002 a OIT indicou a cooperativa como meio de trabalho a ser estimulado entre os países associados às nações Unidas e o que antes era apenas uma orientação para ocupação nas

periferias agora toma a forma de instrução para o conjunto dos países. Já a CEPAL, em publicação de 1990, enfatizou a criação de cooperativas de autogestão como forma de reorganização das unidades produtivas. Cabe destacar o papel da AIC (Aliança Cooperativista Internacional) que na bibliografia consultada parece de menor importância, desenvolvendo, timidamente, com a OIT convênios de atividades e fomento a promoção do cooperativismo no mundo (BARBOSA, 2007).

Com esta conjuntura favorável, as primeiras experiências de ações governamentais foram dadas pelos municípios de Porto Alegre – RS em 1996, Belém – PA em 1997, Santo André – SP em 1997 e, posteriormente, Recife – PE e São Paulo – SP em 2001 (PRAXEDES, 2009), sendo o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o pioneiro, em duas gestões consecutivas nos anos noventa (SCHIOCHET, 2009). Segundo Mello (2006), também em 1998, em Porto Alegre/RS, no I Encontro Latino Americano de Cultura e Socioeconomia Solidárias, brasileiros juntaram-se a delegações do México, Peru, Nicarágua, Bolívia, Espanha e Argentina para identificar semelhanças e diferenças de conceitos e práticas do campo da economia solidária iniciando um processo de construção de uma agenda internacional comum. A partir das resoluções desse primeiro encontro, duas redes nacionais de Socioeconomia Solidárias foram criadas: uma brasileira e uma mexicana. Assim foi constituída a primeira articulação nacional em economia solidária: a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES).

Além da RBSES, destaca-se o processo de criação e de articulação em redes de economia solidária em nível global, impulsionadas pelas diferentes edições do Fórum Social Mundial, levadas a cabo em Porto Alegre/RS (BENINI, 2003; PRAXEDES, 2009; MELLO, 2006). Dessa maneira, em 2001, durante o I Fórum Social Mundial, foi criada a Rede Global de Socioeconomia Solidária com a participação de 21 movimentos e instituições internacionais (MELLO, 2006).

Aliado a este somatório de interesses e redes, informais, descontínuos e plurais que se articularam em torno do discurso em prol da autodeterminação dos trabalhadores na esfera econômica, percebemos que, gradativamente, o tema vai ganhando força. Esses eventos, assim, culminaram, em um primeiro momento, na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e em um segundo momento, em 2003, na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Por parte do governo brasileiro, a criação da SENAES foi determinante para a visibilidade e aprimoramento do movimento. No ato de sua inauguração, foram apontados quatro pontos principais a serem desenvolvidos: 1) marco legal 2) rede de produção 3) finanças 4) educação 5) comunicação 6) democratização do conhecimento e da tecnologia. Dada a primazia das reivindicações de aprofundamento da democracia do movimento como um todo, a SENAES também estabeleceu como premissa para sua constituição a gestão compartilhada com a sociedade civil nas decisões que dizem respeito ao orçamento e aos diversos processos decisórios internos da secretaria. Uma vez que já existiam organizações reconhecidas, especificamente a RBES e o FBES, elas se tornaram as principais interlocutoras da sociedade civil ante a SENAES e foi a partir destas que Paul Singer, professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP), foi escolhido como Secretário Nacional de Economia Solidária. Assim, estas redes que se formaram e ajudaram a estruturar o movimento social, servem como mediadoras dos interesses entre os envolvidos no trabalho autogestionário e as possibilidades das políticas públicas estatais, pretendendo operar e articular as demandas dos fóruns estaduais e municipais e servindo como suporte para a constituição de uma sociedade mais justa e democrática.

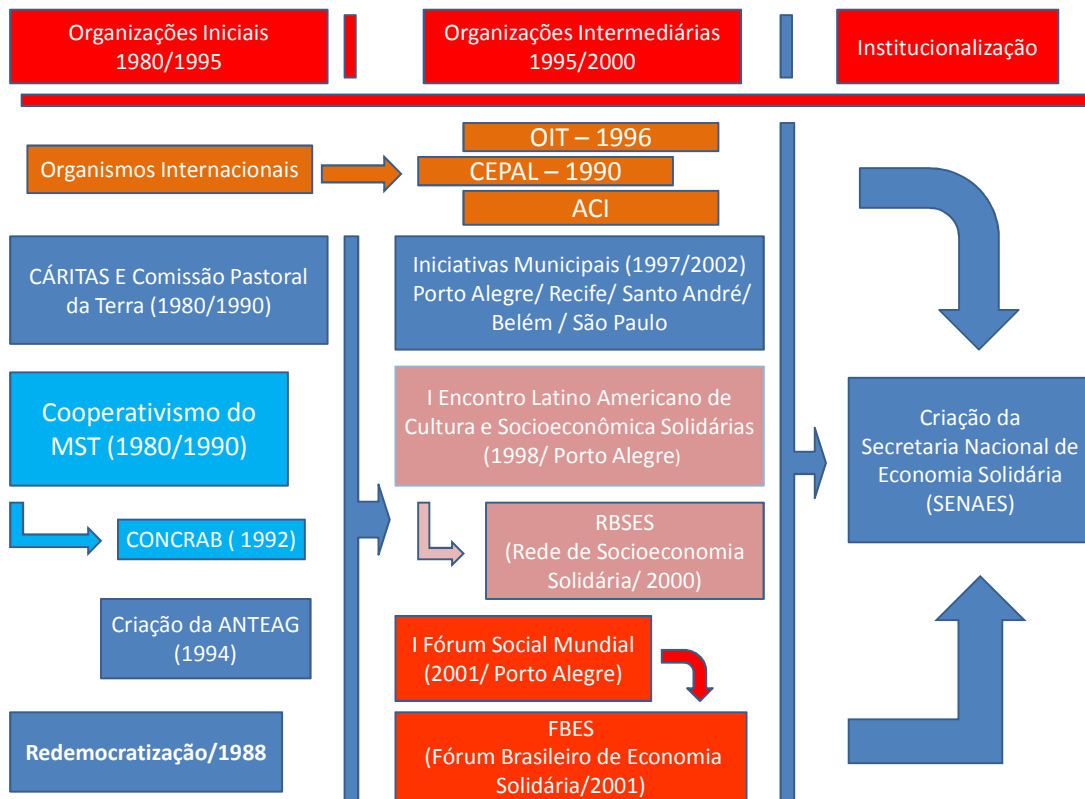
Fruto da articulação das diversas redes – Figura 1 - que se mobilizaram frente ao Estado brasileiro surgirá a SENAES e será institucionalizada a Economia Solidária como uma política pública nacional. No entanto, embora a maior parte da literatura acredite que a criação da Secretaria é uma opção favorável para os estratos menos favorecidos da população, podendo até mesmo indicar os caminhos de uma “outra economia” não capitalista (DAL RI, 1999; SINGER, 2000; GAIGER, 2004), outra parte da literatura, alinhada a uma esquerda mais ortodoxa, percebe a criação da SENAES como uma vitória do capital sobre o emprego formal, à medida que o Estado começa a promover ações em favor da informalidade e do auto-emprego entregando os trabalhadores a sua própria sorte (BARBOSA, 2007; DAGNINO E NOVAES, 2007). Diante deste dilema, sustentamos que somente com o passar do tempo e com um distanciamento maior do objeto conseguiremos conjecturar acerca do possível caráter anti-sistêmico deste recente fenômeno<sup>26</sup> que, por ora, recebe as atenções de ativistas, acadêmicos e políticos no cenário nacional. Nas próximas páginas deste capítulo, portanto, nos propomos a analisar as diferentes abordagens da economia solidária no cenário

---

<sup>26</sup> Isso porque, como toda análise macro-estrutural, necessitaremos de dados mais consistentes para verificar a permanência destes empreendimentos em uma longa trajetória sujeita a mudanças conjunturais.

intelectual, procurando responder qual são as expectativas e quais são os conteúdos e significados que o conceito carrega, concentra e condensa em seu bojo.

**Figura 1**  
Sistematização das Organizações envolvidas com a Economia Solidária no Brasil



Fonte: elaborada pelo próprio autor.

## 2.2.O CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Após trabalharmos com os fatores que possibilitaram a inclusão da economia solidária no sistema político nacional este trabalho tentará delimitar os principais conteúdos alojados dentro do próprio conceito de economia solidária. Para isso buscamos perceber as especificidades dos diversos projetos intelectuais e as expectativas que carregam os empreendimentos econômicos solidários através de uma análise sucinta e não exaustiva do pensamento de alguns pesquisadores que trabalham com a temática. Pensamos que também é



possível compreender as problemáticas deste complexo fenômeno social por meio das propostas advindas do âmbito intelectual.

Neste sentido, devemos ressaltar que, para além de seus conteúdos, a própria definição do conceito de economia solidária já é controversa. Embora seja um fenômeno mundial (LAVILLE, 2009), em cada contexto surge com uma terminologia específica, posto que diferentes culturas nomeiam suas práticas sociais, que são muitas vezes semelhantes, de acordo com um léxico próprio e determinado. Com isso, na Europa, as associações, cooperativas e grupos informais aparecem designados por meio de uma diversidade de termos, alguns mais consagrados como Economia Social, ou “Terceiro Setor”<sup>27</sup> e outros incipientes, ainda por se afirmar, como o próprio caso do termo Economia Solidária. Cunhado pelo economista chileno Luiz Razeto, o termo Economia Solidária destaca-se no Brasil e na América Latina. Contudo outros termos como Economia Social e Solidária, Economia Popular Solidária ou Economia do Trabalho também são utilizados para caracterizar esse novo fenômeno social. Além desses problemas de definição taxonômica, há uma enorme dificuldade de delimitar as propostas e os projetos que transparecem a diversidade de discursos que existem por trás deste fenômeno.

Apesar destas divergências, existem algumas semelhanças na maneira como a maioria dos autores tratam do tema. A começar pela crítica às insuficiências do modelo neoliberal de pensar e fazer a economia. Para alguns destes teóricos, que se denominam também anti-utilitaristas, os resultados satisfatórios de uma economia de mercado poderiam se verificar a medida que existe uma certa homogeneidade de produtos, uma atonicidade das ofertas e das demandas, transparência por parte dos agentes, bem como liberdade, mobilidade e informação perfeita de compradores e vendedores (LAVILLE, 2004). Diante da impossibilidade em garantir tais condições de funcionamento equilibrado da lei da oferta e da demanda, mecanismo que garantiria uma sociedade justa e equilibrada no modelo neoliberal, constatam que a utopia/ideologia do mercado como auto-regulável é carregada de falsas premissas já que o preço não encontra sua origem em ações aleatórias de intercâmbio, mas em uma institucionalização socialmente organizada, ou seja, de acordo com as estruturas de poder de determinada sociedade.

---

<sup>27</sup> A palavra é uma tradução do termo *Third Sector*, cuja origem remonta aos Estados Unidos onde é muito utilizado também pela academia. De conotação ampla, define as diversas organizações sem vínculos diretos nem com o primeiro setor, constituído pelo estado, nem com o segundo setor, constituído pelo mercado (SALAMON & ANHEIER, 1992).

Além destes fatores, talvez a principal das críticas que possa ser feita ao liberalismo econômico, bem como ao liberalismo político, essa já feita no Capítulo 1 deste trabalho, é a separação radical da esfera econômica de regras morais estabelecidas socialmente, ou seja, do tecido social. O argumento neoliberal parte do pressuposto que a atividade econômica por si só está orientada para o bem-estar da sociedade, de modo que qualquer interferência social ou política no comércio rompe com a harmonia do livre mercado, causando desequilíbrios e, conseqüentemente gerando distorções na divisão das riquezas e dos serviços. Com isto a separação entre o econômico, o social e o político deve ser posta em prática, já que todo indivíduo sendo livre para maximizar seu interesse e seu bem-estar gera, voluntariamente, benefício para si próprio e, involuntariamente, para a sociedade de maneira geral. A exemplo das reflexões pioneiras de Adam Smith, os teóricos liberais difundiram este argumento que viu seu apogeu no final do século XX quando uma série de medidas que afastavam o Estado do jogo de forças econômicas começam a ser tomadas por grande parte dos países ocidentais. Com isto, o campo do econômico gradativamente assume um caráter moral próprio e, ao invés da economia estar submetida às relações sociais, as relações sociais estão submetidas à economia e ao mercado

Contrariando essas idéias, para Karl Polanyi (1980) o interesse dos indivíduos é mais amplo do que tão somente o interesse material direcionado a maximização dos lucros e do bem-estar. A negação, por parte da maioria dos economistas, da pluralidade de lógicas de ação humana que compõem a economia, fez com que a sociedade de mercado se tornasse a ideologia agregadora da modernidade tendo o interesse material como sua idéia guia. Ou seja, naturalizaram-se o mercado auto-regulado e a empresa moderna como as únicas fontes de criação de riquezas.

Muito embora a economia seja composta principalmente pelo mercado, para Polanyi existem também outras duas esferas de organização econômica, especificamente a redistribuição e a reciprocidade. A redistribuição, feita pelos serviços públicos capitaneados pelo Estado mobiliza recursos de camadas sociais privilegiadas para outras que possuem mais dificuldades econômicas. Por outro lado, entendemos a reciprocidade como a constituição de relações igualitárias entre os próprios produtores, e entre estes e os consumidores, uma vez que surge da falta de recursos públicos que garantam a sobrevivência e da impossibilidade de condições de disputar recursos no mercado. Esta divisão, que segundo o próprio autor não é incontestável e da qual decorrem diversos debates e questionamentos, ao menos serve, neste

trabalho, para desconstruir a idéia de que há somente uma única maneira, uma ordem natural, de organizar a economia. Deste modo alguns autores, essencialmente europeus, sustentam a existência e o ressurgimento de uma *economia plural* que mobiliza recursos do mercado, do estado e do terceiro setor, afirmando a existência de múltiplas formas de produção (fordismo, pós-fordismo, taylorismo e manufaturas) e distribuição que coexistem (LAVILLE, 2004).

Junto das inconsistências dos mecanismos de mercado, surgem análises sobre a desmontagem do Estado de bem-estar social que, no Primeiro Mundo, tem gerado uma constante procura de novos mecanismos de solidariedade. Ao mesmo tempo, nos países subdesenvolvidos, a reestruturação produtiva e a globalização econômica agravam a crise societária (LISBOA, 1999) abrindo caminhos para outras possibilidades de pensar a economia. Neste sentido, diversas são as vozes que emergem em prol de formas alternativas de conceber a prática econômica a partir de suas micro-relações laborais. Posto que os mesmos termos e conceitos possuem uma história e contextos que dão um significado particular em cada continente e em cada país, à título de exposição, dividiremos geograficamente alguns teóricos selecionados pela maior influência que exercem seus trabalhos.

#### 2.2.1. As diferentes abordagens sobre a economia solidária.

Tendo em vista a diversidade de conceitos e práticas, na perspectiva européia há um processo embrionário em prol da construção de pontes entre economia social e economia solidária. Na França, onde a economia solidária possui uma relativa visibilidade, Laville e Eme (2004) são teóricos empenhados nessa construção, argumentando que, diante dos múltiplos atores envolvidos, da heterogeneidade das experiências e seus contornos imprecisos, este modelo alternativo de se fazer economia propõe uma nova concepção dos serviços sociais a partir de formas de reciprocidade intrínsecas e extrínsecas. Assim, o serviço deve ser elaborado de modo igualitário e segundo um processo de interação entre pessoas voluntariamente implicadas. Por este viés, o diferencial das empresas não estaria tanto no modo cooperativo de produção como se verá nos discursos latino-americanos, mas estaria na forma como a cooperativa se relaciona com os consumidores, cujos direitos são amplos na participação da empresa.

De encontro a esse ponto de vista estão as reflexões de Jacques Defourny (2003) quando define a economia social principalmente em relação aos objetivos perseguidos pelas

empresas. Ou seja, característica distintiva de uma empresa social são os produtos desenvolvidos que devem ter uma finalidade para além da lucratividade da empresa. Após a delimitação dessa característica, surgem preocupações secundárias relativas às formas de organização e gestão democráticas, a liberdade de adesão para os membros e a independência dos poderes públicos. Esta conceituação sugere que o conceito de economia social, nos termos de Defourny, está intimamente ligado ao conceito de Terceiro Setor, uma vez que as associações respondem a demandas que não podem se expressar em termos monetários e que não oferecem uma rentabilidade suficiente para atrair empresas orientadas para o benefício econômico.

Por outro viés, o discurso do espanhol Monzón (2003) enfatiza a unidade cooperativa como a principal instituição da economia social. Ao situar estas formas “alternativas” dentro de um contexto onde o predomínio neoliberal se faz de maneira intensa e onde o socialismo centralizador perde credibilidade. Ao mesmo tempo, Boaventura de Souza Santos (2002) defende algumas formas alternativas ao sistema capitalista de produção, sem, no entanto, enveredar em debates conceituais. Para Santos (2002, p.36) as cooperativas “surgem como alternativas de produção factíveis e plausíveis, a partir de uma perspectiva progressista, porque estão organizadas de acordo com princípios e estruturas não capitalistas e, ao mesmo tempo, operam em uma economia de mercado.”

Em suma, Santos elenca nove teses sobre estes empreendimentos; 1) não são limitados aos aspectos econômicos 2) seu êxito depende muito da integração através de redes de colaboração e apoio mútuo com demais processos societários 3) o Estado deve agir como impulso externa, mas os empreendimentos não podem limitar-se a ele, angariando recursos e apoios de diversas dinâmicas sociais 4) estas formas de produção devem ser articuladas a nível local, regional e global 5) democracia econômica e política são interdependentes em sua profundidade 6) há uma conexão estreita entre as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal 7) as formas alternativas de conhecimento são fontes alternativas de produção 8) deve-se avaliar de forma gradual e inclusiva o êxito destes empreendimentos, uma vez que, inseridos no sistema capitalista, implicam uma transformação/ampliação gradual nas suas formas de convivências e solidariedade, 9) as alternativas devem entrar em relações de sinergia com alternativas de outras esferas da economia e da sociedade.

No mesmo sentido, Pedro Hespanha e Rui Namorado (2009) argumentam em prol do protagonismo dessas experiências sem entrar no mérito da questão de sua possível quebra aos

paradigmas capitalistas. Em Portugal, segundo os autores, as experiências são muito débeis e possuem pouca prioridade pelas autoridades públicas que preferem direcionar suas ações para as microempresas. No entanto, menciona a capacidade de encontrar soluções para problemas que as políticas públicas convencionais não resolvem através de uma relação com a sociedade civil e com o Estado pautado por princípios de solidariedade e de reconhecimento mútuo.

No quadro latino americano, destaca-se Luiz Razeto, o primeiro teórico a relacionar o termo economia com o conceito de solidariedade já em 1984 no seu livro *Empresas de Trabajadores e Economia de Mercado*, formulando, assim, o conceito de economia solidária. Razeto parte de uma crítica ao *mainstream* econômico liberal, da década de 80, cujas inferências de que somente após a produção e a distribuição dos bens e dos serviços de maneira racional e involuntária, chegaria o momento em que a solidariedade deveria entrar no cenário econômico para ajudar os desfavorecidos do processo de desenvolvimento econômico. Por este viés, a solidariedade só começaria quando a economia tivesse terminado sua função específica, ou seja, quando o “bolo crescesse”.

Em oposição, para Razeto, a solidariedade deve ser uma condição indispensável da economia, operando nas diversas fases do ciclo econômico, ou seja, na produção, circulação, consumo e acumulação, e, ao mesmo tempo não sendo um modo definido e único de organizar atividades e unidades econômicas. O autor não parece ignorar que, na atualidade, vivemos em um sistema econômico cuja ação individual, a racionalidade e o utilitarismo predominam, no entanto, para ele a solidariedade que também já é existente na sociedade deve desenvolver-se. Em suma, a solidariedade da qual o autor trata, pode ser definida em seis pontos:

- 1) O “fator C” com o qual se expressa cooperação, companheirismo, comunidade e colaboração. Estabelecem a economia de associação.
- 2) A facilitação da comunicação e a transformação de sua maneira de estabelecimento, mediante a transferência espontânea e gratuita de informações, conhecimentos, inovações e aprendizagens.
- 3) As lideranças devem levar em conta os efeitos de suas decisões para o coletivo.
- 4) A propriedade dos meios de produção deve ser compartilhada.
- 5) O processo de distribuição e repartição econômica que se efetua no interior das empresas e organizações econômicas deve ser justo para todos os envolvidos.

- 6) O processo de consumos de bens e serviços públicos deve satisfazer a necessidade dos consumidores.

Em oposição à argumentação de Razeto, para José Luis Coraggio (2009) o programa da economia social e solidária não deve somente lutar pela distribuição progressiva dos recursos produtivos e pela disseminação de formas democráticas de gestão coletivas em meio a um mercado competitivo. Para Coraggio, deve-se encarar a reestruturação do conjunto do sistema econômico, político e social de modo que “outra economia” na América Latina somente seria possível se construir somente a partir de ações públicas direcionadas e da auto-organização da sociedade civil em uma larga transição para o socialismo do século XXI. Por si só, a proliferação de micro-empresendimentos cooperativos e associativos dentro da lógica de mercado e que não se mobilizam racionalmente em prol de outra economia caracteriza-se apenas como uma mudança conceitual sem efeito prático e fadado ao fracasso. Para Coraggio (2009, p.156), “proponemos llamar Economía Social y Solidaria (ESS) a la propuesta y las prácticas de construcción conciente de OTRO SISTEMA ECONÓMICO, racional desde la perspectiva de la reproducción y desarrollo de la vida humana.”

Ao lado de Coraggio, Aníbal Quijano (2002) aponta com ceticismo para estas alternativas de produção, sugerindo uma cautela necessária antes de difundir-las como práticas anti-capitalistas. Para o teórico, a maioria dos empreendimentos surge por iniciativas externas e desintegram-se logo que se interrompe o financiamento exógeno. As que sobrevivem, transformam-se em pequenas ou médias empresas dedicadas ao lucro individual em detrimento de uma administração democrática. Segundo o autor, as necessidades materiais produzidas pelas tendências atuais do capitalismo levam os trabalhadores a enfrentarem o fato de que, apenas na medida em que se libertem das regras do jogo do capitalismo e se exercitem em práticas sociais que os conduzam à reapropriação do controle seu trabalho, poderão defender-se melhor do capital e, inclusive, aproveitar as regras capitalistas do mercado. Portanto, a questão está em sabermos se, nas atuais experiências, estamos perante uma consciência social explícita ou não, que pode ser expressa, por exemplo, quando os trabalhadores decidem tomar empresas em falência e negociar as dívidas para evitar o desemprego ou a falta de pagamento de direitos sociais.

Assim, para Quijano (2002) o diferencial destes empreendimentos deve ser a consciência crítica da sociedade e da política que os trabalhadores necessitam ter para que se almeje uma economia alternativa à capitalista. Isto é, devemos perceber até que ponto estes

novos empreendimentos não são apenas modos de produção alternativos, que pertencem a um mercado globalizado em relações de concorrências típicas do capitalismo e que passam longe de se configurar como alternativas ao capitalismo. Em suma, é preciso compreender se estas organizações são mais alternativas ao desemprego e à pobreza do que alternativas ao próprio capitalismo. Em síntese, tratar-se-ia de reconhecer que não pode existir uma “economia alternativa” sem uma estrutura de autoridade alternativa à do Estado capitalista.

Em obra seminal de divulgação no Brasil, organizada por Paul Singer e André Ricardo de Souza, intitulada a *Economia Solidária no Brasil (2000)*, ambos os autores destacam veementemente os pontos positivos da democratização das empresas e exaltam a multiplicação gradativa deste tipo de empreendimento. Em última instância, acreditam que através da proliferação deste mecanismo se alcance uma sociedade “socialista”. No entanto, este socialismo renovado parece emergir não mais da intervenção estatal e muito menos da ação do mercado. Paul Singer também critica o liberalismo econômico com base no fato de que mercados auto-regulados passam de um desequilíbrio a outro, em função de fatores naturais e sociais que afetam a posição relativa de cada agente, beneficiando uns e arruinando outros. Desse modo, sempre que a economia se aproxima do pleno emprego quase todos os preços sobem, ameaçando o valor real da riqueza financeira. Sob modalidades institucionais diferentes a economia é freada preventivamente antes que a espiral preços/salários a precipite numa inflação freqüente; Para Paul Singer (2000, p.13),

“A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção de simples mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo)[...] O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos.”

Singer afirma, portanto, a economia solidária como um modo de socialização dos diversos processos existentes dentro de uma empresa, desde a posse dos meios de produção, até a gestão e a repartição da receita, ou seja, afirma nela a abolição da distinção entre os trabalhadores que gerem e os que são geridos. A democracia no campo econômico com sua diversidade de conceitos e cujas reivindicações perpassam o século XIX e XX, é novamente

retomada por Singer pelo conceito de economia solidária, uma vez que as cooperativas agrárias brasileiras haviam perdido os ideais de democracia em prol da eficiência econômica.

Nesse sentido, Icaza (2004), também atenta que a economia solidária se diferencia do cooperativismo e do associativismo tradicional, cujo surgimento se dá no início do século, consolidando-se na década de 1970, fundamentalmente por causa de seu discurso e das suas lógicas de ação. Segundo a autora, o cooperativismo tradicional, por sua prática, apresenta-se como uma organização econômica e jurídica desgastada como opção de instituir uma forma contrária ao despotismo fabril impresso nas empresas capitalistas. Para Icaza (2004, p.25) “tanto o cooperativismo como o associativismo tradicional tem como características básicas o fato de estarem centrados na zona rural e o de serem estreitamente dependentes de políticas estatais, instrumentalizados segundo os interesses políticos em pauta.”, ao contrário da Economia Solidária, principalmente situada no contexto urbano e que mesmo com pouco apoio governamental se proliferou gradativamente durante a década de 1990. Dessa forma, a economia solidária apresenta-se como um campo de construção de alternativas econômicas ao modelo dominante, alicerçadas em práticas solidárias e autogestionárias que promovem um discurso crítico transformador.

Já para o sociólogo Luiz Inácio Gaiger (2004), além do processo de participação democrática que é a condição básica de uma empresa solidária, o fator que lhe concede um “âmago distinto” (GAIGER, 2004, p.13), a eficiência também deve se tornar uma variável imprescindível, pois possibilita a condição de sobrevivência para as classes menos favorecidas e a perpetuação de um tipo “alternativo de economia” em meio a um mercado altamente competitivo. Desta forma “a força desses empreendimentos residira em sua capacidade de conciliar, simbioticamente, as relações de trabalho que lhe são próprias com os imperativos de eficiência, de modo que a própria cooperação torna-se viga-mestre de uma nova racionalidade sócio-econômica.” (2004, p.11). Apesar desta ênfase, para Icaza (2004, p.44) os resultados econômicos, na maior parte dos casos, são precários e repetem uma série de problemas como “a carência de capital de giro e créditos, a dificuldade de comercialização, e a conseqüente perda de mercados, o atraso tecnológicos, a falta de capacitação gerencial, a carência de fornecedores de matérias primas, etc.”. Contudo, a autora afirma que os empreendimentos produzem efeitos tangíveis e vantagens reais para seus trabalhadores, comparativamente à ação individual e às relações de trabalho assalariadas.



Em contraposição, Genauto França Filho (2006) afirma que a competição não faz parte da economia solidária. Dada sua natureza cooperativa fundada por vínculos de solidariedade com origem no parentesco, na vizinhança e na proximidade, esta forma de economia pressupõe relações mais “éticas” e “humanas”. Dentro da mesma base argumentativa, para Armando Mello Lisboa (1999, p.77) “o empreendimento típico da Economia Popular tem como principal característica a unidade entre produção e reprodução, e nunca esteve submetido à normalização fordista, à acumulação compulsiva, nem tem por base a exploração do trabalhador assalariado”.

Percebemos, portanto, nesta sumária análise, uma gama variada de discursos que, ora se contrapõem, ora convergem na concepção do que é ou do que deveria ser a economia solidária. Mais do que ratificar tais compreensões do fenômeno, buscamos até agora apreender a diversidade de lógicas discursivas alojadas no âmbito do conceito de economia solidária para que depois, no terceiro capítulo, possamos confrontá-las com as análises empíricas realizadas.

### 2.3. A ESPECIFICIDADE DA DIMENSÃO POLÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Feita esta sucinta abordagem dos principais intelectuais inseridos no debate sobre este fenômeno social e, apesar de possuírem diferentes apreensões e projetos que se refletem na própria dificuldade de se estabelecer um marco conceitual em comum, os autores referidos em sua maioria argumentam que a economia solidária introduz um componente político nas relações de trabalho. Ademais de romper com o sistema de forma gradual ou imediata, seu caráter político será sua marca distintiva, perpassando a luta contra a exclusão e a pobreza e se diferenciando, assim, da economia popular informal e da economia tradicional capitalista. Desta forma, novamente são retomados debates travados ao longo do século XIX e XX sobre a possibilidade de emancipação e autonomia que a participação nas micro-esferas da vida social permitem para os indivíduos, criando uma consciência participativa na esfera econômica que poderia modificar a situação de passividade das sociedades contemporâneas.

Segundo Jacques Defourny (2004), ao menos as unidades de menor tamanho tendem a produzir de uma forma diferente do padrão capitalista, instaurando relações pessoais entre produtores e usuários, mobilizando os trabalhadores no processo de gestão. Esta constatação,

comum às teorias democráticas, procura relacionar o número de empregados ou pessoas envolvidas nos processos decisórios com a qualidade do mesmo. À medida que aumentam o número de pessoas em uma empresa coletivizada, fica impossibilitada uma participação maior dos trabalhadores sendo indispensável a representação.

Nesse mesmo sentido, Laville (2004) entende que as cooperativas são laboratórios de inovação social e distribuição de poderes e que essa “outra economia” poderia estender à esfera pública questões que o sistema cultural capitalista relegou para o consumo privado ou das relações familiares. Com base em seus estudos sobre a economia solidária, o autor formulou o conceito de espaços públicos de proximidade que trata da confiança interpessoal gerada pela ação coletiva e possibilitada pelo desenvolvimento de sociabilidades primárias baseadas na busca de que viver melhor é possível.

A economia solidária, portanto, ao pretender superar a concepção de uma economia separada do corpo social, propõe a comunicação entre as diferentes esferas da vida em sociedade, posto que sua dimensão política é tão constitutiva de sua prática quanto sua dimensão socioeconômica. Este enfoque posiciona o fenômeno dentro dos novos espaços democráticos que surgem nas sociedades ocidentais neste início de século. Estimulam uma aprendizagem de vida pública e contribuem para tornar a democracia mais viva, visto que atores da sociedade civil tomam a palavra sobre os seus problemas concretos. No Brasil, especificamente, estas experiências se combinam com a ação dos poderes públicos em nível municipal, estadual e federal, que estabelecem diversas modalidades de participação na gestão estatal em fóruns e assembleias. É digno de nota que a ação dos poderes públicos, a institucionalização, tem sido essencial para que estas práticas não sejam condenadas a marginalidade e ganhem visibilidade, articulando políticas de emprego com políticas de criação de espaços públicos.

Para Laville (2004), que é um dos principais autores contemporâneos a relacionar a questão da economia solidária com a democracia, a possibilidade da interação entre espaços públicos impregnados de poder e altamente organizados com associações emergentes e autônomas pode servir para aprofundar a democracia. De acordo com Fraisse (2004), o surgimento de um espaço público autônomo pode caracterizar-se como um lugar de mediação entre a sociedade privada e a esfera pública habermasiana, como lugar de confrontação e renegociação das diferentes partes envolvidas de uma atividade socioeconômica, como método de construção de serviços solidários e também como lugar de regulação setorial e

reconhecimento da pluralidade das lógicas econômicas em um território. O desafio, segundo Fraisse (2004), é saber em que medida e em que condições os espaços de produção e de trabalho podem igualmente emergir os espaços públicos de debate, uma vez que a prioridade política de nossas sociedades é mais limitar a importância do trabalho nas atividades humanas do que democratizar a economia. Neste sentido, a hipótese de uma democracia participativa supõe que nenhuma democracia política é possível sem uma perspectiva de democratização econômica.

Além da democratização laboral, Roustang (2004) afirma que a politização da economia passa, sobretudo, por um questionamento sobre o nosso modo de consumo. Assim, politizar e democratizar a economia é, sobretudo, interrogar e atuar sobre o que condiciona as opções do consumidor, sobre os dados estruturais, sobre a imagem do progresso transmitida pela publicidade onipresente, sobre a organização urbana, o ordenamento dos territórios e os tempos sociais. Por este viés, as formas micro-econômicas discutidas nesse trabalho são apenas uma parte de uma proposta de democratização da economia, mas uma parte essencial visto que valoriza as lógicas de debates onde existem diversidades de opções e possibilidades de escolha.

Em concordância, e apontando a fragilidade das experiências, para Laville (2004) os empreendimentos resistem a mercantilização do mundo e tentam tornar nova a utopia de um projeto de democratização da economia a partir de compromissos cidadãos. Mais precisamente, a econômica solidária reforça um capital social que é fator de democratização ao mesmo tempo em que produtor de riquezas. Mas apesar deste discurso sobre a economia social e solidária vindo, principalmente, de autores europeus, devemos remodelar o conceito de acordo com as dinâmicas próprias da América Latina e especificamente do Brasil. Segundo Laville (2004), na América latina os empreendimentos tem um peso exagerado devido ao alto grau de informalidade de nossa economia, sendo difícil propor uma economia social e solidária sem propor ao mesmo tempo outra economia, outra política, outra justiça. Desigualdades sociais extremadas, clientelismo e corrupção são constitutivos da nossa democracia e reflexos de uma economia e uma política estruturada de maneira assimétrica, dificultando que os novos movimentos sociais possam avançar com suas propostas de autogestão e de reivindicação sem altos índices de conflito e confrontação permanente.

Mesmo que saibamos que não se trate de cobrir as desigualdades estruturais com micro-relações democráticas na esfera do trabalho, este trabalho, a partir das questões postas

nos capítulos desenvolvidos até então, buscará perceber até que ponto os empreendimentos econômicos solidários validam as expectativas que são depositadas em seu bojo. Responderemos, portanto, no próximo capítulo, de que modo as lógicas democráticas se manifestam nestes empreendimentos e possibilitam que seus participantes se sintam (ou não) englobados pelas várias prerrogativas teóricas que animam o debate acadêmico e sustentam um discurso baseado na capacidade desses empreendimentos em transformar a esfera da produção em um campo mais solidário e humano, ou seja, mais democrático.

## CAPÍTULO 3

---

### **Democracia e economia solidária**

Após delimitarmos no primeiro e no segundo capítulo a diversidade de concepções que dizem respeito tanto à democracia quanto à economia solidária, buscaremos compreender as relações entre ambos na prática dos empreendimentos. Procuramos, sobretudo, entender como a democracia se manifesta em processos associativos e cooperativos. Por este viés, das diversas questões postas em nível teórico e apreendidas nos capítulos anteriores, partimos dos seguintes problemas de pesquisa: como os empreendimentos econômicos solidários lidam com a questão democrática? Que níveis de democracia esses empreendimentos conseguem atingir? Como são seus processos de tomada de decisão? Quem toma as decisões? Quais são os fatores que alteram os níveis de democracia no local de trabalho?

Essas perguntas são essenciais, uma vez que até o momento não encontramos trabalhos de ciência política em nossa pesquisa bibliográfica que busquem compreender as especificidades desse novo fenômeno intitulado de economia solidária. Ao mesmo tempo, o associativismo e o cooperativismo no âmbito econômico constituem-se em um rico campo para a disciplina posto que a principal proposta que essas práticas postulam é a democratização do ambiente de trabalho, configurando, assim, uma espécie de laboratório privilegiado para teóricos que reflitam sobre as teorias democráticas com base empírica. Portanto, entendemos essa tarefa como fundamental para uma compreensão apurada do fenômeno da economia solidária.

Nesse ínterim, a teoria e a prática devem dialogar constantemente para evitar que o conhecimento científico distancie-se da realidade, pois, embora possua no plano das idéias uma ampla gama de propostas que caminham na contra mão do sistema capitalista e que entusiasma intelectuais e ativistas, é essencial verificar a validade empírica de proposições como as de Singer (2001, p.3),

“economia solidária são formas de organização econômica que adotam os valores de democracia levados às últimas consequências dentro da área econômica. De que todos são iguais, todos têm o mesmo poder de decisão, se tiver que delegar todos votam por igual e as pessoas que os representam tem que se submeter à sua vontade senão são substituídas e são eleitas outras.”

### 3.1. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Como mostramos no primeiro capítulo, a democracia em si é um conceito polissêmico. De definições mais simples até definições mais complexas, o termo é alvo de inúmeras disputas conceituais que expõem as preferências teóricas de cada autor. Ressaltamos que foge aos objetivos dessa dissertação caracterizar os diferentes tipos de democracia. Limitamos-nos, consecutivamente, a verificar suas possibilidades no campo econômico, especificamente no ambiente de trabalho. Dessa forma, em relação aos empreendimentos econômicos solidários, optamos por utilizar e adaptar os tipos ideais desenvolvidos por Benjamin Barber (2003) de democracia fraca e forte, acrescentando a estes o modelo de democracia média, que embora não seja definido pelo autor, já é implícito em sua argumentação<sup>28</sup>. Contudo, ressaltamos que o objetivo desse trabalho não é imputar valores negativos ou positivos para cada experiência. Objetivamos, sobretudo, compreender esses novos processos que surgem na sociedade à luz dos conceitos disponíveis na academia e das preferências teóricas das quais partimos. Transparecendo o lugar de onde partimos, podemos vislumbrar, inicialmente, as principais características de cada modelo de democracia no quadro a seguir:

**Quadro 1 – Características dos diferentes tipos de democracia**

	<b>Democracia Fraca</b>	<b>Democracia Média</b>	<b>Democracia Forte</b>
<b>Modo Político</b>	Autoritário e Arbitrário	Consenso	Participação
<b>Valores</b>	Ordem, Direitos e Liberdade	Unidade	Atividade
<b>Pressupostos Independentes</b>	Direito Natural Mercado auto-regulável	Vontade Geral	Sem pressuposto
<b>Concepção de Cidadão</b>	Pessoas Legais	Parentes	Vizinhos
<b>Ligados por</b>	Contrato	Confiança	Participação Comum

<sup>28</sup> Segundo Gibbs (2009, p.67), “as categorias ou conceitos que os códigos representam podem vir da literatura de pesquisa, de estudos anteriores, de tópicos no roteiro da entrevista, de percepções sobre o que está acontecendo e assim por diante.”.

<b>Ligados ao governo como</b>	Soberanos Subordinados	Corpo Corporativo	Participantes Ativos
<b>Estilo Político</b>	Descrente e Passivo	Submisso	Cooperativo
<b>Virtudes Cívicas</b>	Responsabilidade Controle Mútuo	Fraternidade	Civilidade

Fonte: Retirado de Benjamim Barber (2003).

Como podemos notar, as características de cada modelo apontadas se referem a unidades nacionais. Sucessivamente podemos sintetizar que a democracia fraca<sup>29</sup> é aquela cuja característica principal é o voto e a escolha pelo sistema majoritário como agregador de preferências, ou seja, tal modelo encaixa-se perfeitamente naquele descrito por Bobbio (1995) e que definimos como o modelo liberal. Enquanto o modelo fraco é baseado na oposição de interesses pré-definidos, o modelo forte se baseia na transformação dos mesmos através da participação. Para isso, pressupõe a criação de uma linguagem pública através de um processo participativo que ajude a reformular os interesses privados em um interesse público. Das diferentes definições encontradas em Barber (2003) pensamos que a democracia forte pode ser definida como:

“politics in the participatory mode where conflict is resolved in the absence of an independent ground through a participatory process of ongoing, proximate self-legislation and the creation of a political community capable of transforming dependent, private individuals into free citizens and partial and private interest into public goods.” (BARBER, 2003, p.132)

Sobre a democracia média, Barber (2003) utiliza o modelo para caracterizar as experiências socialistas ao longo do século XX, que se apóiam no estabelecimento de um determinado grau de consenso entre os cidadãos e situa-se, como o próprio nome já diz, em um terreno intermediário entre a democracia fraca e forte. Dada a readaptação dos conceitos empreendida<sup>30</sup>, descartamos essa conceituação com base na dificuldade de sua operacionalização para a compreensão das formas democráticas nos empreendimentos. Ao mesmo tempo, apreendemos a importância da utilização de um modelo médio para não dualizarmos o fenômeno da economia solidária encerrando sua complexidade.

<sup>29</sup> Tal modelo de democracia também foi explicitado e criticado no capítulo 1 dessa dissertação.

<sup>30</sup> Alguns autores “reconhecem que o pesquisador precisará ajustar a lista de códigos durante a análise à medida que novas idéias e novas formas de categorizar forem detectadas no texto.” (GIBBS, 2009, p.67).

A utilização desses modelos<sup>31</sup> para a avaliação de formas democráticas vem sendo feita timidamente por alguns autores<sup>32</sup> que buscam sua utilidade na avaliação de experiências políticas participativas. Contudo, não encontramos até a realização de nossa pesquisa bibliográfica trabalhos empíricos que transpõem esses conceitos – tipos ideais – como metodologia de análise social. Tendo isso em vista, para analisarmos a democracia nos empreendimentos econômicos solidários, nos pautaremos por sete principais características embasadas e reformuladas da teorização de Barber:

### QUADRO 2 – Modelos de democracia adaptados para a economia solidária

	<b>Democracia Forte</b>	<b>Democracia Fraca</b>
<b>1</b>	Participação - as tomadas de decisões são feitas <i>pelos</i> trabalhadores.	Representação - as tomadas de decisões são feitas <i>para os</i> trabalhadores por uma elite dirigente.
<b>2</b>	Autonomia nas escolhas e nas decisões.	Falta de autonomia nas escolhas e nas decisões
<b>3</b>	Comunicação democrática e contínua.	Comunicação autoritária e esporádica.
<b>4</b>	Interesses comuns entre envolvidos.	Atomização individual.
<b>5</b>	Centralidade do conflito nos processos decisórios.	Conflitos velados e discordâncias sufocadas
<b>6</b>	Transformação dos valores no processo político público.	Valores são pré-definidos, privados.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Barber (2003) e Leite e Nunes (2009).

Afirmamos, de antemão, que na prática dos EES essas variáveis criadas não são estanques, pois se entrelaçam e se cruzam, o que torna difícil analisá-las individualmente, posto que se condicionam mutuamente. Um exemplo pode ser dado pela variável nº1 e pela nº 3. Se, as tomadas de decisões em determinados empreendimentos são feitas por uma elite

<sup>31</sup> “Um modelo é uma estrutura que tenta explicar o que foi identificado como aspectos fundamentais de um fenômeno de estudo [...] a partir de comparações, associações e explicações que os modelos fundamentais podem ser construídos e sustentados [...] o uso de tabelas sugere que qualquer modelo produzido terá surgido a partir de uma leitura minuciosa dos dados e, assim, será minuciosamente sustentado neles.” (GIBBS, 2009, p.112).

<sup>32</sup> Exemplo de construção teórica dos modelos de Barber pode ser encontrado em Leite e Nunes (2009). Outra proposta de utilização de modelos de análise para a autogestão pode ser encontrada em Costa (2010). Sobre o último, ressaltamos que não incluímos as proposições nesse trabalho por dois motivos. Em primeiro lugar a autora trabalha com o conceito de autogestão. Em nossa concepção as práticas de tomadas de decisão em ambientes associativos são tratadas de modo mais tangível pelo conceito de democracia. Em segundo lugar, devido ao caráter essencialmente quantitativo da proposta da autora, que exigiria uma quantidade mais significativa de amostras.



dirigente – variável nº1 –, é improvável que a fala seja democratizada – variável nº 2 – durante as tomadas de decisões. No entanto, alguns empreendimentos mostraram tendências de centralização das decisões, ao mesmo tempo em que possibilitavam e atendiam as demandas dos trabalhadores. Tal constatação demonstra o caráter híbrido desses empreendimentos de modo que a construção dessas seis variáveis serve como um termômetro que procura abarcar diferentes aspectos da realidade dessas empresas, sem tornar nenhum fator primordial e decisivo.

Através dessas distinções tentaremos estabelecer critérios por meio da nossa pesquisa para que os empreendimentos sejam pontuados de 0 a 6 à medida que apresentarem as características relacionadas ao tipo-ideal de democracia forte. Aqueles que apresentarem um grau significativo de relação com apenas 1 ou 2 variáveis, serão classificados como democracia fraca. Já os que apresentarem 3 ou 4 das variáveis supracitadas em sua prática serão classificados como democracia média. Por último aqueles que se aproximarem de 5 a 6 variáveis serão considerados como democracia forte. Enfatizamos que pretendemos, ao longo da construção dessa tipologia<sup>33</sup>, delimitar com maior precisão nossa compreensão dos modelos de democracia no âmbito da economia solidária.

Para tanto, esse trabalho procurou conjugar análises qualitativas e quantitativas. A coleta de dados qualitativa foi feita através de 12 entrevistas semi-estruturadas, 12 observações das reuniões, das assembléias e dos fóruns com registro diário, 1 grupo focal e participação no processo eletivo de 1 associação. A captação dos dados durou cinco meses nos quais entramos em contato direto com os empreendimentos, suas lideranças e demais trabalhadores<sup>34</sup>. Escolhemos um estudo de casos múltiplos de nove empreendimentos econômicos solidários<sup>35</sup> da cidade de São Leopoldo, onde realizamos a coleta dos dados com diversos membros dos empreendimentos, tanto com aquelas pessoas situadas em cargos de direção, quanto com os trabalhadores que não atuam no processo decisório<sup>36</sup>, objetivando

---

<sup>33</sup> “Uma tipologia é uma forma de classificar as coisas, que pode ser multidimensional ou multifatorial. Em outras palavras, pode ser baseada em duas (ou mais) categorias distintas de elemento [...] A propriedade fundamental de uma tipologia é que ela divide todos os casos de forma que cada um seja atribuído a um ou outro tipo.[...] elas podem ajudar a identificar diferenças fundamentais entre os dados.” (GIBBS, 2009, p.108)

<sup>34</sup> Tal coleta gerou mais de 150 páginas transcritas e aproximadamente 45 horas de gravação que nos ajudaram na composição das notas de campo.

<sup>35</sup> Os empreendimentos foram nomeados de A até I para preservar a identidade dos mesmos.

<sup>36</sup> Entrevistamos e conversamos com os trabalhadores que não atuam em postos de direção e administração quando faltavam subsídios para a avaliação dos empreendimentos. Assim, foi de praxe que nos empreendimentos de grande porte fosse necessária duas entrevistas: com os trabalhadores da administração e com aqueles responsáveis pela produção. Ao mesmo tempo sentimos a necessidade de uma inserção maior nas práticas dos empreendimentos.

captar uma diversidade de experiências reveladoras das percepções e das práticas dos trabalhadores nos processos democráticos que ocorrem no ambiente de trabalho. Acreditamos que estes procedimentos possibilitaram um alargamento na compreensão das problemáticas desse trabalho.

**Tabela 1 - Nove Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) Analisados**

Nome do	Nº de	Ano	Ramo	Forma
<b>Grupo 1 (Pequeno Porte) até 9 sócios</b>				
EES A	8	2005	Artesanato e alimentação	Grupo Informal
EES B	6	2008	reciclagem	Grupo Informal
EES C	9	2007	Mat. de limpeza	Associação
<b>Grupo 2 (Médio Porte) 10 a 29 sócios</b>				
EES D	13	2009	reciclagem	Associação
EES E	14	2004	reciclagem	Associação
EES F	27	2006	reciclagem	Associação
<b>Grupo 3 (Grande Porte) mais de 30 sócios</b>				
EES G	32	2001	metalúrgica	Cooperativa
EES H	35	2005	artesanato	Associação
EES I	116	1998	reciclagem	Cooperativa

Escolhemos um estudo de casos múltiplos com a quantia de nove empreendimentos para conjugarmos diferentes dimensões de análises<sup>37</sup>, entendendo que tal número nos ofereceria um bom número de amostras<sup>38</sup>. Eles foram selecionados de acordo com a participação que tinham nos fóruns e nas redes estabelecidas na cidade, bem como pela pré-disposição disponibilizada para a realização da pesquisa. Para tanto também contamos com ajuda da Secretaria Municipal de Economia Solidária, bem como da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana que nos disponibilizou alguns dados e informações sobre os grupos de economia solidária na cidade.

No processo de análise do material empírico coletado, as informações que compuseram o *corpus*<sup>39</sup> de dados foram trabalhadas através das análises de categorização

<sup>37</sup>O poder público de São Leopoldo não possui nenhuma informação sobre a quantidade total de empreendimentos na cidade. De acordo com a Base Sies de 2007, o município possui 26 empreendimentos. Estimamos, pela análise dos EES da cidade durante a pesquisa, que esse número gire em torno de 35 atualmente. Portanto, essa análise conta com aproximadamente 25% dos casos da cidade.

<sup>38</sup> Utilizamos de comparações constantes (GIBBS, 2009, p.123) que são “como uma forma fundamental de desenvolver idéias analíticas sobre seus dados. Um ponto fundamental dessas comparações é que sejam constantes: continuem ao longo do período de análise e não sejam usadas apenas para desenvolver teorias e explicações, mas também para aumentar a riqueza da descrição em sua análise, garantindo a captura minuciosa do que as pessoas disseram e do que aconteceu.”

<sup>39</sup> De acordo com Bauer e Gaskell (2002, p. 44-45) o *corpus* de dados é como “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista com (inevitável) arbitrariedade e com a qual ele irá trabalhar”.

temática (BAUER E GASKEL, 2002; GIBBS, 2009)<sup>40</sup>. O texto gerado pelas entrevistas e pelas notas de campo são tratados como fenômenos amplos que são reformulados pelos códigos teóricos e analíticos. Por estes métodos, entendemos que o léxico dos entrevistados enquanto pertencentes a um grupo social pode ser identificado como uma categoria possível de estudos, uma vez que os indivíduos em grupo detêm hábitos e representações semelhantes, traduzidos em determinadas práticas sociais e modalidades de discursos. Por meio desse processo metodológico procuramos captar especificamente os núcleos semânticos e as experiências ligadas ao aspecto democrático, ou seja, às tomadas de decisões nos empreendimentos.

Em relação à análise quantitativa, buscamos as principais informações pertinentes ao nosso trabalho junto ao site do Ministério do Trabalho e Emprego que possui uma base de dados relativa à economia solidária chamada Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Essa base de dados é composta pelo primeiro mapeamento da economia solidária no Brasil, feito no ano de 2005 e depois ampliado em 2007, portanto, com quatro anos de defasagem. Esse mapeamento encontrou 21855 empreendimentos em que, aproximadamente, dois milhões de brasileiros trabalham, sendo 50% deles regularizados com CNPJ. Do total dos EES, 51,8% deles são associações, 36,5% são grupos informais e 9,7% são cooperativas. A maior parte dos empreendimentos, 41%, atua no ramo da agropecuária, extrativismo e pesca, 17% atuam no ramo da alimentação, 17% no ramo do artesanato, 10% no ramo de produção têxtil, 7% em outros serviços, 4% na reciclagem, limpeza e higiene. Ainda com base nos dados do mapeamento, 48% dos empreendimentos são exclusivamente rurais, 35% urbanos e 17% são rurais e urbanos. Os EES investigados nesta pesquisa são urbanos e fazem parte do referido mapeamento.

Ademais de compreendermos a democracia e a prática das tomadas de decisões para além do voto, tentamos inserir essas práticas em seu contexto de ação, em que uma diversidade de fatores, exógenos e endógenos, contribuem e dificultam as possibilidades de tomada de decisão coletivas e inclusivas no local de trabalho. Entendemos que mesmo sendo um grupo social heterogêneo, os trabalhadores da economia solidária partilham de determinados condicionantes estruturais do sistema político e econômico brasileiro que não

---

<sup>40</sup> Codificação, categorização temática, conteúdo temático são algumas das diversas possibilidades de nomearmos os processos de análise dos dados. Ver: GIBBS, p.60, 2009. Em um segundo momento, essas categorias foram analisadas como variáveis, permitindo a comparação, estabelecendo semelhanças e distinções, entre os múltiplos casos de estudo, segundo os procedimentos da análise qualitativa presentes em Gibbs (2009).

podem ser deixados de lado na análise. Uma vez que pessoas posicionadas em diferentes níveis das estruturas sociais possuem percepções e entendimentos divergentes de suas próprias relações sociais, temos que compreender a democracia dentro dos empreendimentos não só por seu caráter interno. Ou seja, esses trabalhadores estão inseridos em ambientes que também afetam suas percepções e práticas enquanto atores sociais e que possibilitam falarmos de um “grupo social estrutural” (YOUNG, 2000), pois suas oportunidades de inserção no sistema econômico, político e social condicionam suas oportunidades de vida. Nesse sentido, especificamente em relação aos aspectos democráticos dentro dos empreendimentos, acreditamos que dois principais fatores estruturais afetam e condicionam as possibilidades de relações democráticas dos trabalhadores:

- **Desigualdades socioeconômicas e políticas:** Apesar da queda recente nas desigualdades de renda no cenário nacional, o Brasil ainda ocupa o 10º lugar no ranking de países mais desiguais do mundo, sendo considerado um país com pouca mobilidade social (PNUD, 2010). Essa constatação afeta e limita significativamente as condições objetivas dos trabalhadores de modo que a maioria dos envolvidos na economia solidária entra nas associações e cooperativas em contexto de desemprego e precariedade, ou seja, na luta pela sobrevivência. Nesse sentido, as amplas condições de desigualdades socioeconômicas tendem a se replicar na política e também nas práticas associativas da própria sociedade, dificultando, assim, o estabelecimento de uma igualdade política<sup>41</sup>. Segundo Kerstenetzky (2003) quando as desigualdades socioeconômicas são intensas, como no caso brasileiro, relacionam-se a várias conseqüências indesejadas como crescimento econômico insuficiente, pobreza, violência e democracia de baixa qualidade.

- **Apatia Política:** As desigualdades apontadas influenciam significativamente o grau e as formas de participação dos atores sociais no ambiente democrático, tornando a apatia política como um indicador central da política moderna, mensurada pelo grau de participação na política eleitoral e na confiança nos políticos (BARBER, 2003). Kerstenetzky (2003) argumenta que a apatia política é diretamente vinculada com os grupos sociais menos favorecidos e indiretamente, com as desigualdades, uma vez que as condições vigentes nas sociedades contemporâneas não facilitam e propiciam a oportunidade de participação e o

---

<sup>41</sup> Entendemos igualdade política de acordo com Young (2000) e Barber (1984) como a possibilidade de que todos aqueles afetados em um processo político sejam incluídos nas discussões, promovendo oportunidades para a fala livre de dominação e, consecutivamente, a tomada de decisões de maneira igualitária. Nesse sentido, igualdade política e socioeconômica se relacionam de forma dialética, não sendo, portanto, uma sobreposta à outra.

envolvimento dos cidadãos nas práticas políticas dos governos. Em contraposição à escassez de participação, estudos como de Bennett (1986) afirmam que, embora o envolvimento e a confiança na política convencional esteja em decréscimo, a atenção aos assuntos públicos por parte dos cidadãos apresenta tendência inversa. Portanto, partilhamos do argumento que o que existe não é, necessariamente, uma apatia em relação aos assuntos políticos, mas sim uma demanda por participação reprimida por parte da população em relação às instituições políticas (KERSTENETZKY, 2003).

Considerando o altíssimo nível de desigualdade social, econômica e política presente na sociedade brasileira e sua tendência de desmobilização dos assuntos públicos, intrinsecamente ligada a pouca mobilidade dos atores sociais, iniciamos a análise das variáveis já apresentadas.

### 3.2. O DILEMA DA PARTICIPAÇÃO E DA REPRESENTAÇÃO: PRIMEIRA VARIÁVEL

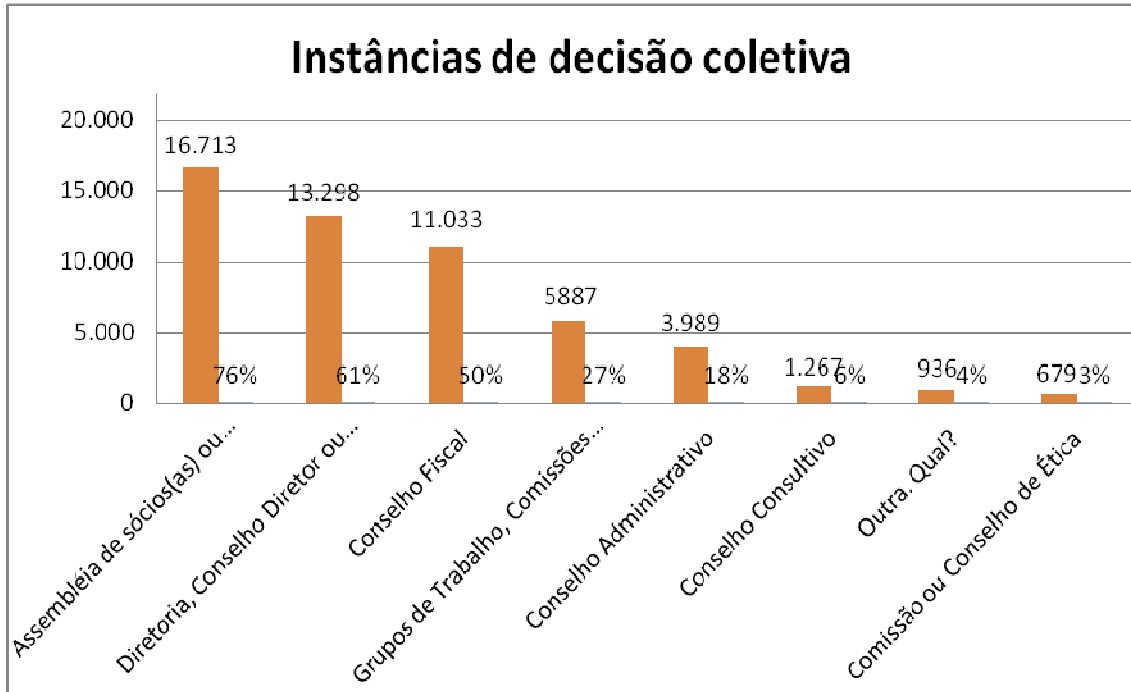
Dentro do regime legal estabelecido pelo cooperativismo em nível nacional, algumas prerrogativas de participação necessitam ser cumpridas para que uma empresa intitule-se como tal. Regimento, estatuto e demais órgãos administrativos<sup>42</sup> elaborados em assembléia geral e registrados no cartório, bem como realização de assembléias extraordinárias e ordinárias<sup>43</sup>. Contudo, necessitamos ir para além da formalização para compreender como as principais decisões são tomadas no ambiente de trabalho, verificando as diferentes formas de participação e envolvimento dos trabalhadores nos empreendimentos. Nesse sentido, as informações da base SIES sobre as principais formas institucionais de participação realizadas nos EES são de grande importância para termos uma visão geral de como os grupos vêm se articulando:

#### **Gráfico 1 – Principais instâncias de decisão coletiva nos EES**

---

<sup>42</sup> Na lei temos somente a necessidade um conselho administrativo e um conselho fiscal.

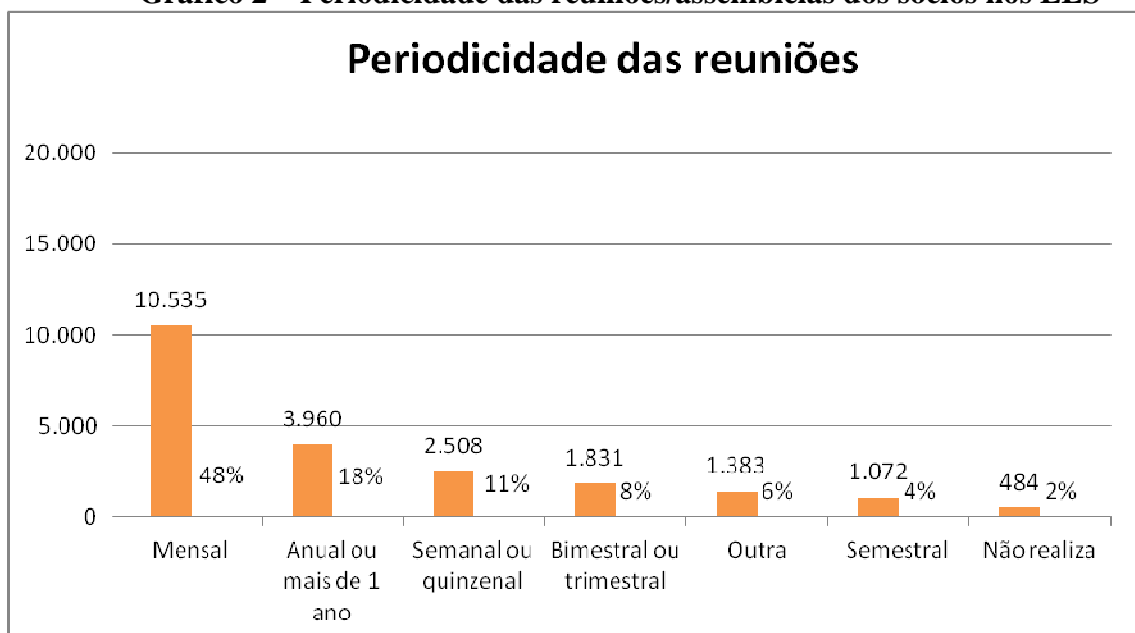
<sup>43</sup> Ordinária é anual e deve prestar as contas da instituição para os demais membros. A extraordinária pode ser realizada da necessidade dos EES.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações da base SIES.

A partir desse gráfico podemos inferir que as principais formas de participação nos empreendimentos são feitas por meio da Assembleia dos Sócios (76%), dos Conselhos Diretores (61%) e dos Conselhos Fiscais (50%). Em uma análise inicial, esses dados nos incitam a conjecturar que, à medida que 76% desses empreendimentos possuem uma instância de decisão coletiva para os trabalhadores, nesse caso a assembleia dos sócios, o grau de participação nos empreendimentos é alto. Contudo, devemos ir mais adiante verificando a frequência dessas reuniões:

**Gráfico 2 – Periodicidade das reuniões/assembleias dos sócios nos EES**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações da base SIES.

Como vemos, dos 76% empreendimentos que realizam assembléias de decisão coletiva apresentados no Gráfico 1, 48% desses realizam uma assembléia mensal, enquanto 18% realizam assembléias anuais, 11% realizam assembléias semanais ou quinzenais e 8% realizam assembléias bi ou trimestrais. Resumindo, temos que 78% dos empreendimentos realizam suas reuniões com intervalos de 1 mês ou mais. Aliando esses números com os dados coletados na pesquisa de campo qualitativa, verificamos que essa periodicidade de participação nas instâncias de decisão coletiva indica que os trabalhadores, na maioria dos empreendimentos, recebem as diretrizes e as decisões de maneira verticalizada pelas equipes diretivas, o que abre pouco espaço para discussão e participação, como fica claro nas falas dos trabalhadores quando indagados sobre as reuniões nos EES:

“Olha, bem na verdade ai já começa a dar problema. O pessoal não é muito disso, às vezes a gente passa 4 meses sem fazer nada, pra te falar bem exato, geralmente é aquela anual mesmo...a prestação de contas. Aí agente já tira um tempo a mais. O escritório de contabilidade vêm e faz a parte dele e depois agente faz a nossa parte. Daí agente tira um tempo pra conversar um pouco mais, ai tem eleição do conselho fiscal, E daí tem mais conversas né.”  
(Entrevista de D.N)

“Nós temos o livro da ata né! nós assinemo né! cada reunião que saí, cada mês nós temos uma reunião [...]Uns 5 só falam (*esse empreendimento possui 120 trabalhadores – grifo nosso* -), o resto só fica escutando....eles dizem na hora que vão falar e chega na hora e ninguém fala. Ficam quietos.”  
(Entrevista N.U.)

Em relação aos grupos pesquisados, a tabela abaixo demonstra a periodicidade das reuniões nos mesmos:

**Tabela 2 - Periodicidade das Reuniões nos Empreendimentos Analisados**

	<b>Reuniões</b>	<b>EES</b>	<b>Reuniões</b>	<b>EES</b>	<b>Reuniões</b>
<b>A</b>	Frequência Indefinida	<b>D</b>	Semanal	<b>G</b>	Anual
<b>B</b>	Semanal	<b>E</b>	Quinzenal	<b>H</b>	Mensal
<b>C</b>	Semanal	<b>F</b>	Semanal	<b>I</b>	Mensal

No entanto, somente a frequência das reuniões não possibilita aferirmos se as decisões são tomadas para os trabalhadores ou pelos trabalhadores, vide o caso específico do empreendimento E, em que mesmo com reuniões quinzenais a fala do presidente é enfática:

“Na realidade quando tem reunião, só eu falo. Só eu falo. Eu só trago informações pra eles. Só quando tem que comprar alguma coisa com o dinheiro do convênio ai eu sento e dai eles falam...mas em questões assim de reunião que eu vou, eu tento trazer as discussões, acaba só eu depois tendo que fazer o relato e levar pros caras e dizer: Ah, foi o grupo!!.” (Entrevista de D.C)

Portanto, levando em consideração essa diversidade de fatores, tendo como embasamento os dados apresentados, cruzados com a coleta de dados empírica feita nos empreendimentos, apresentamos, por meio de uma tabela<sup>44</sup>, as seguintes conclusões acerca dos EES pesquisados:

**Tabela 3 - Classificação dos EES em relação às decisões dos trabalhadores**

EES	Conclusões	EES	Conclusões	EES	Conclusões
<b>A</b>	Democ. Forte	<b>D</b>	Democ. Forte	<b>G</b>	Democ. Fraca
Como o estabelecimento não possui sede própria, as decisões são tomadas informalmente pelos afetados. Tal informalidade não permite a concentração das decisões nas mãos de um único membro.		As decisões são tomadas pela regra de maioria às quartas-feiras. Esse empreendimento não conta com auxílio direto de nenhuma entidade de assessoria.		As decisões são controladas pela equipe diretiva, de modo que os demais membros não participam das decisões tomadas.	
<b>B</b>	Democracia Fraca	<b>E</b>	Democ. Fraca	<b>H</b>	Democ.Forte
As decisões são controladas pelo chefe da família, de modo que os demais membros não participam das decisões tomadas.		As decisões são controladas pelo membro fundador, de modo que os demais membros não participam das decisões tomadas.		Como o estabelecimento não possui sede própria, as decisões são tomadas pelos afetados pela regra da maioria em reuniões mensais.	
<b>C</b>	Democracia Forte	<b>F</b>	Democ. Forte	<b>I</b>	Democ. Fraca
As decisões são tomadas pela regra de maioria às quartas-feiras. Esse empreendimento conta com o auxílio administrativo da unisinos.		As decisões são tomadas pela regra de maioria às terças-feiras. Esse empreendimento conta com o auxílio administrativo do CAMPI <sup>45</sup> .		As decisões são controladas pela equipe diretiva, de modo que os demais membros não participam das decisões tomadas.	

<sup>44</sup> Segundo Gibbs (2009, p.103), “pode-se procurar padrões, fazer comparações, gerar explicações e construir modelos[...]Uma boa maneira de realizar esse tipo de comparação é usar tabelas.[...] As tabelas usadas na análise qualitativas possibilitam comparações semelhantes, mas contêm texto em vez de número [...] são uma forma conveniente de mostrar texto proveniente de todo o conjunto de dados, de uma forma que facilita uma comparação sistemática.[...]”. Mais adiante, (2009, p.106) “Um uso comum para as tabelas é facilitar as comparações entre casos. Os casos podem ser uma variedade de coisas [...] Organizar os dados em tabelas torna mais fácil fazer comparações caso a caso”..

<sup>45</sup> Centro de Assessoria Multiprofissional.



### 3.3. A AUTONOMIA DAS DECISÕES DOS TRABALHADORES: SEGUNDA VARIÁVEL

Uma vez que desmembramos as principais formas como são tomadas as decisões nos empreendimentos aqui em pauta, cabe analisarmos o conteúdo das próprias decisões, e se, quando tomadas pelos trabalhadores, são significativas e representam de fato algo importante na atividade laboral dos envolvidos. Para tal tarefa os únicos dados disponíveis são aqueles coletados nas entrevistas e nas observações junto aos nove empreendimentos, posto que a Base SIES não apresenta nenhum dado sobre o conteúdo das reuniões e decisões. Desse modo, trataremos a questão de acordo com as diversidades de questões postas nas análises coletadas.

Em um primeiro momento, fica claro que as escolhas dos trabalhadores não chegam necessariamente às reuniões institucionalizadas nos empreendimentos. Durante a coleta de dados, percebemos que na maioria dos empreendimentos as reuniões mensais e quinzenais, tanto para gestores quanto para trabalhadores, são utilizadas pelas direções para passar credibilidade e transparência para os demais trabalhadores e para a comunidade. Por isso, na maioria das vezes o conteúdo dessas reuniões é técnico e dizem respeito, principalmente, à questão financeira dos empreendimentos onde a diretoria expõe os balanços de pagamento e o dinheiro em caixa, funcionando de forma vertical, como uma prestação de contas. Ora também servem como forma de ratificar as ações e propostas da diretoria, como no exemplo a seguir:

“nós fizemos um convênio com o Trensurb para um espaço na estação São Leopoldo, nós que tínhamos tudo organizado CNPJ, conseguimos conquistas isso ai para todo o fórum. Mas pra mim chegar lá a associação teve que reunir a assembléia geral para ver se eles aprovavam isso ai, foi difícil a coisa até que eu pude expressar a idéia”. (Entrevista M.G.)

Percebemos também que parece haver uma correlação entre a quantidade de reuniões e a significância das decisões, pois, uma vez que o debate formal nas instancias decisórias não é privilegiado em determinado empreendimento, as próprias opções dos trabalhadores são escassas e limitadas. Contudo, ressaltamos que as escolhas dos trabalhadores não acontecem somente nas reuniões, ou seja, nas arenas formais dos empreendimentos. São diversos os casos em que demandas colocadas de maneira informal, ou seja, colocada no dia-a-dia da fábrica são atendidas por aqueles que “dirigem” os empreendimentos, como nas seguintes falas, “que nem o seu Valdir, uma vez ele passou pro outro lado da mesa para trabalhar, mas

ele não se acertou e daí conversou comigo e voltou pro lado da mesa em que estava antes.” (Entrevista J.S.), “nós temos tido dificuldade pro pessoal trabalhar na prensa porque é um trabalho muito pesado, suado, eles não queriam, ai tava tendo desgaste só pra uma pessoa, ai nós tivemos que fazer um rodízio para que todos participassem um pouco, cada um por dia e não pesa para ninguém” (Entrevista A.S.). Por meio desses depoimentos, cabe, portanto, nos colocarmos a seguinte questão: o que é significativo para o trabalhador? Tal pergunta nos remete ao item anterior, e também ao primeiro capítulo desse trabalho, posto que há praticamente um consenso bibliográfico de que na maioria das vezes os trabalhadores estão mais interessados com melhorias na sua própria condição de vida, seja na sua própria prática produtiva seja no ressarcimento dessa prática, para possibilitar uma vida digna.

Assim, por exemplo, decisões sobre a produção, contratação e o horário de trabalho, tomadas por meio de diretrizes coletivas podem também viabilizar a autonomia individual, como no caso do empreendimento I em que os trabalhadores pressionaram a diretoria para que fosse feita uma votação com o intuito de mudar o coordenador de um determinado setor, uma vez que os trabalhadores estavam entrando em conflito direto com o antigo coordenador de setor. Esse tipo de acontecimento implica certo conhecimento por parte dos trabalhadores dos pressupostos da economia solidária e das possibilidades de mudança que o alargamento da prática democrática pode propiciar.

Além dessa problemática, para discutir a autonomia nos empreendimentos devemos pensar se existem fatores que constroem as escolhas dos indivíduos quando as decisões são tomadas. Segundo Cohen (2009, p.96), as ações falham em ser autônomas se as preferências sobre as quais um agente atua são fortemente dadas pelas circunstâncias, e não determinadas pelo próprio agente. De acordo com a coleta de dados efetuada, percebemos que grande parte dos empreendimentos é formado por relações de parentesco e proximidade geográfica. Ao mesmo tempo em que isso pode levar a determinado sentimento de comunidade e pertencimento, também engendra a formação de grupos nos empreendimentos, como no caso do EES D no qual dos 13 membros do empreendimento, 6 são da mesma família. Esse fator influencia profundamente na hora das tomadas de decisões, reduzindo a chance de existirem outros ganhadores no processo democrático no ambiente de trabalho. Além disso, quando falamos de grupos familiares ou de proximidade, devemos levar em conta as relações de poder e as hierarquias implícitas entre esses. Implícitas porque, por trás de discursos democráticos e participativos, podem haver relações de dominação típicas de uma sociedade

patriarcal, como parece haver no empreendimento B, com 6 pessoas, na qual trabalha um casal e um filho. Segundo a fala do presidente e pai da família,

“eu sempre pensei em crescer, mas eu sei que não consigo sozinho, eu tenho o exemplo da Gerdau, o Jorge Gerdau e o da Rondon, e o que eles tem de metodologia? o que é, agora depois de 20, quase 30 anos ele conseguiu passar a presidência pro filho dele na Rondon e ele disse assim ó: - eu passei pro meu filho, não sei se ele vai seguir isso, mas os principais parceiros meus sempre foram meus empregados.” (Entrevista J.S).

Sem querer pormenorizar todas essas variáveis, ao mesmo tempo em que muitas delas estão entrelaçadas, partilhamos da opinião de que em uma empresa com democracia forte, os trabalhadores ao mesmo tempo em que exercem pressão, também participam de escolhas significativas nas arenas formais de decisão de maneira autônoma tendo em vista o bem do empreendimento. Por sua vez, em uma democracia fraca, as escolhas e demandas dos trabalhadores não operam de maneira direta a partir de suas necessidades, mas sim a partir do reconhecimento e do encaminhamento destas por parte de uma direção que utilizam das reuniões de modo a ratificar suas decisões. No mesmo sentido, também podemos visualizar que determinados grupos formados por motivos diversos dentro dos EES podem direcionar as votações em prol de suas demandas. De acordo com esses pressupostos, classificamos os empreendimentos da seguinte maneira:

**Tabela 4 - Classificação dos EES em relação à autonomia das decisões**

<b>EES</b>	<b>Conclusões</b>	<b>EES</b>	<b>Conclusões</b>	<b>EES</b>	<b>Conclusões</b>
<b>A</b>	Democ. Forte	<b>D</b>	Democ. Fraca	<b>G</b>	Democ. Fraca
As decisões são autônomas e, devido à informalidade, cada empreendedor tem forte independência.		As decisões são constrangidas pelo caráter familiar do EES em que os conflitos são implícitos.		As decisões globais do EES não passam pelos trabalhadores. Portanto não há autonomia.	
<b>B</b>	Democ. Fraca	<b>E</b>	Democ. Fraca	<b>H</b>	Democ. Fraca
As decisões são constrangidas pelo caráter familiar do EES em que os conflitos são implícitos.		As decisões são constrangidas pelo caráter familiar do EES em que os conflitos são implícitos.		As decisões globais do EES não passam pelos trabalhadores. Portanto não há autonomia.	
<b>C</b>	Democ. Forte	<b>F</b>	Democ. Forte	<b>I</b>	Democ. Fraca
As decisões são autônomas e o grupo possui forte influencia sobre os processos coletivos,		As decisões são autônomas e há uma exigência de participação por parte da direção e dos órgãos de assessoria.		As decisões globais do EES não passam pelos trabalhadores. Portanto não há autonomia.	

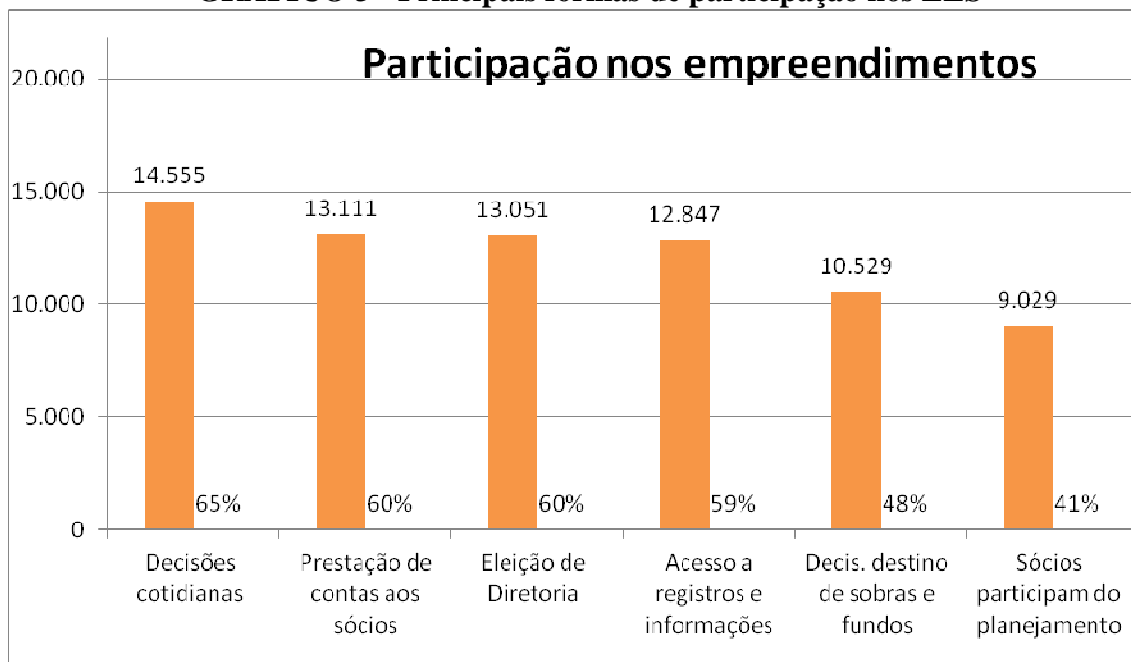
Desse modo, alguns empreendimentos que de acordo com a primeira variável, relacionada ao grau das decisões dos trabalhadores, foram classificados como democracia forte, tiveram que ser re-classificados nessa etapa do trabalho, uma vez que entra em pauta o grau de autonomia das decisões. A relação oposta, de democracia fraca para forte, não ocorreu

uma vez que, se a participação já é fraca, a autonomia e a significância dessa participação tendem a ser também fraca. Por outro lado, o fato das decisões serem tomadas pelos trabalhadores, não necessariamente engendra decisões significativas e autônomas.

### 3.4. COMUNICAÇÃO CONTÍNUA E DEMOCRÁTICA: TERCEIRA VARIÁVEL.

Como podemos perceber todas as variáveis utilizadas para a classificação dos empreendimentos se entrelaçam de certo modo e, mesmo que sem o devido aprofundamento, a questão da fala e de sua democratização também já estava implícita nas linhas anteriores. Ademais, é imprescindível compreendermos qual o lugar da fala dos sujeitos antes, durante e após o processo democrático, uma vez que o poder, em sua diversidade de formas, também está implícito no ato da fala no ambiente de trabalho seja nos momentos formais ou informais. Dessa maneira, objetivamos compreender minimamente como os interesses articulam-se fora das esferas formais de decisão, ou seja, como o poder atua através da fala dos trabalhadores durante os processos decisórios dos EES. Para tanto, temos em conta a dificuldade que tal proposta nos coloca, considerando a complexidade das relações estabelecidas no ambiente de trabalho e as próprias limitações de uma pesquisa científica. Nesse sentido, um dado que poderá nos ajudar nessa análise são as principais formas de participação nos EES, retiradas da segundo a Base SIES.

**GRÁFICO 3 - Principais formas de participação nos EES**



*Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações da base SIES.*

Como podemos notar através do gráfico e, ao contrário das conclusões que chegamos analisando as esferas formais dos empreendimentos, a principal forma de participação nos EES se dá através das decisões cotidianas, presente em 65% deles, seguido da prestação de contas aos sócios, 60%, e da eleição de diretoria, também presente em 60% dos EES. Na análise dessa variável, portanto, devemos levar em consideração, basicamente, o poder que a fala diária entre os trabalhadores possui nas decisões cotidianas e, consecutivamente, na formação da agenda para a tomada das decisões, independente da maneira como ocorrem às tomadas de decisões; sejam representativas ou participativas. Segundo Mansbridge (2009, p. 207),

“através da conversação cotidiana, as pessoas começam a entender melhor o que querem e o que precisam, individual e coletivamente [...] Em seu melhor funcionamento, um sistema deliberativo, assim como todos os sistemas de participação democrática, auxiliam seus participantes a entenderem melhor a si mesmos e ao contexto no qual se inserem”

Dessa forma, percebemos que as decisões cotidianas relativas à democratização da fala e a possibilidade de ser ouvido e escutar, tem como principal objetivo nos empreendimentos suprir demandas imediatas no local de trabalho, como a necessidade de contratação, posta por um dos sócios no empreendimento B:

“o próprio seu Valdir que ta aqui há quase dois anos agente aproveita muito a experiência dele. Ele teve o negócio dele, então agente conversa muito e as decisões é muito de consenso, que nem agora agente tem uma placa lá na frente Precisa-se de pessoas para trabalhar só que nós chegamos a um consenso que precisaria” (Entrevista J.S).

Nesse sentido a possibilidade da fala livre e, de certo modo igualitária, tem como consequência a abertura de espaços para a inclusão de demandas dos trabalhadores na construção da agenda nos empreendimentos. Essa parece ser, embora com gradações variadas, uma característica marcante em quase todos os empreendimentos pesquisados. Os trabalhadores possuem voz ativa quando alguma demanda imediata tem der ser solucionada como na própria fala do presidente da cooperativa G: “Cobram quando da uma coisinha, um erro, que nem é comum na fundição ali tu errar uma química lá no processo e daí depois eles dizem: Bah, foi os cara lá, a diretoria comprou a coisa mal, entendeu?” (Entrevista D.N).

Embora essa ampliação dos espaços de fala situada além dos espaços formais dos EES pareça indicar um caminho interessante para pensar a democracia na economia solidária,

percebemos, por outro lado, que o debate sobre aspectos mais globais dos empreendimentos, como por exemplo, as metas projetadas de produção, faturamento, contratação e remuneração não ocorrem, uma vez que, como já destacamos, os trabalhadores se importam essencialmente com as questões relativas à sua função no local de trabalho. Para esse alheamento em relação às metas gerais dos empreendimentos, contribuem também as relações estabelecidas no mercado. Ficou nítido na fala da maioria dos dirigentes que a construção das metas coletivas são, normalmente, ditadas pelos clientes e por suas exigências, cabendo pouca discussão sobre sua aceitação ou não. Nesse caso quando necessário, diante da rapidez exigida pelos mecanismos de mercado, as decisões são tomadas rapidamente por elites dirigentes, ou seja, pela diretoria do empreendimento.

Contudo, visualizando o gráfico 3, temos que 41% dos empreendimentos possibilitam a participação dos sócios no planejamento. Tal dado nos obriga a refletir sobre essa participação visualizando a tabela 2, sobre a periodicidade das reuniões dos EES. Segundo essa, podemos estabelecer uma relação interessante tendo em vista que 45% dos EES fazem reuniões semanais. Os demais empreendimentos realizam menos reuniões, com periodicidade de quinze dias até um ano. Entendemos, nesse sentido, que os EES com reuniões mais seguidas, 45%, segundo nossa pesquisa, corroboram os dados de que 41% possibilitam a participação no planejamento. Essa relação pode ser feita, uma vez que a periodicidade curta de reuniões inclua uma diversidade de demandas na pauta dos debates, possibilitando maior apropriação por parte daqueles que participam.

Nesse sentido, levando todas essas questões em conta e de acordo com a reflexão feita pelos autores, os empreendimentos caracterizados como democracia forte serão aqueles em que os trabalhadores debatem o seu empreendimento como um todo, enquanto aqueles que usam da fala como forma de solucionar problemas emergenciais<sup>46</sup> serão classificados como democracia fraca.

**Tabela 5 - Classificação dos EES em relação à democratização da fala**

<b>EES</b>	<b>Conclusões</b>	<b>EES</b>	<b>Conclusões</b>	<b>EES</b>	<b>Conclusões</b>

<sup>46</sup> Não queremos nesse trabalho, desmerecer o fato de que os trabalhadores possam se manifestar em relação às suas condições objetivas imediatas, uma vez que somente pelo fato de serem abertos nos empreendimentos constituem grande avanço. No entanto, como ideal-normativo, entendemos que para superar o modelo de democracia fraca, os participantes necessitam utilizar desses mecanismos em sua plenitude no ambiente de trabalho.

<b>A</b>	Democ. Forte	<b>D</b>	Democ. Forte	<b>G</b>	Democ. Fraca
Os membros têm e exercem o direito de participar e influenciar o debate.		Embora as decisões sejam centralizadas nas esferas formais, os membros têm o direito de participar e influenciar nessas decisões, o que não significa, necessariamente, que o façam.		As decisões são centralizadas e pouco autônomas. Os dirigentes dominam a fala.	
<b>B</b>	Democ. Forte	<b>E</b>	Democ. Fraca	<b>H</b>	Democ. Fraca
Embora as decisões sejam centralizadas nas esferas formais, os membros têm o direito de participar e influenciar nessas decisões, o que não significa, necessariamente, que o façam.		As decisões são centralizadas e pouco autônomas. Os dirigentes dominam a fala.		As decisões são centralizadas e pouco autônomas. Os dirigentes dominam a fala.	
<b>C</b>	Democ. Forte	<b>F</b>	Democ. Forte	<b>I</b>	Democ. Fraca
Os membros têm e exercem o direito de participar e influenciar o debate.		Os membros têm e exercem o direito de participar e influenciar o debate.		As decisões são centralizadas e pouco autônomas. Os dirigentes dominam a fala.	

### 3.5. INTERESSES EM COMUM: QUARTA VARIÁVEL

Ao inserirmos nesse trabalho esse tópico, ingressamos em uma série de controvérsias situadas no âmbito da teoria democrática, dado o caráter demasiadamente subjetivo do que se interprete por interesses em comum. Benjamin Barber (2003) afirma que em uma democracia forte deve-se entender o processo de tomada de decisão como gerador e criador de desejos públicos ou interesses em comum. Analisando o que seriam esses desejos públicos, Young (2000) encontrará duas principais formas de entender o interesse em comum para os teóricos da democracia. A primeira em que se afirma a necessidade do diálogo partir de uma célula unitária, com consciência em comum, e a segunda em que o interesse em comum não está no início do processo, mas sim no resultado final da tomada de decisão pública<sup>47</sup>. Por este viés, Cohen (2009, p.96) aponta que “os interesses, objetivos, e ideais que compreendem o bem comum são aqueles que sobrevivem à deliberação, interesses que, sob reflexão pública, acreditamos que são legítimos para ser acionados quando fazemos demandas sobre recursos sociais.”

De tal modo, Barber (2003), em uma das poucas incursões de sua argumentação pelo mundo do trabalho, observa que programas de trabalho democráticos são válidos tanto para os indivíduos quanto para a sociedade como um todo porque eles geram auto-suficiência ao mesmo tempo em que constroem um senso de comunidade, ou seja, criam interesses em

<sup>47</sup> Nesse segundo grupo Young encaixa o pensamento de Benjamin Barber (2003).

comum. Por este viés, esses interesses, diante das práticas de tomada de decisão, caracterizam-se como

“my interest and you. The conflicts of wills, on the other hand, is a contest over competing visions of a single possible future. However incompatible our wants, the world we Will into existence can only be one world – a common area in which our wants and interests Will be satisfied or thwarted.” (BARBER, 2003, p.201)

Tal visão está intimamente ligada a concepção de cidadania da Barber (2003), posto que para o autor a democracia não é nem o governo da maioria nem o governo dos representantes da maioria. Assim, são os cidadãos, unidos pelos interesses que possuem em comum, que governam, “neighbors bound together neither by blood nor by contract but by their common concerns and common participation in the search for common solutions to common conflicts.” (BARBER, 2003, p.219). Contudo, Young (2000) aponta problemas nessa concepção que vê o processo democrático como uma busca de mediação pelo bem comum. Na mesma perspectiva de Cohen (2009), a autora aponta que sob circunstâncias de desigualdades sociais, a idéia de bem como a de interesse geral pode, por vezes, servir como forma de exclusão, uma vez que expressam de maneira mais efetiva os interesses de grupos dominantes. Como podemos notar na variável relativa à democratização da fala, muitas vezes determinados indivíduos centralizam a comunicação, por sua capacidade de oratória, fazendo com que os menos privilegiados deixem de lado as suas expressões e demandas em prol de um determinado bem comum. Em consequência, o silêncio dos oprimidos e a possibilidade de abalar o suposto bem comum pode remover demandas problemáticas dos processos coletivos, restringindo a agenda na tomada de decisões.

Por meio dessas reflexões, podemos começar a pensar o caso dos EES, uma vez que, em sua maioria, são formados por parentes, amigos ou vizinhos. Tal relacionamento, que conecta a esfera da vida privada e da vida pública dos indivíduos, proporciona, necessariamente, um ambiente diferente daquele impresso nas empresas de cunho privado. Notamos durante a pesquisa empírica que, se por um lado há nos empreendimentos a necessidade do discurso e da prática cooperativa e democrática, por outro, as relações de poder de proximidade, familiares e de vizinhança, podem ao mesmo tempo gerar relações de pertencimento e comunidade, como também de hierarquização e subordinação. Essas diferentes lógicas que podem emergir, por sua vez, afetam significativamente as percepções das pessoas inseridas em um processo de tomada de decisão e, conseqüentemente, limitam ou ampliam a construção de um interesse coletivo.



Para analisar como os interesses são formados e conjugados nos empreendimentos, foi necessário ir além dos próprios discursos dos trabalhadores que foram gravados, confrontando falas e investigando a estrutura de oportunidades para a participação nos mesmos. Usamos como exemplo o empreendimento B, onde presidente tira da reciclagem a principal fonte de renda de sua família, que, juntos, totalizam três – mãe/pai/filho -, dos seis trabalhadores da empresa. Esse relacionamento advindo da esfera de relações privadas da família, quando reproduzido no grupo diante dos demais trabalhadores, reflete e reforça as estruturas de poder patriarcais de nossa sociedade, uma vez que o pai da família é o presidente/dirigente que cuida da administração geral da empresa, enquanto os demais estão a ele subjugados na hierarquia funcional do grupo. Surge, assim, a figura do líder autoritário/tradicional<sup>48</sup>.

Nesse sentido, também é interessante notarmos que, embora a maioria dos trabalhadores da economia solidária sejam mulheres<sup>49</sup>, somente em três das nove associações e cooperativas analisadas elas ocupam o cargo de direção. Até que ponto os interesses consonantes dentro do local de trabalho não reproduzem e acomodam as estruturas de poder à hierarquização vigente em nossa sociedade? Se a família e as relações de proximidade podem ser caracterizadas com a célula da sociedade por meio da qual as relações em esferas públicas tendem a se reproduzir, por conseguinte, os EES que são fruto direto dessa configuração também tendem a operacionalizar essas relações. Defendemos, portanto, uma análise que transpareça as características sociais nas quais esses EES estão imersos negando uma análise isolada seja de suas potencialidades, seja de suas limitações.

Ao mesmo tempo em que o mascaramento do conflito em prol de discursos cooperativos e associativos deve ser levado em conta, à razoabilidade, ou falta dela, na resolução dos mesmos também deve ser inserida na análise. Como exemplo, temos o empreendimento D, no qual o presidente da associação cogitava deixar o cargo devido à insustentabilidade de sua figura na posição de direção. Somente nesse conflito captamos três visões distintas de seu surgimento: alguns atores envolvidos com assessoria ao empreendimento creditavam tal situação às “posições políticas distintas” entre os principais líderes do empreendimento; as demais lideranças do empreendimento questionavam o caráter democrático do líder; o próprio presidente, por sua vez, questionava o insulamento de grupos

---

<sup>48</sup> Especificamente o tema da liderança nos EES será abordado em um tópico a seguir.

<sup>49</sup> Segundo a Base Sies de 2007 havia 134 mulheres contra 54 homens trabalhando com economia solidária no município. Acreditamos que, embora esses números ampliaram-se, a proporção continue a mesma em relação ao número de mulheres e homens.

familiares que afetavam o caráter democrático da associação. A questão democrática, portanto, tornou-se objeto de lutas e conflitos por parte das lideranças do EES imobilizando as tomadas de decisões e tornando o conflito no local de trabalho intratável, gerando cisões e trocas de liderança<sup>50</sup>. Contudo, o próximo ponto tratará mais detalhadamente sobre o conflito dentro do local de trabalho.

Assim, levando em conta todos esses fatores acima descritos, caracterizamos os EES da seguinte maneira:

**TABELA 6 - Classificação dos EES em relação aos interesses em comum**

<b>EES</b>	<b>Conclusões</b>	<b>EES</b>	<b>Conclusões</b>	<b>EES</b>	<b>Conclusões</b>
<b>A</b>	Democ. Fraca	<b>D</b>	Democ. Fraca	<b>G</b>	Democ. Forte
A informalidade do empreendimento favorece a individualidade de cada trabalhador. Por conta disso, visões conflitantes acabaram se chocando.		Choque entre distintas percepções de lideranças colocaram em risco a própria continuidade do empreendimento.		As visões conflitantes são trabalhadas pelos grupos e não acarretaram nenhuma baixa dos trabalhadores.	
<b>B</b>	Democ. Forte	<b>E</b>	Democ. Fraca	<b>H</b>	Democ. Fraca
Apresenta uma unidade de interesses, uma vez que é composto de um grupo com vínculos fortes.		O empreendimento apresenta forte tendência a cisão, fortificada pela alta taxa de evasão do EES.		Alta taxa de rotatividade demonstra pouco empenho do grupo com os princípios da economia solidária, em oposição ao empenho da direção.	
<b>C</b>	Democ. Forte	<b>F</b>	Democ. Forte	<b>I</b>	Democ. Fraca
As visões conflitantes, especialmente em assuntos monetários, são trabalhadas pelos grupos e não acarretaram nenhuma baixa dos trabalhadores.		Dois anos após troca de presidência autoritária, as visões conflitantes começaram a ser trabalhadas pelos grupos.		Alta rotatividade e baixa adesão aos princípios da economia solidária. Além disso visões conflitantes fizeram com que determinados trabalhadores abandonassem o EES.	

### 3.6. CENTRALIDADE E RAZOABILIDADE DO CONFLITO: QUINTA VARIÁVEL

Em uma democracia fraca o conflito entre interesses concorrentes é valorizado como uma opção individual que deve ser respeitada. As opiniões e os julgamentos são pré-definidos na esfera privada e, uma vez que a política se assemelha ao mercado econômico, cabe aos políticos profissionais captar a diversidade de opções individuais para reorientá-los e agregá-los em ações públicas. O conflito público, portanto, é assimilado por elites políticas que dão o tom das discussões posteriores. Nesse caso a mobilização e o conflito social são prejudiciais para as instituições que seriam abaladas em sua credibilidade e o risco de paralisia decisória se tornaria imanente. Por oposição, em uma democracia forte o conflito deve ser reorientado

<sup>50</sup> Como se verá adiante, na tabela nº 7, tal situação parece ser corriqueira nos EES.

por valores cooperativos, estando no *início* e no *meio* do processo político, resistindo a idéia liberal de que o conflito é intratável e as opções individuais já estão dadas. Situando o conflito no *início* e no *meio* do processo, mas não em seu *fim*, Barber (2003) visa à transformação das divergências individuais em cooperação por meio da deliberação pública, da participação e da educação cívica, temas centrais de sua argumentação.

Correlata a centralidade do conflito está a possibilidade de dar voz àqueles indivíduos discordantes durante o processo de deliberação, com o objetivo de testarmos e, se for necessário, revermos nossas convicções em um mundo que esta toda hora se moldando. Um modelo de democracia forte deve abrir espaço e respeitar a desconfiança, o dissenso e a oposição. De acordo com esses pressupostos, entendemos que os EES pesquisados, em sua grande maioria, apresentam dificuldades em lidar com o conflito, esteja ele situado no início, no meio ou no fim do processo. Uma maneira interessante de captarmos essa dificuldade foi investigando a rotatividade nos principais cargos dos empreendimentos. Notamos que na medida em que as pessoas que estão na direção são substituídas por outros trabalhadores, os gestores anteriores normalmente largam o empreendimento, como podemos notar na tabela abaixo:

**Tabela 7 – As trocas de presidência no EES**

<b>EES</b>	<b>Houve troca ?</b>	<b>Antigos gestores continuam ?</b>
<b>A</b>	Sim	<b>Não</b>
<b>D</b>	Sim	<b>Não</b>
<b>F</b>	Sim	<b>Não</b>
<b>G</b>	Sim	<b>Sim</b>
<b>I</b>	Sim	<b>Não</b>

Por si só, a quantidade de empreendimentos que tiveram rotatividade nos cargos já apresenta um dado interessante para analisarmos, uma vez que 4 dos 9 empreendimentos apresentam alterações nos cargos de direção. Uma variável a ser levada em conta é o tempo, uma vez que passados quatro anos, a cooperativa precisa renovar 1/3 dos quadros administrativos, de acordo com a Lei 5.764/71 da Política Nacional de Cooperativismo.

Assim, é forçada a mudança de presidência nas cooperativas obrigando determinados funcionários a deixarem os cargos administrativos. No entanto, em 5 cooperativas e associações que mudaram a presidência, em 4 delas os antigos gestores acabaram por desistir e abandonar o empreendimento. Com esses dados, percebemos que o conflito nos empreendimentos e a possibilidade de voz aos sujeitos discordantes é um assunto delicado quando visualizado na prática diária dos trabalhadores. Nesses casos o conflito expresso pela mudança de direções não resulta em cooperação como pretende Barber, mas sim em uma cisão própria de modelos de democracia fraca, pois os representantes dos grupos rejeitam o retorno “ao chão da fábrica”.

Por outro lado, de acordo com as falas dos entrevistados e as observações feitas, algumas cooperativas, associações e grupos informais apresentam conjunturas diferentes da apresentada, caracterizando-se por níveis de consenso e diálogo mais equilibrados e que possibilitam o surgimento do que chamamos de conflito razoável, como no seguinte caso,

“é claro que às vezes agente tem que votar...muitas coisas assim agente não entra em consenso e é quase sempre quando se fala em dinheiro, mas eu acho que o que mais tem dificuldade nos grupos é a parte financeira, até tu pegar uma confiança isso demora, depois que tu pegar essa confiança aí vai...” (Entrevista P.T.).

Já em outros EES, houve um processo grande de ruptura, na qual os trabalhadores se movimentaram para que a antiga presidente deixasse da cooperativa. Segundo a fala de uma das trabalhadoras,

“Nós tínhamos a Carla que era a presidente quando eu comecei. Aí terminou o mandato dela e daí veio o seu Jorge [...] Ela não aumentava a cooperativa. Ela pensava assim ó, isso aqui dava dinheiro que deus me livre, e ela lá pego e fez outros negócios, em outras firmas e assim eles foram botando dinheiro fora...quando eles viram a coisa era só uma panelinha lá[...]. O seu Jorge veio aí começou a crescer a cooperativa. Não tinha nada. O nosso salário aumento. Nós não tinha férias. O seu Jorge dá 15 dia de férias pra nós.” (Entrevista N.U).

Além dos fatores relativos aos conflitos próprios dos cargos de liderança dos empreendimentos, temos de levar em conta também os conflitos em que os trabalhadores ousam emitir opiniões discordantes dentro dos próprios empreendimentos. De uma dificuldade muito maior de captar, esses atos também parecem problemas a serem enfrentados pelos EES, como no caso a seguir em que ocorreu um conflito no EES B devido a questões relativas ao ambiente de trabalho:

“Foi resolvido... (silêncio) de uma forma bem tranqüila... (silêncio) se tu tá num ambiente que não é teu, ou tu sai fora ou alguém te tira fora. É isso. Se alguém entra aqui que nem o Israel que tava aqui fazendo um teste, trabalhou uma semana, ele ali e tal pegava as coisas com calma e daí o Silvio reclamava e falava pra mim, bah o fulano ali não da conta...e daí eu dizia o Israel tu tem que faz ai mais rápido, então chegando aqui a pessoa tem que se adequar ao nosso sistema e não nós a eles.” (Entrevista J.S.).

Ou, no caso de uma antiga presidente da associação, aos olhos do atual presidente, “ela na verdade é mordida comigo, mas a maioria do pessoal não gosta dela [...] pra te falar a verdade, quando a pessoa não tem capacidade, ela tem a coragem. Só que quando foi pra ela fazer isso - *assumir a presidência (grifo nosso)* - daí ela não conseguiu, ela não soube fazer.” (Entrevista D.N). No mesmo sentido,

“no caso a Bernadete que é a outra do grupo, ela que convidou agente [...] e depois assim foi dividido por que uns queria uma coisa outros queriam outra né, ela queria fazer tipo como uma cooperativa e não tinha como nós fazer uma cooperativa, até hoje ela não conseguiu ainda, e então ela fundou outro grupo, o grupo girassol.” (Entrevista V.R.).

Desse modo, levando em consideração todas essas problemáticas apontadas, classificamos os empreendimentos, de acordo com a centralidade do conflito e a possibilidade de voz aos trabalhadores divergentes da seguinte maneira:

**TABELA 8 – Classificação quanto à centralidade do conflito/possibilidade de divergência**

<b>EES</b>	<b>Conclusões</b>	<b>EES</b>	<b>Conclusões</b>	<b>EES</b>	<b>Conclusões</b>
<b>A</b>	Democ. Fraca	<b>D</b>	Democ. Fraca	<b>G</b>	Democ. Forte
Visões conflitantes fizeram com que determinados trabalhadores abandonassem o empreendimento o que demonstra uma dificuldade em lidar com o conflito.		Visões conflitantes fizeram com que determinados trabalhadores abandonassem o empreendimento o que demonstra uma dificuldade em lidar com o conflito.		As visões conflitantes são absorvidas pelo grupo, sendo respeitadas. Ao mesmo tempo não acarretaram nenhuma baixa dos trabalhadores.	
<b>B</b>	Democr. Fraca	<b>E</b>	Democ. Forte	<b>H</b>	Democ. Forte
Visões conflitantes fizeram com que determinados trabalhadores abandonassem o empreendimento o que demonstra uma dificuldade em lidar com o conflito.		Há certa homogeneidade nas visões que não possibilitam grandes entraves. Por outro lado cabe ressaltar se essa homogeneidade não esconde os conflitos internos, o que não conseguimos perceber.		As visões conflitantes são absorvidas pelo grupo, sendo respeitadas. Ao mesmo tempo não acarretaram nenhuma baixa dos trabalhadores.	
<b>C</b>	Democ. Fraca	<b>F</b>	Democ. Fraca	<b>I</b>	Democ. Forte
Embora trabalhadores não tenham saído devido ao conflito, o empreendimento demonstra uma dificuldade em lidar com o conflito, especificamente em relação às finanças.		Visões conflitantes fizeram com que determinados trabalhadores abandonassem o empreendimento o que demonstra uma dificuldade em lidar com o conflito.		As visões conflitantes são absorvidas pelo grupo, sendo respeitadas. Aos mesmo tempo não acarretaram nenhuma baixa dos trabalhadores.	

### 3.7. TRANSFORMAÇÃO DOS VALORES NO PROCESSO PÚBLICO: SEXTA VARIÁVEL

Consideramos esse último ponto da análise como um dos mais importantes e também o mais difícil de captar, pois, segundo Barber (1984) para ocorrer a transformação dos valores durante o processo político é necessária a criação de uma linguagem que ajude a reformular os interesses privados em um consenso público. Assim, a democracia forte caracteriza-se como uma política da transformação<sup>51</sup>, posto que os valores necessitam mudar com o decorrer dos processos de tomada de decisão. Caso isso não ocorra, temos a demonstração de que os valores são privados e os indivíduos atomizados, possibilitando o controle da linguagem e, consecutivamente, dos processos decisórios por parte de alguns. Também para Young (2000) essa transformação das preferências individuais em uma vontade e interesse público é que pode transformar o processo democrático em um processo mais justo para todos envolvidos.

No caso da economia solidária, podemos entender esta última variável como o resultado das demais. Dada a existência de um amplo processo de democracia forte, de acordo com as variáveis anteriores, é possível que tenhamos a transformação dos valores durante o processo implicando, em uma última conseqüência, na idéia de transformação social e individual.

No entanto, temos em conta a enorme dificuldade de transpor esses pressupostos teóricos para classificar os empreendimentos de acordo com a transformação dos valores dos indivíduos durante seu engajamento em processos participativos. Para pormenorizar essa variável necessitaríamos de um número muito mais exaustivo de entrevistas individuais e coletivas, bem como análises temporais mais amplas. Contudo, na medida em que ela é o resultado explícito das demais variáveis, podemos entendê-la também como uma continuidade dos processos que analisamos anteriormente. Essa preposição implica que além da tentativa de analisá-la individualmente, cabe pensarmos essa última variável de acordo e em relação com os resultados das demais.

---

<sup>51</sup> Sem qualquer tipo de normas externas, crenças pré-políticas ou direitos naturais.

Logo, nessa discussão, é importante trazermos novamente as problemáticas sobre o caráter educativo da participação posto pela maioria dos teóricos que defendem a democracia econômica discutida no primeiro capítulo. Segundo esses, uma vez instaurada a participação, esta tende a gerar novos e constantes impulsos por práticas participativas. Só que para isso ocorrer, é essencial que a linguagem seja democratizada (BARBER, 2003). Com bases nesses argumentos teóricos, colocamos a seguinte questão que nos parece essencial: como democratizar a linguagem em ambientes onde as desigualdades sociais, de status e de renda estão presentes de maneira intensa?

Exemplificamos o questionamento com o caso do empreendimento I, o mais antigo e o mais numeroso dos pesquisados. Dos 118 empregados, 10% são analfabetos, 77% possuem o ensino fundamental incompleto, 10% o ensino fundamental completo e 3% o ensino médio completo. Investigando a história desse empreendimento, verificamos que o atual presidente da cooperativa, inicialmente contratado como assessor administrativo, por conta de seu perfil técnico, tornou-se presidente com a saída da antiga presidente que também possuía escolaridade acima dos demais, além de ser uma liderança política no município. Os níveis baixos de escolaridade se refletem na grande maioria dos empreendimentos analisados e, embora não determinem, condicionam o raio de ação discursivo de grande parte dos trabalhadores e possibilitam o usufruto da mão-de-obra por meio do discurso cooperativo em prol do manutenção das desigualdades, sejam de status ou de renda. Se relacionarmos tais dados com as problematizações de Barber (2003) chegamos a conclusão de que é muito complicado pensar uma democracia forte na economia solidária sem o componente da educação cívica, que, em um dos seus sentidos se complementa à escolaridade. Mesmo que essa possa ser adquirida com o tempo e com a prática cooperativa, entendemos que a educação básica, ou mais precisamente a falta dessa educação, se torna um empecilho para que as políticas públicas em economia solidária sejam mais inclusivas.

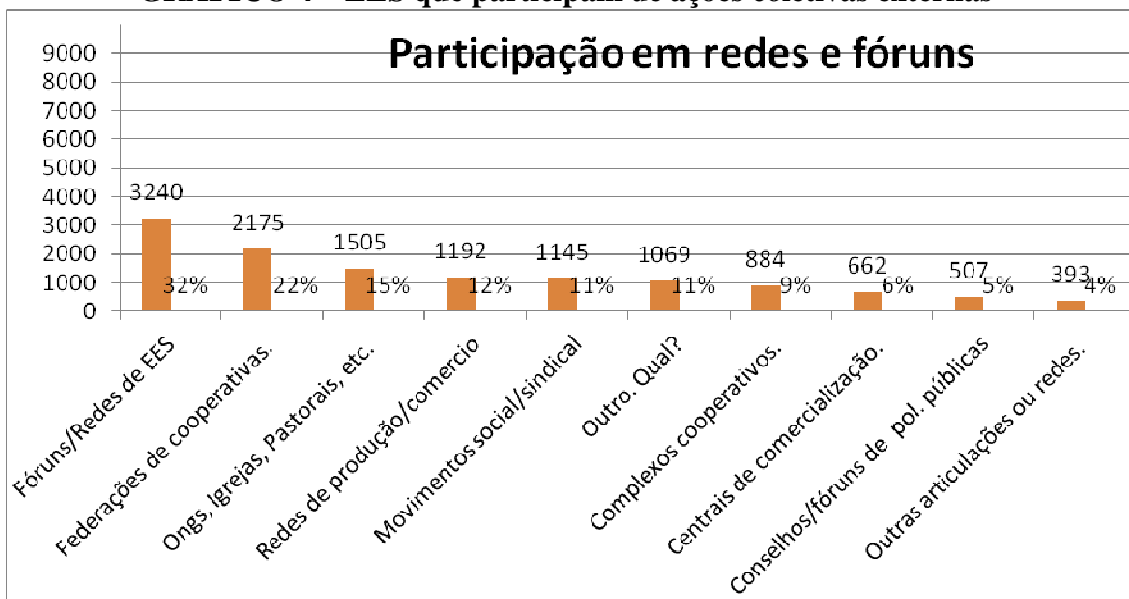
Por outro lado, temos o exemplo do EES C, em que, de acordo com o relato, “a T. (outra integrante presente na sala) não falava muito, agora ele fala bem mais... ontem nós estava numa reunião com a Unisinos e eu falei que a T. evolui né! Não falava nada, nada, nada. Agora ela fala bastante.” (Entrevista P.T). O reconhecimento por parte das colegas de trabalho mostra, em certo sentido e grau, o empoderamento de determinados trabalhadores, nesse empreendimento cujo produto final são materiais de limpeza ecológico. Segundo relatos, nesse mesmo EES duas trabalhadoras viajaram para Minas Gerais para falar sobre

suas experiências na gestão da sua associação bem como sobre as finalidades sociais de seu trabalho. Portanto, averiguar se os valores se transformaram no processo político público é também se perguntar em que medida os valores do discurso sobre a economia solidária, de democracia e transformação da estrutura econômica da sociedade, se inseriram na mentalidade desses trabalhadores a ponto de ampliarem sua percepção sobre as problemáticas sociais, como afirma Mansbridge:

“a deliberação formal, a conversação cotidiana e outras formas de participação democrática deveriam capacitar os cidadãos a ver o conflito de maneira mais clara quando ele foi previamente mascarado – por exemplo, pelas decisões não públicas da elite e por definições hegemônicas de bem comum.” (2009, p.229).

Por este viés, inclusive a relação com os movimentos sociais, redes e fóruns também podem abrir uma diversidade de portas para a transformação dos atores envolvidos no processo. Nesse sentido, a Base SIES nos apresenta alguns dados que servem para verificar de maneira global como os empreendimentos se relacionam em redes e fóruns externamente:

**GRÁFICO 4 – EES que participam de ações coletivas externas**



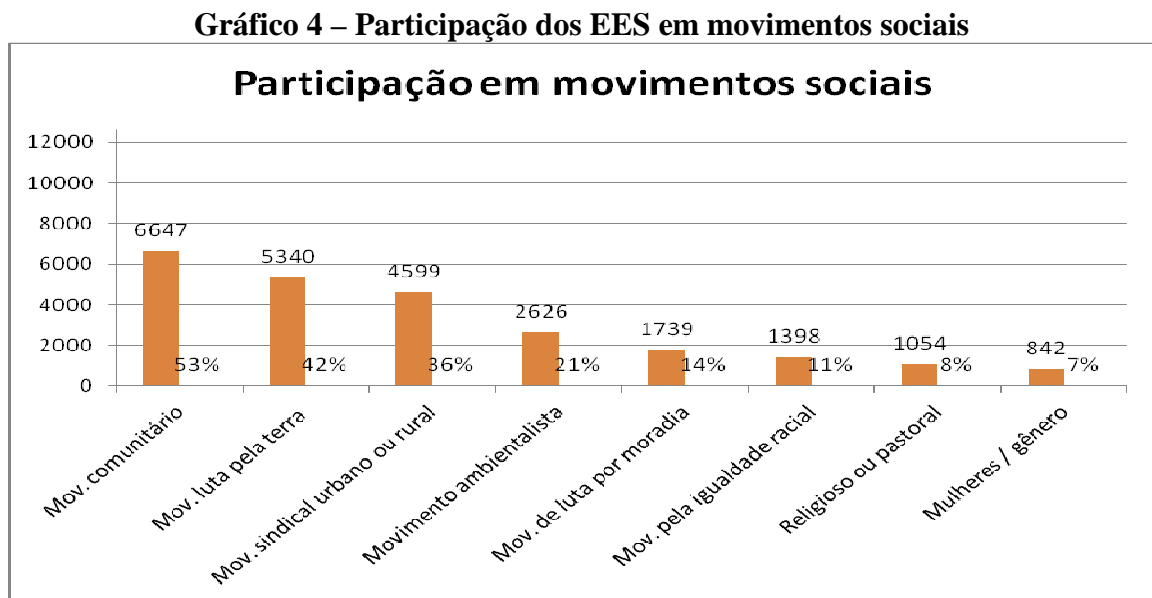
Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações da base SIES.

Por intermédio desses dados também podemos perceber que 65% dos EES participam de alguma rede ou fórum e 11% tem vínculo com movimentos sociais. Como constatamos, essas relações externas aos empreendimentos tem o efeito de mudar e impulsionar a percepção dos envolvidos sobre os processos participativos, como podemos notar na seguinte fala:



“até eu quero que elas venham uma para ser coordenadora (*do fórum de economia solidária de São Leopoldo - grifo nosso*)[...]elas acham que não vão entender. Realmente, quando eu entrei tu leva tempo pra entender a reunião, mas agora eu to gostando das reuniões e sou honesta, no começo tu não entendia o que eles falavam. Tu leva tempo, e agora não. Hoje eu entendo, hoje eu gosto de vir, gosto de participar.” (Entrevista V.R.).

Especificamente trabalhando com os EES que possuem relações com os movimentos sociais, temos os seguintes dados:



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações da base SIES.

Com base nesses dados notamos que a maioria, 53%, possui vínculo com o movimento comunitário, 42% com o movimento pela terra, e 36% com movimento sindical. Visualizamos novamente que esse contato direto e constante dos grupos com os movimentos sociais altera significativamente a percepção e os valores dos envolvidos. Essa complexa relação entre uma pluralidade de atores fortalece a sociedade civil e torna-se, portanto, essencial para pensarmos uma teoria democrática baseada na transformação dos valores através da comunicação, como podemos notar no seguinte relato:

“a gente se organiza em 12 famílias e entra dentro do movimento do MTD, que na época tinha como pauta reivindicar as frentes emergenciais de trabalho, que era o salário mínimo na época[...]com certeza, aprendi muito, inclusive a me relaciona com as pessoas, o movimento te dá essa oportunidade, de tu aprender a se relacionar, trabalhar em coletivo. Mas eu nunca eu imaginei que conseguiria porque eu sempre trabalhei de empregado, sempre fui mandado, eu chegava ali e ia fazer a do meu setor, e depois que entrei pra dentro do movimento, eu coordeno esse grupo aqui desde 2004 [...] por que eu era xucro. Era só aham, sim, tudo bem. E só na

minha, claro mas eu não tenho aquela escolaridade, eu tenho a 5ª série. Só que três, quatro meses dentro do movimento eu vi que as coisas assim não eram como eu pensava, que não é um bicho de sete cabeças” (Entrevista D.C.).

Contudo, entendemos, de acordo com a pesquisa feita, que existem ambigüidades no discurso dos atores que se situam entre movimentos sociais diversos<sup>52</sup>, uma vez que os valores também podem ser pré-definidos nesses movimentos tornando-se fixos e, inclusive, dificultando a construção coletiva na economia solidária. Por este viés, esses atores já inseridos em movimentos sociais ao entrarem na economia solidária destoam em termos de oratória e militância dos demais trabalhadores que somente estão a procura de opções de emprego. Esses valores e crenças dos militantes e dos não-militantes também podem caracterizar situações de permuta recíproca ao longo da inserção dos atores no âmbito da economia solidária, de acordo com Mansbridge (2009, p. 210)

“os movimentos sociais trabalham tanto para mudar o modo de pensar das pessoas quanto para pressionar os governos para a implementação de leis. A conversação política intencional dos ativistas políticos tanto influencia quanto é influenciada pela conversação cotidiana dos não-ativistas [...]. Não-ativistas afetam o que os ativistas dizem e pensam [...] por responderem a essas ofertas demonstrando entendimento ou confusão, interesse ou enfado, apropriação ou rejeição [...] testam novas e velhas idéias contra suas realidades diárias.”

Essa diversidade de problemáticas nos mostra a quantidade de fatores que podem influir para que os valores sejam transformados durante um processo de tomada de decisão e transparece a economia solidária como um campo ainda em construção, portanto, indefinido. Ao mesmo tempo essa transformação de valores para a qual aponta Barber (2003) é a última etapa de um amplo processo de deliberação na construção do tipo-ideal de democracia forte. Por conseguinte, entendemos essa última variável como um processo desencadeado na prática desses empreendimentos para a construção de novos valores. Ressaltamos que entender a transformação dos valores como um processo nega qualquer possibilidade de que sua realização se encontre em um formato definido e moldado. Assim, empreendimentos que possuem modelos de democracia forte não necessariamente transformaram os valores da totalidade dos seus cooperados, mas significa que caminharam nesse sentido, ativando elementos que possibilitam o desenvolvimento de práticas democráticas fortalecidas em sua vida associativa. Dessa forma classificamos os EES da seguinte maneira:

---

<sup>52</sup> Uma vez que esses atores representam uma diversidade de demandas, por vezes contraditórias entre si, como no caso dos partidos e do movimento social.

**TABELA 9 - Classificação dos EES quanto a transformação dos valores**

<b>EES</b>	<b>Conclusões</b>	<b>EES</b>	<b>Conclusões</b>	<b>EES</b>	<b>Conclusões</b>
<b>A</b>	Democ. Forte	<b>D</b>	Democ. Fraca	<b>G</b>	Democ. Fraca
O discurso da economia solidária e a participação externa do empreendimento possibilitaram com que a prática da participação se enraizasse em alguns sócios.		O discurso da economia solidária esta enraizado somente nas lideranças dos empreendimentos. Os demais trabalhadores não tem conhecimento da economia solidária e não participam de maneira geral do EES.		O discurso da economia solidária esta enraizado somente nas lideranças dos empreendimentos. Os demais trabalhadores não tem conhecimento da economia solidária e não participam de maneira geral do EES.	
<b>B</b>	Democ. Forte	<b>E</b>	Democ. Fraca	<b>H</b>	Democ. Fraca
Há um forte discurso sobre a economia solidária, bem como uma forte participação externa do empreendimento. No entanto, não conseguimos captar até que ponto esses fatores refletem nos trabalhadores.		O discurso da economia solidária esta enraizado somente nas lideranças dos empreendimentos. Os demais trabalhadores não tem conhecimento da economia solidária e não participam de maneira geral do EES.		O discurso da economia solidária esta enraizado somente nas lideranças dos empreendimentos. Os demais trabalhadores não tem conhecimento da economia solidária e não participam de maneira geral do EES.	
<b>C</b>	Democ. Forte	<b>F</b>	Democ. Forte	<b>I</b>	Democ. Fraca
Embora a participação nas redes externas ao empreendimento seja aleatória, o discurso da economia solidária é forte dentro do empreendimento e é apreendido pelos trabalhadores.		O discurso da economia solidária e a participação externa do empreendimento possibilitaram com que a prática da participação de enraizasse em alguns sócios.		O discurso da economia solidária esta enraizado somente nas lideranças dos empreendimentos. Os demais trabalhadores não tem conhecimento da economia solidária e não participam de maneira geral do EES.	

### 3.8. CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS EMPREENDIMENTOS

Objetivamos, com a construção teórica feita até então, aprofundar o estudo da democracia nos empreendimentos econômicos solidários. A partir dos dados recolhidos e da teorização feita, podemos estabelecer algumas conclusões sobre os graus de democracia nos empreendimentos econômicos solidários. Nesse sentido, construímos as tipologias dos empreendimentos analisados na tabela a seguir:

**TABELA 10 - Classificação geral dos EES**

<b>EES</b>	<b>Variáveis</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>Total/Tipologia</b>
<b>A</b>		Forte	Forte	Forte	Fraca	Fraca	Forte	<b>4 pontos - Média</b>
<b>B</b>		Fraca	Fraca	Forte	Forte	Fraca	Forte	<b>3 pontos - Média</b>
<b>C</b>		Forte	Forte	Forte	Forte	Fraca	Forte	<b>5 pontos - Forte</b>
<b>D</b>		Forte	Fraca	Forte	Fraca	Fraca	Fraca	<b>2 pontos - Fraca</b>
<b>E</b>		Fraca	Fraca	Fraca	Forte	Forte	Fraca	<b>2 pontos - Fraca</b>
<b>F</b>		Forte	Forte	Forte	Forte	Fraca	Forte	<b>5 pontos - Forte</b>

<b>G</b>	Fraca	Fraca	Fraca	Forte	Forte	Fraca	<b>2 pontos - Fraca</b>
<b>H</b>	Forte	Fraca	Fraca	Fraca	Forte	Fraca	<b>1 ponto - Fraca</b>
<b>I</b>	Fraca	Fraca	Fraca	Fraca	Forte	Fraca	<b>1 ponto - Fraca</b>

De acordo com a tipologia que construímos, dos 9 empreendimentos pesquisados, 5 deles, 55%, apresentam índices de democracia fraca. Dos 4 restantes, 2 – 22,5 % - apresentam índices de democracia média e outros 2 – 22,5% - apresenta índices relacionados a democracia forte. Portanto constatamos, como uma tendência geral, que os EES pesquisados replicam as práticas de democracia representativa – fraca – presentes na sociedade<sup>53</sup>. O ambiente autoritário, excludente e com pouco estímulo a participação no qual estão imersos também reflete em grande parte desses grupos. Desse modo, a emergência de uma liderança forte com uma ampla distância ideológica e discursiva dos demais, acompanhada de uma baixa participação e envolvimento dos trabalhadores no que diz respeito às demandas gerais dos EES matizam a maioria dos empreendimentos distanciando-os das práticas de autogestão proposta e divulgadas por teóricos e ativistas.

No entanto, é alentador o fato que uma boa parcela dos grupos – 45% - desenvolvem práticas de tomada de decisão mais igualitárias entre os trabalhadores, que são realizadas em níveis e estruturas diversas, captadas pelos conceitos de democracia média e forte. Tais conceitos traduzem o número expressivo de práticas detentoras de lideranças fortes com coletivos também estruturados que, consecutivamente, ou exercem pressão nas lideranças ou autogestionam suas demandas específicas. Nesse ensejo, não é escasso o caso de lideranças trocadas devido à má administração ou centralização excessiva. Ao mesmo tempo, pesa na análise o caráter embrionário<sup>54</sup>, logo, em construção, desse processo social.

Destacamos o registro de dois casos de democracia forte que, a princípio, configuram-se em exceções, na qual a participação igualitária e inclusiva é cobrada e exercida semanalmente por parte dos dirigentes e de uma equipe técnica de apoiadores. Essas práticas ajudam a encurtar a distancia entre os membros dirigentes e dirigidos estimulando o surgimento de uma consciência aberta para a participação por parte dos trabalhadores Tal constatação nos leva a tentar analisar mais profundamente esses casos que são desviantes, posto que um dos objetivos desse trabalho é compreender os principais fatores que alteram os

<sup>53</sup> Sobre generalizações em análises qualitativas, Gibbs (2009, p.129) afirma que “as diferenças encontradas entre grupos de indivíduos lhe dizem alguma coisa sobre os efeitos dessas diferenças, mas não devemos usar as proporções de entrevistados como a generalização para a população mais ampla.”.

<sup>54</sup> O empreendimento mais antigo da cidade tem, somente, 12 anos.

graus de democracia nos empreendimentos. De acordo com a coleta de dados que realizamos, percebemos alguns pontos em comum entre esses dois empreendimentos que tentaremos explicitar nas linhas a seguir.

Assim, o grupo F possui 5 anos de duração e foi fundado por um programa da prefeitura municipal de São Leopoldo com o auxílio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) vinculado a Secretaria Municipal de Assistência, Cidadania e Inclusão Social (SACIS). A prefeitura municipal na época tinha acabado de construir uma estrutura com o objetivo específico de reciclar o lixo atrás do aterro sanitário da cidade. Nas redondezas, localiza-se a Vila Santa Marta, região periférica de São Leopoldo, na qual as pessoas em vivem em situação de enorme precariedade e onde a base do sustento das famílias é a reciclagem e a coleta de resíduos sólidos. O CRAS, que na época realizava um trabalho específico com as mulheres do bairro – o PAS (Programa Auxílio Solidário) em que essas ganhavam bolsas auxílio para trabalhar na limpeza das ruas da cidade –, tratou de intermediar a inserção dessas mulheres e a formação de uma associação de reciclagem no local onde a prefeitura construiu um galpão de reciclagem. É digno de nota que antes da constituição da associação foi feito um ano de formação em trabalho cooperativo e associativo para as trabalhadoras. Tal empreendimento, portanto, foi criado e mantido devido, em grande parte, à impulsos exógenos.

Já o grupo C teve um início em 2007 devido à vontade de complementar a renda familiar por parte de algumas mulheres, especificamente 12, que trabalhavam como voluntárias na cozinha de uma escola do município. A partir desse interesse, inicialmente obtiveram auxílios diversos junto à CÁRITAS, entidade ligada à Igreja Católica, e junto à Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Dessas parcerias fundou-se a associação que, gradativamente, foi ganhando espaço e mercado na confecção de produtos de higiene e limpeza a partir dos óleos de cozinha coletados pelo serviço de limpeza urbana da prefeitura. Essa relação com a prefeitura, benéfica para ambas as partes, fez com que o poder público financiasse a construção de um local de trabalho para o grupo no município e fomentasse a ligação do grupo com o CRAS e outros setores da prefeitura, à exemplo do grupo F. Contudo, esse grupo foi criado a partir dos interesses dos trabalhadores sendo mantido e auxiliado por entidades externas, após seu desenvolvimento.

Ainda segundo os relatos coletados, mesmo com auxílio da prefeitura e de uma equipe de educadores sociais, o empreendimento F, desde seu início, foi dirigido verticalmente pelo

antigo presidente, tendo em vista que “as pessoas não se falavam, a antiga direção que eram os donos. Eles só davam as ordens. Eles faziam o acerto tudo no escritório só dava o dinheirinho de cada um, isso foi em 2007 para 2008” (Entrevista D.C). À medida que essa situação de dirigismo foi gradualmente sendo exposta, agravando os conflitos entre as trabalhadoras, a direção e a prefeitura municipal, foi necessária a intervenção informal do poder público que inseriu um dos catadores profissionalizados pelo partido do governo para contornar a situação de crise que vivia o empreendimento. Segundo o próprio catador,

“eu entrei lá e dei oportunidade pras pessoas, comecei a mostrar para eles que o empreendimento era deles, não de uma diretoria. A D.N (*atual presidente*) na época nem falava nada. Na época ela era secretária aí quando eu entrei, eu montei uma nova diretoria, né. Eu de presidente a outra companheira vice, na verdade eu montei um grupo de trabalho lá, tirei tudo, tirei um pra me apoiar o que seria o meu vice, uma secretária, uma segunda secretária[...] e comecei a dar oportunidade para aquelas pessoas. Trazia uma para uma reunião, outra para outra reunião, e fui trabalhando bem o coletivo [...] Ah, em três meses eu montei uma diretoria lá dentro e me deram um chute. A única coisa que eu fiquei magoado com eles que eles é que não poderiam ter me tirado do jeito que me tiraram, simplesmente eu cheguei lá em disseram: ó D.C., não te queremos mais !” (Entrevista D.C)

Segundo a fala da presidente da cooperativa, foi feita uma votação para a escolha de um novo presidente em que “tinha três pessoas concorrendo e daí naquele tempo tinha umas 33 pessoas trabalhando aqui, e daí eu recebi 32 votos para ser presidente, isso já vai fazer dois anos.” (Entrevista D.N). Com a intervenção dos poderes públicos, portanto, o empreendimento passou a ser presidido por uma antiga catadora que, junto dos educadores do CRAS, diminuiu o distanciamento entre os trabalhadores e a direção, uma vez que a própria presidente agora do processo de produção. Assim, grande parte trabalhadoras visualizaram oportunidade de participar em termos de igualdade do processo democrático da associação.

Em oposição, o grupo F possui uma história política menos conturbada, em que o único problema figurou na saída de três das trabalhadoras iniciais que vislumbraram outras opções laborais. A partir disso o grupo foi reduzido para nove trabalhadoras que trabalham juntas desde 2007, realizando reuniões semanais que contam com a presença das entidades apoiadoras. Segundo os relatos, debates acirrados em torno, principalmente, de questões monetárias, ocorrem com uma frequência constante. Contudo, essas questões são resolvidas e mediadas internamente, entre as trabalhadoras e as entidades de apoio.

Em si, tanto a história da associação C quanto da F diferencia-se das demais em virtude do massivo apoio da prefeitura, da universidade local, e de outras instituições para a

constituição dos grupos, o que pode ser considerado como um escopo interessante de análise para compreendermos a própria democratização interna dos EES. Segundo um dos entrevistados, a associação F é “*a menina dos olhos do prefeito*”, pois sua sede, a matéria-prima que recebe, bem como os treinamentos realizados pela equipe de educadores sociais semanalmente são investimentos do governo municipal em políticas públicas focalizadas em uma área de vulnerabilidade, à exemplo da associação C. No entanto, a maioria dos grupos de economia solidária da cidade também recebeu algum tipo de apoio técnico ou financeiro, seja por parte de algum setor da prefeitura, seja por parte da Incubadora da UNISINOS ou por parte de ONG’s – entretanto, ao que tudo indica, nenhum nas proporções que os grupos C e F.

Por parte do grupo F, o forte relacionamento com o governo acontece, principalmente, através dos formadores educacionais da SACIS, enquanto no grupo C, destaca-se a forte presença da universidade que apóia o grupo tanto nas questões administrativas quanto nas questões relativas à produção. É importante ressaltarmos que com a pesquisa empírica não descobrimos a existência de militantes profissionalizados dentro desses grupos. Ao mesmo tempo observamos que o contato dos dois grupos e de suas lideranças com políticos profissionais e com a política partidária é realizado de maneira diferente dos demais grupos, sem infiltração interna direta em anos de eleição, como podemos notar através da seguinte fala:

“o grupo começou do nada, não teve ajuda da prefeitura nem de ninguém, depois que agente foi incubado pela unisinos ai agente começou a ter uma ligação com a prefeitura. E assim, quando vão trazer o óleo pela primeira vez ai enche de político ai na frente né, daí quando agente fez a inauguração daqui também tinha uns 2 ou 3 políticos ai, mas daí agente vai cortando né, porque nós não queremos essas coisas com políticos agente quer o apoio da prefeitura porque eu acho que isso faz bem.” (Entrevista P.T).

Esse distanciamento dos grupos da política profissional possibilitou uma relativa equidade na origem dos associados, seja de *status*, renda ou ideologia, facilitando, assim, a inclusão e o debate democrático. Corroborando tal análise temos que as duas associações compõem o grupo dos três empreendimentos dos nove analisados que possuem mulheres na presidência, destoando dos demais grupos de economia solidária do município, pois, mesmo que 80% dos trabalhadores em economia solidária do município sejam mulheres, essas acabam por situar-se em posições de subordinação dentro das empresas. Além dessa diversidade de fatores, nas próximas páginas tentaremos esmiuçar outras variáveis que

possam levar os empreendimentos a caracterizarem-se de acordo com determinados modelos de democracia.

### 3.9. EXPLORANDO OUTRAS VARIÁVEIS: LIDERANÇAS, TAMANHO, EFICIÊNCIA ECONÔMICA E TEMPO

Dado o caráter exploratório dessa pesquisa, primeiro foi necessário construirmos, a partir das teorizações de Benjamin Barber, uma tipologia sobre as diferentes formas de democracia nos empreendimentos. Isso porque não queríamos relacionar as práticas dos mesmos, nem com uma noção vaga de democracia, nem fazer uma vinculação direta com os tipos-ideais advindos das diferentes teorias democráticas. Assim, após a construção dos modelos que julgamos propícios para democracia no ambiente de trabalho, tentaremos compreender algumas condições que moldam, facilitam ou dificultam para a democratização dos EES. Nesse sentido, não entendemos eles totalmente dissociados das próprias variáveis que visaram à construção das tipologias abordadas anteriormente. Contudo, pretendemos, se não responder, ao menos aprofundar, dando continuidade à seguinte pergunta: Que fatores alteram os padrões de democracia no local de trabalho?

Buscando responder essa pergunta, encontramos em diferentes frentes de pesquisa, quatro principais variáveis que podem afetar o grau de democracia nos empreendimentos. A primeira foi extraída de teóricos que tentam pensar os problemas da relação entre a base dos movimentos sociais – no caso desse trabalho dos empreendimentos - e as lideranças (TATAGIBA, 2010; CRUZ, 2007; VERONESE E SCHOLZ, 2011). A segunda variável considera o tempo de constituição dos empreendimentos e vem sendo pensada timidamente tanto por alguns sociólogos (HOLZMANN, 2000), quanto por teóricos da democracia (PIERSON, 2004; PATEMAN, 1970). A terceira variável trata do tamanho dos empreendimentos, ou seja, do número de associados, cujos esforços nos remetem aos teóricos da democracia como Dahl (2001). Com a quarta e última variável pretendemos discutir o faturamento dos empreendimentos, problematizada especificamente pelos teóricos do cooperativismo e da economia solidária (SINGER, 2006; GAIGER, 2008).

Tendo em vista a complexidade do nosso objeto, situado entre o campo econômico, o social e o político, as variáveis supracitadas surgem da convergência entre uma diversidade de



áreas específicas do conhecimento. Desse modo, compreendemos a necessidade da realização de um trabalho interdisciplinar sobre a economia solidária, que verse com uma diversidade de temáticas de investigação do cientista social. Baseado nisso, nas próximas linhas, tentaremos realizar tal proposta.

### 3.9.1. AS LIDERANÇAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

De acordo com as pesquisas realizadas, concluímos que uma das principais variáveis que afetam o grau de democracia nos empreendimentos pode ser verificável pela postura das lideranças em relação ao coletivo. Embora seja um fenômeno importante quando tratamos de política em grupos sociais, esse tema vêm sendo pouco explorado no cenário acadêmico atual. Destacam-se algumas pesquisas e publicações recentes, que buscam analisar o fenômeno da liderança seja em relação aos movimentos sociais (TATAGIBA, 2010; CRUZ, 2007), seja em relação ao próprio fenômeno da economia solidária (VERONESE E SCHOLZ, 2011).

Nas primeiras, a questão da liderança tende a assumir um papel secundário no estudo, tendo em vista que o foco está voltado para a relação dos grupos com as instituições políticas e, nesse caso, as lideranças aparecem como resultado interessante, cuja “mudança no padrão da liderança é um tema que merece ser aprofundado em estudos futuros” (TATAGIBA, 2010, p.80). Tatagiba (2010) observa que entramos em um contexto político que marca a passagem de um padrão de liderança voluntária para uma liderança profissionalizada vinculada aos partidos políticos e aos governos. Por outro viés, a análise de Cruz (2007) também capta essa profissionalização das lideranças políticas por meio da participação nas associações no cenário político municipal. Essa participação no âmbito do associativismo local, segundo Cruz (2007, p.98):

“não se encontra arraigada de modo que a figura do representante ou do líder continuará a intermediar a relação entre os indivíduos e o sistema político, também no interior das associações [...]. As relações entre líderes e associados, de uma forma geral, ainda são marcadas pelo verticalismo [...] pude perceber também que as atividades das associações tendem a se concentrar nas mãos dos líderes, de modo que a prática participativa ainda é mínima no interior dessas organizações, o que obviamente não ocorre

somente em Paraty, pois a tendência em delegar poder é uma prática corrente nas modernas democracias representativas”.

No mesmo sentido, Veronese e Scholz (2011) percebem, nas práticas associativas da economia solidária, o embrionário surgimento de uma *liderança solidária* – contrária a *liderança empresarial/tradicional* - em que:

“os atores sociais já percebem com outro discernimento a proposta do trabalho coletivo, das suas responsabilidades e da necessidade de participação nas instâncias estratégicas do empreendimento. E começam a perceber que todos, incluindo eles/as próprios/as, podem eventualmente assumir papéis de liderança perante os pares” (2011, p.11).

Além das caracterizações de lideranças feitas até aqui, Benjamin Barber (2003) acrescenta que teorias da democracia cujos pressupostos se baseiam em democracia fortes, necessitam conviver com quatro tipos básicos de lideranças. A *liderança transicional*, que cria as instituições participativas que dão suporte a uma democracia forte e depois saem do processo abrindo espaços para outros atores. A *liderança natural*, que possui as aptidões inatas como racionalidade, fineza retórica, imaginação, persuasão e articulação. Destacando-se em relação aos demais a *liderança natural* deve usar de suas habilidades e transformar-se em uma *liderança facilitadora* que utilizaria a liderança natural de determinados atores para fomentar a integração da comunidade sem, no entanto, atingir determinados fins privados e individuais. Por último teríamos a *liderança moral*, espécie de líder simbólico, que incentiva uma postura cooperativa para a resolução de conflitos, fortalecendo o processo democrático.

Em suma, encontramos diversos tipos de lideranças na literatura analisada: *natural*, *moral*, *transicional*, *facilitadora*, *voluntária*, *profissionalizada*, *solidária*, *empresarial e tradicional*. Entendemos que esses diferentes tipos de liderança destacados são cambiantes e muitas vezes, na vida social, um indivíduo pode deslizar entre os mesmos, isto é, ocupar posições diferenciadas na sua trajetória. Muitos desses tipos-ideais de liderança são complementares, como a natural, a moral, a transicional, a facilitadora, enquanto outros são opostos como a voluntária e a profissionalizada, a solidária e a empresarial. Nesse sentido, temos de levar em conta a complexidade e a pluralidade das lógicas que as relações dentro dos grupos podem fomentar de modo que, dependendo do tipo de liderança que determinado indivíduo possui dentro do empreendimento o coletivo terá determinada postura.

Por este viés, teceremos algumas considerações sobre a questão da relação das lideranças com os demais agentes da economia solidária buscando compreender a influência dessa variável para o funcionamento democráticos dos grupos. Inicialmente, parece ser imprescindível a compreensão do relacionamento entre os líderes e os demais trabalhadores dos empreendimentos, atentando para dois fatores: 1) a posição em que se localiza a liderança na hierarquia fabril; 2) o tipo, ou estilo de liderança desenvolvida. Como já mencionamos, grande parte das informações retiradas para esse trabalho, também foram extraídas dos fóruns<sup>55</sup> nos quais participaram as lideranças dos empreendimentos que possibilitaram através de conversas informais, apreensões mais profundas sobre as práticas nos EES. Nesses fóruns, os participantes colocam pontos em comum e, com uma regularidade freqüente, passam a limpo questões que transparecem as relações de poder entre líderes e liderados nos locais de trabalho. Como observou um dos participantes do fórum, “existe a democracia entre aspas, tem seis ou sete coordenadores, mas é um só que manda, os outros são só pro nome, a partir do momento que vão aparecendo novas lideranças, esses líderes, entre aspas, que tão comandando começam a ver que não é bem assim o negócio”<sup>56</sup>. No mesmo sentido, outro participante enfatizou: “aqui agente fica maquiando o problema, quando nós formos discutir o regimento (do Fórum) o pessoal não sabia nem o que era um regimento. As pessoas que compõe o grupo X muitas vezes não sabem nem o que é economia solidária. Eles só querem participar das feiras”<sup>57</sup>.

Junto com as entrevistas e também com conversas informais com os trabalhadores, podemos descobrir que, em alguns empreendimentos, as lideranças exercem aquilo que chamamos de poder administrativo em que os trabalhadores responsáveis pelo poder gestor dos EES diferenciam-se dos demais trabalhadores na hierarquia fabril. Podemos apreender essa distinção por meio da visualização dos empreendimentos em que os líderes trabalham junto com os demais funcionários fomentando a autogestão, daqueles em que os líderes exercem somente funções administrativas e coercitivas.

**TABELA 11 – Posição das lideranças no EES**

<b>Nome do grupo</b>	<b>Tarefas dos Líderes</b>	<b>Caracterização</b>
<b>Grupo 1 (Pequeno Porte) 5 a 9 Sócios</b>		
EES A	Gestão/Execução	Democracia Média

<sup>55</sup> Esses fóruns também foram gravados pelos pesquisadores desse projeto devido ao potencial das informações que conseguimos através destes.

<sup>56</sup> Fala gravada no dia 25 de junho de 2011 durante o Fórum Do Vale do Rio dos Sinos de Recicladores.

<sup>57</sup> Fala anotada no dia 23 de agosto de 2011, durante o Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo.

EES B	Gestão/Execução	Democracia Média
EES C	Gestão/Execução	Democracia Forte
<b>Grupo 2 (Médio Porte) de 10 a 29 sócios</b>		
EES D	Gestão/Execução	Democracia Fraca
EES E	Gestão/Execução	Democracia Fraca
EES F	Gestão/Execução	Democracia Forte
<b>Grupo 3 (Grande Porte) mais de 30 sócios</b>		
EES G	Gestão	Democracia Fraca
EES H	Gestão	Democracia Fraca
EES I	Gestão	Democracia Fraca

Por meio dessa diferenciação podemos inferir que as lideranças dos empreendimentos, na medida em que o mesmo vai crescendo em proporções, deslocam-se para postos administrativos, distanciando-se, em certa medida, dos demais trabalhadores. Como podemos verificar na tabela, a posição das lideranças será um dos fatores pelos quais os empreendimentos desencadearão formas diferentes de democracia. Corroborando esse argumento, Lorena Holzmann (2000, p.54), estudando o caso de uma cooperativa no Rio Grande do Sul, argumenta que

“a divisão do trabalho entre trabalhadores que fazem (manuais) e trabalhadores que pensam (intelectuais) e as relações de dominação/subordinação existentes entre eles se renovaram e foram consentidas na esfera do discurso, assegurando aos que dominavam as formas sancionadas do discurso a condução do processo de tomada de decisões.”

Assim, em seis empreendimentos cujas lideranças ao mesmo tempo em que conduzem o empreendimento trabalham junto com os colegas, 2 deles possuem modelos de democracia média e 2 configuram-se como democracia forte. Por outro lado, dos 5 empreendimentos que possuem modelos de democracia fraca, em três deles há a diferenciação entre aqueles que executam as tarefas e aqueles que administram. Nesse sentido podemos supor que em empreendimentos que estabelecem diferenciações entre administradores/gestores, e trabalhadores/executores, a participação e o envolvimento dos últimos com o EES é menor.

Sobre esse ponto, Laville (2004) observou a distinção entre o poder comunicacional e o poder administrativo especificamente nas arenas externas aos empreendimentos. Segundo o autor, há uma constante tensão entre essas duas formas de poder, posto que as demandas expressas pelos indivíduos ficam, de certo modo, subjugadas ao poder administrativo, que possui o poder final de decisão e execução. Ou seja, o fluxo comunicativo em prol de demandas dos indivíduos e grupos inseridos em um ambiente político encontra muitas

dificuldades de entrar na agenda e ser executada quando em confronto com o poder administrativo. Tal reflexão corrobora nossa análise, sendo de grande valia para entendermos os reflexos das diferentes posições entre aqueles que gestionam o empreendimento e possuem o poder final de decisão e aqueles que somente trabalham e não possuem cargos administrativos, ficando assim condicionados a utilizarem o poder comunicacional.

Demonstrando os espaços existentes entre as lideranças e os trabalhadores, nos cabe problematizar os tipos de liderança que encontramos nos empreendimentos uma vez que, somente a distinção entre gestão e execução nos empreendimentos não pormenoriza a problemática ao ponto de compreender as diferenças nos padrões de liderança. Selecionando os tipos-ideais formulados teoricamente e descritos acima, entendemos que aqueles que mais se aproximam de lideranças no local de trabalho podem ser captadas pelas oposições: facilitadora/solidária e empresarial/tradicional. Além e junto dessas formas de liderança, também encontramos em grande número a liderança profissionalizada. Não queremos, com isso, dizer que os atores sociais, se encerrem nesse dualismo, substancializando-se em categorias estanques. Ao contrário, entendemos que assumem lógicas múltiplas que, no entanto, tendem a aproximar-se, tendo em vista a relação liderança/trabalhadores, com alguns modelos que também são diversos e múltiplos. Tentaremos demonstrar tal complexidade na análise a seguir.

- Liderança facilitadora/solidária: especificamente em relação as características desse tipo de liderança encontramos poucos atores sociais. Esses líderes conciliam o trabalho na gestão do empreendimento e a atuação na produção junto dos demais trabalhadores. Uma das características que consideramos importante quando encontramos e caracterizamos a liderança solidária é a pouca diferença de origem social, ideológica, ou de recursos iniciais, que possuem em relação aos demais associados. Por este viés, o sentimento de pertencimento ao grupo é maior, de modo que as decisões são compartilhadas em maior número. O vínculo com partidos, políticos profissionais é quase nulo por parte dessas lideranças.

- Liderança empresarial/tradicional: encontramos esse tipo de liderança na maioria dos empreendimentos. Talvez a sua característica principal seja a tomada de decisões rápidas e em pequenos grupos com o objetivo de atingir determinadas metas. Essa postura pode ser traduzida através de uma metáfora utilizada por uma liderança: “Cachorro que tem muitos donos, acaba morrendo de fome”<sup>58</sup>. O perfil empresarial das lideranças destaca e

---

<sup>58</sup> Fala gravada dia 10 de maio de 2011 durante o Fórum de Recicladores do Vale do Rio Dos Sinos.

utiliza o conhecimento de alguns, em prol da eficiência do grupo sem, contudo, socializar as decisões de maneira horizontal. Destacam-se nos empreendimentos por sua alta concentração de recursos sejam monetários, de oratória ou de conhecimento em relação aos demais cooperados.

- Liderança Profissionalizada: essa forma de liderança exerce o que se chama de tripla militância (TATAGIBA e TEIXEIRA, 2007) no partido, no movimento social e no governo. Uma de suas características principais é possuir uma ideologia e, conseqüentemente, um discurso de engajamento e divulgação do movimento. Circulando sob diferentes arenas políticas, essa liderança faz a intermediação entre o aparato institucional do Estado, as demandas do movimento e as demandas do empreendimento do qual faz parte, como podemos ver na seguinte fala:

“Nós somos lideranças que devemos representar bem os trabalhadores. Agente tem que deixar nossos interesses políticos de lado. Por que todo mundo sabe que ninguém aqui é bobo. Mas o movimento é mais importante que os interesses partidários. Eu e tu nós somos do governo, mas nós somos desse movimento e se nos tivermos que brigar com o governo por esse movimento aqui, porque foi daqui que agente veio e nós temos aceitação de todos aqui pra ta no governo [...] Por que nós não podemos vir e defender aqui o nosso governo se ele tiver errado”.<sup>59</sup>

Destacamos que durante a pesquisa empírica encontramos duas lideranças de diferentes empreendimentos fizeram o percurso movimento/partido/governo. Contudo, de acordo com os depoimentos coletados, cada um fez o percurso de maneira diferenciada. Enquanto uma liderança foi do partido ao movimento (presidindo uma associação) em busca de recursos políticos, e após ingressou como Cargo de Confiança na prefeitura municipal, outra liderança conciliou ao mesmo tempo o movimento (de catador à vice-presidente de uma associação) e o partido, ingressando nos aparatos estatais também como cargo de confiança. Compreendemos que esse tipo de movimento não é típico só do caso de São Leopoldo, devendo ser analisado como algo que ultrapassa esse estudo, pois, de todos os grupos analisados, somente dois afirmaram não ter contato nenhum com partidos e políticos profissionais. Além desses dois casos tripla militância que encerram um ciclo institucional por parte desses atores, em sua maioria as lideranças das associações encaixam-se nos casos de dupla militância, do movimento/partido ou vice-versa. Essas lideranças, assim, respondem não só pelo movimento, mas também as pressões dos partidos políticos e dos governos. Uma vez que são participantes ativos das reuniões de partidos, essas lideranças tendem a dirigir o

---

<sup>59</sup> Fala gravado no Fórum de Recicladores de São Leopoldo do dia 29 de agosto de 2011.

grupo devido a sua distinção ideológica e suas redes em relação aos demais, captando recursos necessários em prol de determinada visibilidade política. Por sua vez, o grupo se torna dependente dos laços e das funções exercidas por essa liderança.

Longe de esgotar a questão, empreendemos um esforço na tentativa de avançar nas discussões sobre a influência e a emergência dos diversos tipos de lideranças na participação política no cenário brasileiro, especificamente analisando o caso da economia solidária. Isto porque visualizamos esses indivíduos como militantes que destoam dos demais participantes dos processos englobados pela economia solidária. Seja por sua ideologia, seja pelo conhecimento ou necessidade, as diferenciações estabelecem-se naturalmente e possuem graduações diferenciadas. Essas graduações nos modelos de liderança sejam solidárias, autoritárias ou profissionalizadas influenciam decisivamente na constituição democrática do coletivo, uma vez que constroem ou facilitam a tomada de decisões coletivas. Contudo, mesmo que essa talvez seja a principal variável para a configuração democrática dos grupos, outras variáveis também serão de grande importância nesses processos.

### 3.9.2. TAMANHO E O FORMATO INSTITUCIONAL

Após analisarmos a importância dos tipos de liderança nos empreendimentos para as suas formas de democracia, nos voltamos para o tamanho – expresso pelo número de associados – e para o formato institucional – expresso pelas denominações dos grupos como informal, associação ou cooperativa. Entendemos que, embora o tamanho e o formato sejam variáveis diferentes, podem ser analisadas simultaneamente posto que estão intimamente ligadas nas práticas dos EES. Dos 21855 empreendimentos, 51,8% deles são associações, 36,5% são grupos informais e 9,7% são cooperativas. No mesmo sentido, 40% deles possuem até 20 associados, 34% possuem de 21 a 50 associados e 26% dos empreendimentos possuem mais de 50 trabalhadores. Fazendo uma relação entre os dados retirados da Base Sies, junto de uma análise dos empreendimentos analisados, podemos afirmar que os EES de grande e médio porte tendem a se legalizar como cooperativa ou associação. Em oposição, os grupos informais, tendem a ser aqueles em que há um menor número de cooperados. No entanto, é importante destacarmos que existem os casos desviantes.

Também entendemos que essas variáveis são essenciais para compreendermos as diferentes formas de democracia nos EES. O debate sobre o tamanho ideal em que possa funcionar uma democracia com eficiência e participação caminha junto com as ciências sociais desde o século XIX, passando por autores como Montesquieu, Rousseau, Madison até Durkheim e Weber<sup>60</sup>. Contudo, até os dias de hoje, os teóricos colocam o tema como uma questão a ser pensada: “Qué puede pasar cuando se trata de treinta millones o tres mil millones de ciudadanos? Esto, que es el verdadero problema de la democracia en la actualidad y que ninguno entre los pensadores de la democracia parece querer planteárselo.” (Castoriadis, 2001, p.146). Por este viés, o tamanho da estrutura onde ocorre a prática de tomada de decisões é visto como uma das principais variáveis para a teoria da democracia. Segundo Sartori (1987) o tamanho do território, ou número de participantes, é diretamente relacionado a força da democracia resultado no que Dahl (2001, p.106) denomina de dilema entre eficiência e participação:

“como os cidadãos podem participar efetivamente quando o número de pessoas se tornar exageradamente grande ou geograficamente muito disperso para que possam participar de maneira conveniente na feitura de leis, reunindo-se em um único lugar? [...] é complicadíssimo satisfazer a essas exigências da democracia numa unidade política do tamanho de um país, para falar a verdade, até certo ponto quase impossível.”

Assim, se a ampliação do tamanho onde ocorre a prática participativa gera inúmeros desafios, a diminuição deste, por outro lado, também gera um problema denominado de paroquialismo em que o “spirit of locality can conflict with the spirit of greater community by playing on parochial feeling, insular self-sufficiency, and the tendency of small groups to spawn us-them psychologies of discrimination and exclusion” (BARBER, 2003, p. 249). Dadas essas dificuldades em lidar com o tema do tamanho nas tomadas de decisão, diversos teóricos da democracia questionam tais assertivas com base nas inovações que a tecnologia pode trazer para a democracia, tornando o tamanho da polis mais elástica e facilitando a comunicação direta de uma diversidade de indivíduos e comunidades (Barber, 2003)<sup>61</sup>. No entanto, nesse trabalho, nos importa somente trazer a questão do tamanho sem entrar pormenorizadamente nos debates que situam a democracia no âmbito nacional e supra-nacional, uma vez que são pouco úteis para o objeto aqui analisado, posto que o número de

<sup>60</sup> Grande parte desses autores acreditava que a democracia fundada na participação ativa dos cidadãos só poderia funcionar devidamente em uma escala pequena de participação (Barber, 2003).

<sup>61</sup> Embora essa tenha sido uma perspectiva de Benjamin Barber elaborada em 1984, época na qual os computadores pessoais estavam gradualmente se disseminando, entendemos que essas premissas, mesmo que ainda não tenham se efetivado na vida prática dos cidadãos, poderão desempenhar um papel essencial na democratização das diferentes esferas da vida social.



participantes na economia solidária está circunscrito a dezenas e no máximo centenas de pessoas.

Em uma análise dos empreendimentos selecionados, verificamos que o argumento de Dahl sobre a impossibilidade de uma democracia forte em escala ampliada tende a se reproduzir nos EES. Vejamos o quadro a seguir, especificamente a relação entre a quantidade de sócios e a formato democrático de cada empreendimento:

**Tabela 12 – Quantidade de sócios e formato institucional dos EES**

<b>Nome do grupo</b>	<b>Quantidade de sócios</b>	<b>Forma Jurídica</b>	<b>Caracterização</b>
<b>Grupo 1 (Pequeno Porte) até 9 sócios</b>			
EES A	oito	Grupo Informal	Democracia Média
EES B	seis	Grupo Informal	Democracia Média
EES C	nove	Associação	Democracia Forte
<b>Grupo 2 (Médio Porte) 10 a 29 sócios</b>			
EES D	treze	Associação	Democracia Fraca
EES E	quatorze	Associação	Democracia Fraca
EES F	vinte e sete	Associação	Democracia Forte
<b>Grupo 3 (Grande Porte) mais de 30 sócios</b>			
EES G	trinta e dois	Cooperativa	Democracia Fraca
EES H	trinta e cinco	Associação	Democracia Fraca
EES I	cento e dezesseis	Cooperativa	Democracia Fraca

Por meio dos discursos dos trabalhadores, ficou claro que o tamanho do empreendimento é proporcional ao distanciamento entre os gestores e os executores no ambiente de trabalho. Consecutivamente, a caracterização pode ser confirmada pelo fato de que enquanto todos os EES de pequeno porte analisados possuem formas de democracia média e forte, todos os EES de maior porte possuem formas de democracia fraca, demonstrando uma correlação entre o tamanho do empreendimento e grau de democracia. Contudo, análises com mais casos seriam necessários para fortalecer essa conclusão.

De modo geral, os partidários de uma democracia forte afirmam que o tamanho da estrutura na qual ocorre a prática democrática deva ser relativizada, uma vez que não é tamanho, mas sim as oportunidades de participação que são relevantes. Nos EES pesquisados notamos que o tamanho conjugado com a falta de oportunidades de participação contribui para uma apatia dos trabalhadores. Demonstramos tal postura com o depoimento do presidente da cooperativa G e enfatizamos que os depoimentos dos trabalhadores das cooperativas de grande porte caminharam todos nesse sentido: “se tu chegar lá e perguntar têm muitos que vão dizer que não gostam de participar. O negócio deles é trabalhar. Trabalhar

é com eles. Então isso é o mais solidário que tem. Se o cara que fazer só aquilo, que faça. Não adianta, não tem como mudar...” (Entrevista D.N).

Por outro lado, os EES de pequeno porte tendem a configurar relações de maior proximidade no ambiente de trabalho, seja entre líderes e trabalhadores, seja trabalhadores/trabalhadores. De acordo com os depoimentos coletados, as trocas e os contatos são mais profundos e significativos possibilitando o reconhecimento mais perceptível das demandas individuais e das demandas coletivas construídas pelo empreendimento. Essa proximidade estabelecida vai de encontro ao que Young (2000, p. 53) chama de *reconhecimento público* onde um indivíduo partilha determinados elementos subjetivos com o outro, aprofundando o que Barber (2003, p.178) chama de *conversa democrática forte*. Esse reconhecimento teorizado por Young e Barber se refere aos momentos da comunicação diária – interação – onde as pessoas conhecem as particularidades umas das outras e assumem os riscos de uma relação de confiança para manter uma discussão ética e responsável para com o outro. Segundo os autores, esses fatores garantem relações discursivas de respeito e igualdade entre os participantes de determinado coletivo. Sem tais momentos de reconhecimento e respeito mútuo, um debate coletivo pode facilmente gerar conflitos explícitos facilitando assim a *exclusão interna* (YOUNG, 2000), onde alguns não possuem oportunidades para influenciar o pensamento dos outros no processo de decisão coletiva.

Ao mesmo tempo, podemos inferir que a institucionalização por meio do associativismo ou cooperativismo não necessariamente afeta os graus de democracia nos empreendimentos. Embora a formalização dos empreendimentos<sup>62</sup> obrigue a instituição de formas democráticas de participação nos estatutos, ao olharmos de perto, em nível micro, as diretrizes propostas parecem não se efetivar, pois às vezes servem apenas como demonstração institucional para um funcionamento aparente. Assim conselhos fiscais, conselhos de ética, secretários, tesoureiros são cargos formais que muitas vezes não funcionam, como podemos notar na afirmação do vice-presidente da associação D: “o conselho fiscal ta meio devagar porque algumas pessoas que eram do conselho fiscal eram meio voluntárias e não quiseram se envolver muito. Eles fazem a parte deles, mas não tem aquele embate assim...” (Entrevista A.S). Apesar de estarem fixados na lei brasileira que regula o cooperativismo esses

---

<sup>62</sup> As associações formalizam as formas de participação pelo seu estatuto registrado em cartório e regido pela lei nº9.790 de 23 de março de 1999, enquanto as cooperativas pela lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Nessa lei são postas as prerrogativas mínimas para que uma cooperativa seja considerada como tal de modo que seu estatuto possa conter mais formas de participação.

componentes normalmente não saem da formalidade para a operacionalização, contudo, podemos visualizar que as oportunidades para que os trabalhadores possam participar estão abertas, como na fala seguinte:

“Tem um rapaz novo do conselho fiscal que tá estudando e trabalha lá dentro e aonde tiver que ir ele vai. Agora ele trabalha na parte de despacho e ta sempre meio ligado com o pessoal das vendas. Então começa a ver e olhar outras coisas que o pessoal lá dentro nem se importa em saber, se tu ganha dez e paga oito ou coisa assim. São poucos. E isso eu acredito que quase toda cooperativa deve funcionar assim, sempre tem aqueles que levam um pouquinho mais a sério, mas tem aqueles outros que levam como se fossem um empregado comum” (Entrevista com D.N).

Concluimos, portanto, que o tamanho da organização influencia diretamente o grau de democracia nos empreendimentos. Por outro lado, a formalização dos mesmos, que parece relacionar-se com o aumento do tamanho, não nos possibilita realizar nenhuma inferência com firmeza. Concordamos com Barber (2003) quando esse afirma que o problema para o estabelecimento de uma democracia forte não é somente o tamanho, mas também deve ser levada em conta a comunicação entre aqueles que participam das tomadas de decisão. Fica claro que, se a direção de um determinado empreendimento somente socializa as questões dos empreendimentos de 1 em 1 ano, ou de 4 em 4 meses, os trabalhadores ficarão alheados das questões que lhe dizem respeito, facilitando a instauração de um ambiente de acomodação. Também devemos levar em consideração que o modelo vigente em nossa sociedade é a democracia representativa que tende a se reproduzir nas demais esferas da vida social, como no caso aqui analisado. Tal modelo tende a ser defendido tendo em vista à eficiência no processo de tomada de decisões, ponto a ser analisado a seguir.

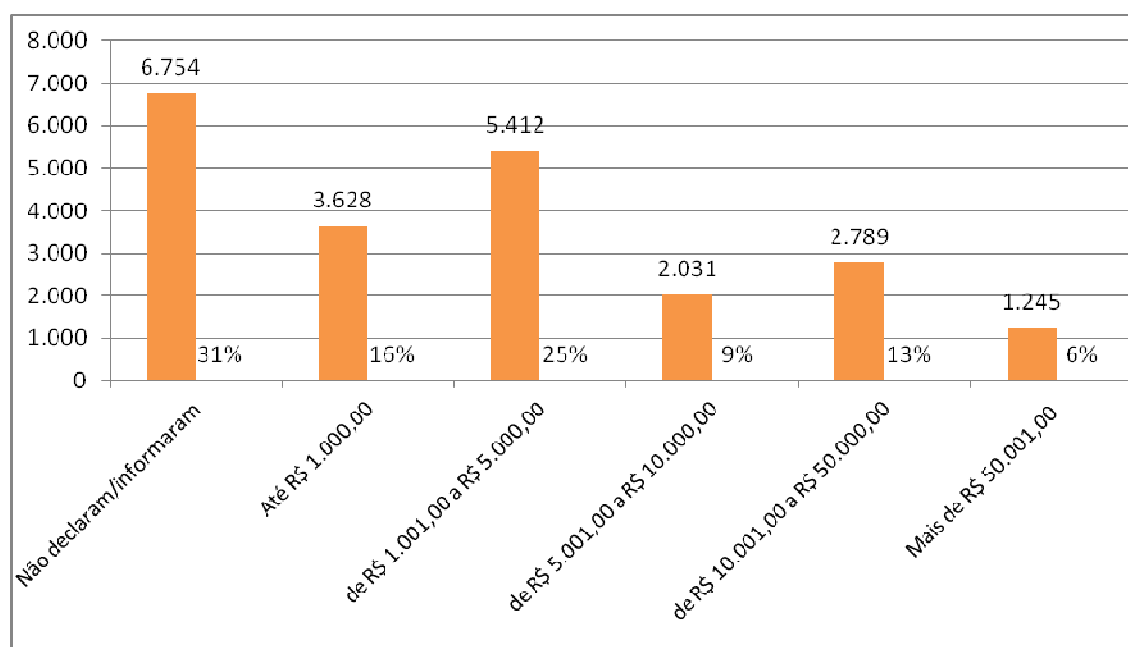
### 3.9.3. EFICIÊNCIA ECONÔMICA

Da mesma forma que o próprio tamanho democrático gera controvérsias por parte de uma diversidade de teóricos, a eficiência das tomadas de decisões em uma democracia também, de modo que o problema pode ser posto da seguinte forma: se com o aumento da participação e o fortalecimento da democracia não iremos perder em eficiência e rapidez nas tomadas de decisões? Tal pergunta pode ser reformulada para o caso aqui estudado da seguinte forma: na medida em que um empreendimento de economia solidária vai galgando

mercados e ampliando sua receita e sua lucratividade, os pressupostos democráticos e participativos são deixados de lado em prol da eficiência econômica?

Nesse sentido, como já demonstramos no capítulo 2, também acontece um debate sobre o papel que a eficiência econômica deve ter na economia solidária. Alguns teóricos argumentam que essas experiências necessitam ter um êxito econômico significativo para sobreviver e, consecutivamente, inserir-se no mercado de maneira competitiva. Essa inserção no mercado, para esses autores, é compatível com os pressupostos associativos e cooperativos. Outros afirmam que uma vez atingido determinados objetivos econômicos esses empreendimentos inserem-se no mercado e deixam de lado os pressupostos democráticos em prol da eficiência e da rapidez nas tomadas de decisões. Por este viés, defendem que a lucratividade é incompatível com essa “nova forma” de se fazer economia. Sem desejarmos marcar posição nesse debate, nos interessa, sobretudo, verificar como, na prática dos EES, os princípios de eficiência econômica relacionam-se com os de democracia. Assim, trazemos os dados da Base Sies, para que possamos situar melhor a economia solidária em relação aos seus pressupostos econômicos:

**GRÁFICO 5 – Faturamento Mensal dos EES**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações da base SIES.

Por meio desse gráfico podemos inferir que grande parte dos EES atinge objetivos econômicos mínimos que se traduzem na possibilidade de remunerar os trabalhadores de maneira digna. Ao mesmo tempo em que 31% deles não declaram o faturamento ou

informaram não faturar nada mensalmente, 28% dos empreendimentos possuem um faturamento mensal acima de R\$ 5.000,01 enquanto os demais, 41%, se situam em uma zona intermediária na qual faturam rendimentos de até R\$ 5.000,00. Esses dados demonstram que os EES têm apresentado um crescimento econômico relativo – porque esses dados necessitam ser cruzados com o tempo de constituição e o número de associados, por exemplo, para que possamos ter uma idéia das realizações econômicas dessas empresas para além de todas as suas dificuldades<sup>63</sup>. Contudo, podemos cruzar esses dados com os próprios empreendimentos que pesquisamos, uma vez que nos foi disponibilizado os faturamentos médios mensais:

**TABELA 13 – Rendimento Mensal dos EES**

<b>Nome do</b>	<b>Quantidade de</b>	<b>Receita</b>	<b>Caracterização</b>
<b>Grupo 1 (Pequeno Porte) até 9 sócios</b>			
EES A	oito	R\$ 1.600,00	Democracia Média
EES B	seis	R\$ 7/8.000,00	Democracia Média
EES C	nove	R\$ 2.700,00	Democracia Forte
<b>Grupo 2 (Médio Porte) 10 a 29 sócios</b>			
EES D	treze	R\$ 6/8.000,00	Democracia Fraca
EES E	quatorze	R\$ 10.000,00	Democracia Fraca
EES F	vinte e sete	R\$ 15.000,00	Democracia Forte
<b>Grupo 3 (Grande Porte) mais de 30 sócios</b>			
EES G	trinta e dois	R\$ 150.000,00	Democracia Fraca
EES H	trinta e cinco	Sem Base	Democracia Fraca
EES I	cento e dezesseis	R\$ 65.000,00	Democracia Fraca

Através dos dados obtidos junto aos EES, podemos inferir que há uma relação entre o tamanho do empreendimento, o faturamento mensal e a caracterização democrática. Ou seja, quanto maior o empreendimento em número de associados maior é o seu faturamento e, consecutivamente, estabelecem formas de democracia fraca, representativas. Por outro lado, quanto menor o empreendimento, menor é o faturamento e maior o grau de democracia, posto que estabelecem formas de democracia média e forte. O segundo grupo acompanha a tendência de aumento de recursos com o tamanho, no entanto o empreendimento F, democrático forte, destoa da tendência observada, o que impõe uma relativização tanto do tamanho do empreendimento, quanto da renda mensal.

<sup>63</sup> Segundo Gaiger (2008, p.4) “Os dados do primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil, bem como pesquisas qualitativas anteriores (Gaiger, 1994; Gaiger et al., 1999) não deixam dúvidas quanto às fragilidades econômicas mais comuns dos empreendimentos: falta de experiência nos negócios; desconhecimento dos mercados; oferta de produtos e serviços expostos à grande concorrência e sem contarem a seu favor com maior agregação de valor; ausência de estudos de viabilidade; dependência de instituições de apoio, etc.”

Esses dados tendem a reforçar a hipótese de que esses empreendimentos possuem dificuldades em lidar simultaneamente com a eficiência econômica e a democracia, como ressalta Paul Singer (2006, p. 20) “Há um truísmo que diz que as cooperativas que vão mal fecham, as que vão bem deixam de ser cooperativas. Como generalização é falso, mas tem um fundo de verdade”. Seja por conta de lideranças que tomam a dianteira do processo ou pela baixa participação e conhecimento dos trabalhadores em gerir, ou autogerir, uma empresa Gaiger (2008, p.61) aponta com precisão que

“o nó górdico de muitos empreendimentos de economia solidária não reside no fato de que antes os seus integrantes estivessem inteiramente despojados de experiência econômica e de saberes, mas sim no fato de que tais ativos em geral não servem adequadamente para atender aos requisitos de um empreendimento associativo e cooperativo, caracterizado por relações de equidade entre seus membros.”

#### 3.9.4. INFLUÊNCIA DO TEMPO DE CONSTITUIÇÃO

Para os teóricos da democracia, o tempo também se constitui em uma variável importante tanto para o aperfeiçoamento e consolidação das instituições, dos direitos e das liberdades (Dahl, 2001) quanto para a análise política e seus métodos (Pierson, 2004). Segundo esses teóricos, as instituições tendem a tornarem-se mais fortes e confiáveis e a prática democrática tende a melhorar gradualmente à medida que o tempo passa. Por outro lado, no campo da economia solidária e da democracia econômica, autores como Pateman (1970) e Holzmann (2000) tendem a creditar ao tempo aspectos negativos na prática participativa de cooperativas e associações. Segundo as pesquisas empíricas desses autores, os grupos apresentam níveis altos de participação no início da constituição da cooperativa que, gradualmente, diminuem, terminando, enfim, por alguns trabalhadores dominarem os processos, como fica claro na argumentação de Holzmann (2000, p.56):

“após a fase inicial de implantação das cooperativas, quando houve um total envolvimento em todos os assuntos relacionados ao seu funcionamento, houve um refluxo do que foi denominado posteriormente ‘síndrome de participação’ e uma separação entre os que pensavam/decidiam e os que executavam foi recolocada.”

Guy Bajoit (2006) ao refletir sobre os formatos dos laços firmados em ações coletivas e sua relação com o tempo, objetivou responder a seguinte pergunta: por que os indivíduos não são, o tempo todo, free riders?. Dentre as muitas conceituações empreendidas pelo

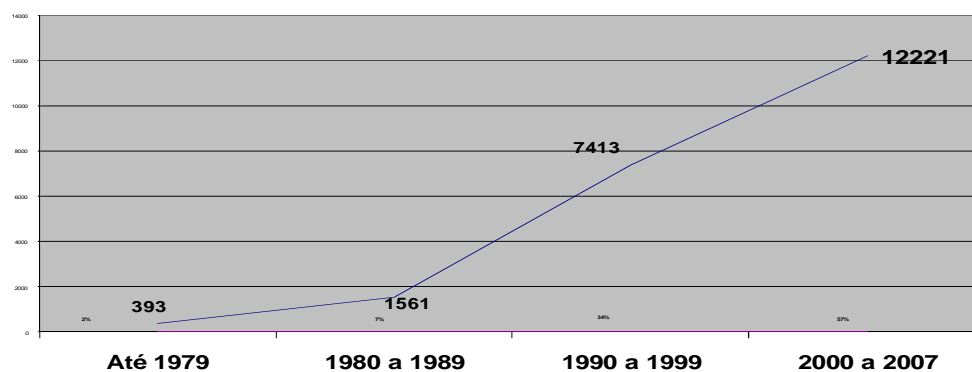
teórico, achamos pertinentes para esse trabalho, especificamente duas delas, que se baseiam em lógicas de consenso, contrárias as lógicas de dissenso e conflito. Tais lógicas de ação coletiva emergem da necessidade de cooperação para a obtenção simultânea de resultados individuais e coletivos. Assim, os laços de solidariedade afetiva ocorrem quando “cada um da aos outros e tem necessidade deles para realizar sua identidade pessoal” (2006, p.242), enquanto os laços de solidariedade contratual surgem quando “os indivíduos dão-se coisas muito mais avaliáveis objetivamente” (2006, p.242). Essas duas lógicas surgem basicamente de uma necessidade inicial de cooperação por parte dos indivíduos no trabalho associativo. Complementando tal raciocínio, para Paul Pierson (2004) os atores que conseguem situar-se em uma posição de influência inicial nos laços de solidariedade e conseguem se consolidar nessa posição, são os que mobilizaram seus recursos políticos para aumentar suas vantagens sobre possíveis competidores.

Vários são os exemplos da assertiva acima que podemos tirar do nosso material empírico<sup>64</sup>. Verificamos que grande parte dos empreendimentos surge da necessidade coletiva de enfrentar problemas de desemprego. Diante desses laços de solidariedade contratual, advindos de trocas objetivas, alguns atores posicionam-se como porta-vozes do coletivo, de modo que esses fundadores situam-se como lideranças por um longo tempo dentro da empresa devido a sua posição inicial de influência. No entanto, também é comum que algumas dessas lideranças fundadoras saiam dos grupos, por motivos diversos, abrindo caminho para outras lideranças emergirem.

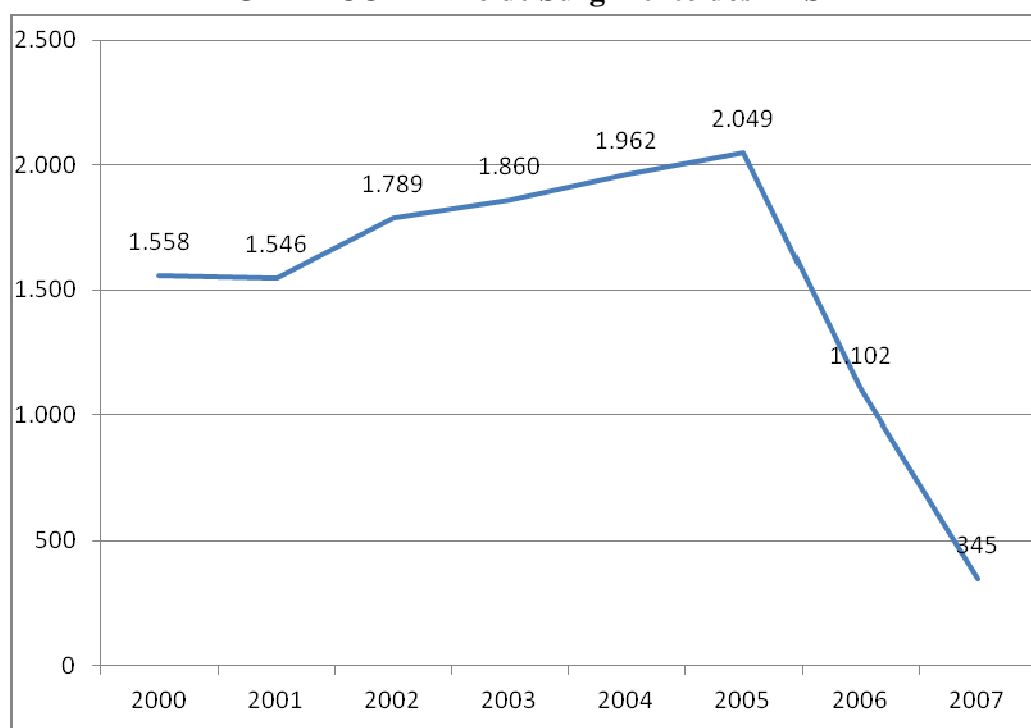
Dadas essas problemáticas, inicialmente mostraremos o surgimento da economia solidária ao longo do tempo no Brasil. Através do gráfico 6 podemos notar que o cooperativismo e o associativismo no Brasil começam a se desenvolver significativamente a partir do início da década de 1990. A partir de então verificamos um crescimento expressivo com o início do ano 2000 até 2005 quando começa a apresentar um decréscimo visualizado pelo gráfico 7:

---

<sup>64</sup> Como o exemplo do EES I, já abordado nesse trabalho. Pg.25

**GRÁFICO 6 - Expansão da Economia Solidária no Brasil**

Fonte: Site do Ministério do Trabalho e Emprego.

**GRÁFICO 7 - Ano de Surgimento dos EES**

Fonte: Dados retirados do site do Ministério do Trabalho e Emprego.

Nesse sentido, para termos uma avaliação mais profunda de como a variável tempo interfere na prática democrática dos EES é necessário olharmos para o nível micro e captar algumas especificidades dessa relação. Para isso trazemos os seguintes dados:

**TABELA 14 – Relação entre as diferentes variáveis**

Nome do grupo	Nº de sócios	Ano de formação	Forma Jurídica	Faturamento Mensal	Caracterização
EES I	116	<b>1998</b>	Cooperativa	R\$ 65.000,00	Fraca
EES G	32	<b>2001</b>	Cooperativa	R\$ 150.000,00	Fraca
EES E	14	<b>2004</b>	Associação	R\$ 10.000,00	Fraca



EES H	35	<b>2005</b>	Associação	Sem Base	<b>Fraca</b>
EES A	8	<b>2005</b>	G. Informal	R\$ 1.600,00	<b>Média</b>
EES F	27	<b>2006</b>	Associação	R\$ 15.000,00	<b>Forte</b>
EES C	9	<b>2007</b>	Associação	R\$ 2.700,00	<b>Forte</b>
EES B	6	<b>2008</b>	G. Informal	R\$ 7/8.000,00	<b>Média</b>
EES D	13	<b>2009</b>	Associação	R\$ 6/8.000,00	<b>Fraca</b>

De acordo com a tabela acima, ao relacionarmos o tempo de constituição dos EES com sua caracterização democrática, a nossa pesquisa empírica tende a confirmar as constatações de Pateman e Holzmann. Isso porque quatro, dos cinco empreendimentos que apresentam características de democracia fraca foram fundados até 2005, configurando-se assim como os mais antigos. Por outro lado, dos cinco empreendimentos mais novos cujo surgimento remonta desde o ano de 2005 até o ano de 2009, dois deles apresentam formas de democracia média e dois apresentam democracias fortes, somente um deles estando entre os fracos.

Portanto, concluímos que o tempo também se configura como uma variável significativa para o retrocesso da participação e o enfraquecimento da democracia no local de trabalho. Embora a antiguidade do EES seja relacionada com a baixa participação, considerando-se o engessamento de lideranças e apatia dos trabalhadores, ressaltamos que essas diferenças temporais apresentadas são mínimas e cabe relativizá-las, já que o número de amostras para a comprovação dessa hipótese necessita ser mais significativa.

## CONCLUSÃO

---

Procuramos, nesse trabalho, conjugar os esforços na direção de uma pesquisa teórico-empírica, tendo em vista a dependência mútua de ambas às formas de investigação. Negamos, portanto, uma realização exclusivamente teórica ou exclusivamente empírica e objetivamos uma pesquisa de fôlego que combinasse as duas formas de análise. Salientamos que nessa complexa empreitada também encontramos dificuldade em atingir todos os objetivos propostos, seja na pesquisa bibliográfica realizada, seja na coleta de dados e, acima de tudo, no estabelecimento de conexões que entre os dois âmbitos de análise. Sem sombra de dúvidas, como ressaltamos ao longo do trabalho, compreendemos que esse trabalho deixa uma grande quantidade de lacunas que podem ser completadas por estudos futuros.

É por este viés que primeiro tentamos abordar a democracia em seu âmbito econômico, no ambiente de trabalho, a partir dos questionamentos estabelecidos na teoria para, em um segundo momento, verificar os possíveis avanços que poderíamos realizar com os dados disponíveis. Entendemos, com o desenvolvimento do trabalho, que esse movimento, da teoria para a empiria, não é unidirecional, mas dialético, e deve ser constante ao longo da pesquisa. Inclusive, não se encerra com os esforços finalizados, dada a complexidade das relações estabelecidas no domínio do social.

No primeiro capítulo, portanto, trouxemos diferentes concepções da democracia no ambiente de trabalho procurando encontrar algo que ligasse e desse inteligibilidade a essa trajetória de pensamento dentre suas inúmeras vertentes. Embora tal conceituação, que preferimos ao uso de democracia econômica, situada em um âmbito maior de análise, esteja presente em nosso texto, ficou nítida a visualização de que durante o século XIX e XX, utilizavam-se outras formas de compreender e divulgar tais propostas.

Com os socialistas utópicos do século XIX, percebemos uma preocupação crescente com os males advindos da incipiente mecanização do trabalho e, consecutivamente, do usufruto da mão-de-obra insalubre no ambiente fabril. Da crítica ao capitalismo industrial, idealizavam uma futura sociedade onde haveria uma harmonia entre classes dirigentes e dirigidas sem qualquer tipo de conflito. É importante frisarmos que os debates travados

durante o século XIX já trouxeram a tônica dos pensamentos posteriores, descartando, é claro as diferenças contextuais.

Dentro desse contexto inicial, destacamos os pensamentos de Robert Owen e Proudhon<sup>65</sup>, que acreditavam, de modo geral, que uma socialização gradual dos meios de produção nas firmas privadas poderia acabar com o individualismo crescente e com a divisão do trabalho, responsável pela alienação dos indivíduos em sociedade. Na concepção de empresa cooperativa de ambos não deveria haver representação de nenhuma maneira, somente a intervenção direta dos trabalhadores, em uma espécie de autogoverno, que minimizaria os traços autoritários dentro das instituições laborais através de uma crença na transformação orgânica da sociedade. Essas reflexões retiramos alguns questionamentos: em primeiro lugar, o sistema cooperativo, por si só, seria capaz de alterar as estruturas da sociedade? E até que ponto as estruturas cooperativas funcionariam de acordo com princípios de democracia direta em uma sociedade competitiva e hierarquizada que exige resultados imediatos?

A principal resposta a tais perguntas veio ainda no século XIX, quando Marx considerou ingênua a visão do cooperativismo feita pelos socialistas utópicos cuja crença residia em uma transformação gradual da sociedade capitalista por meio das cooperativas. Sobre este ponto, Marx possuía dúvidas quanto à democracia no local de trabalho, mas não negava os benefícios que as cooperativas traziam para os trabalhadores de modo que as considerava como elementos de uma nova estrutura social em gestação. Nesse sentido, em seu pensamento não há um exame e uma reflexão pormenorizada sobre as cooperativas, mas, uma reflexão sobre a força que estas possuíam para emancipação da classe trabalhadora. Afirmava que o cooperativismo não conseguiria derrotar monopólios, e que só a classe trabalhadora conquistando o poder político poderia mudar a situação de cooperativas democráticas isoladas.

Esse debate sobre as possibilidades da democracia no local de trabalho continuou dentro das correntes de esquerda com início do século XX, basicamente através de dois principais formuladores da teoria dos conselhos operários: Antonio Gramsci e Anton Pannekoek. O primeiro apontava para instrumentos de autogoverno operário, inspirados numa visão idealizada dos soviets russos e baseados em um sistema democrático de consenso e de

---

<sup>65</sup> Neste ponto não entramos nas diferenças qualitativas de ambos teóricos, somente em suas convergências.

representação direta das oficinas, superando os limites tradicionais do sindicato. Esse novo tipo de organização revolucionária deve se unir estreitamente à consciência da massa operária ao mesmo tempo em que interage com equilíbrio entre sindicatos, conselhos e partidos. Tal visão o afasta de conselhistas radicais, como Anton Pannekoek que negava a possibilidade de articulação entre os conselhos operários e qualquer estrutura verticalmente dirigida, como os sindicatos e os partidos. Nesses conselhos operários autônomos, não haveria lugar para os dirigentes profissionais, mas somente delegados que levariam os interesses dos trabalhadores as instancias superiores de decisão, e seriam, segundo Pannekoek, uma “correia de transmissão”.

Com a segunda guerra mundial e a ascensão do nazi-fascismo ocorreu a crise do movimento operário e, por conseguinte, do comunismo conselhistas que sobreviveu marginalmente na sociedade capitalista, através de publicações, coletivos e da influência nas mais variadas correntes políticas que buscavam apresentar uma alternativa à social-democracia e ao bolchevismo. Foi somente a partir dos anos cinquenta e sessenta que se operou uma retomada do debate sobre a intervenção operária na produção, aparecendo sob a égide do termo autogestão, para caracterizar a experiência iugoslava. Antes de 1968, o termo autogestão era usado por pensadores como Castoriadis e Chauvey, entre outros, para designar uma espécie de democracia industrial, ou seja, autogestão a partir da fábrica. Com o advento dos movimentos sociais de 1968 o conceito foi remodelado para atender diferentes demandas da sociedade que não só a do operário e da empresa. A partir de então foi ressignificado para um tipo de autogestão política, alargando suas propostas e adentrando nas organizações da sociedade civil francesa como sindicatos (*Confédération française démocratique du travail*) e partidos políticos de esquerda (*Partido Socialista Unificado* e *Partido Socialista*). Essa tentativa utópica autogestionária, após tentar se difundir em uma realidade plural pós-68, foi descartada com a chegada da década de 1980, caindo em desuso devido à preferência em se discutir aspectos formais da democracia.

Além dos teóricos autogestionários, destacam-se, na segunda metade do século XX, duas obras publicadas por cientistas políticos sobre a democracia econômica, a saber: o livro *Participação e Teoria Democrática* de Carole Pateman, em 1970 e a obra de Robert Dahl, *Um Prefácio à Democracia Econômica*, de 1985. No livro de Pateman a democracia econômica aparece como um dos grandes temas da teoria participativa na medida em que pode reivindicar a possibilidade de reproduzir o modelo de participação direta no contexto de uma

indústria de larga escala. Por outro lado, Robert Dahl, pondera que a participação no ambiente de trabalho sofreria de todas as debilidades da democracia direta em uma escala excessivamente grande, reproduzindo seu argumento sobre a democracia direta/participativa e o problema das escalas. Segundo o autor, não se pode esperar que as estruturas administrativas no local de trabalho satisfaçam os critérios do processo democrático em grau nem muito pior, nem muito melhor do que as estruturas democráticas no governo do estado. Assim sendo, um governo representativo teria que ser criado nas empresas para que estas fossem governáveis. Contudo, Dahl não questiona até que ponto esta representação poderia se tornar novamente um despotismo eletivo na esfera econômica como possuímos atualmente na esfera política.

Em um escrito do final do século XX, Held (1996) aponta para uma diversidade de questões deixadas em aberto pelos teóricos que pensaram a democratização do local de trabalho: Seria possível dissolver grandes conglomerados industriais em pequenas empresas para que estas possuam um grau de democracia elevado? Como ficaria a questão do controle e da eficiência em grandes empresas, uma vez que o mercado exige respostas rápidas e criativas dos empresários? Como seria a relação destas empresas com as estruturas competitivas e predatórias do mercado? E como seria a relação deste mercado com as esferas políticas mais amplas, como as nacionais? Qual seria a relação destas empresas e deste tipo de sociedade em uma ambiente internacional plural? E para finalizar, como seria efetuada a transição para um sistema desse tipo? Sem ousar responder a todas essas perguntas, podemos afirmar que são pontos que ainda se postulam como grandes obstáculos para a teoria da democracia participativa e, especificamente, para os teóricos que pensam a democracia econômica.

No entanto, apesar de termos esse rol de autores de importância inquestionável no pensamento político e social contemporâneo que aprimoraram gradativamente as questões em torno da democracia no local de trabalho a idéia em si não conseguiu triunfar ao longo destes dois séculos de desenvolvimento. A maioria dos autores que refletiu sobre o tema em fins do século XX, afirmou que, gradualmente, a idéia foi esquecida e deixada de lado em prol de questões procedimentais da democracia política.

No segundo capítulo dessa dissertação, observamos que o movimento da economia solidária pretende resgatar a questão da democracia na esfera econômica sendo visível que, ao redor de uma diversidade de discursos sobre o tema, há uma espécie de retomada dos debates já travados durante o século XIX e XX. Percebemos, por um lado, teóricos como Razeto,

Laville, Singer, Santos e Gaiger que expressam o embrionário caráter anti-sistêmico dessas práticas e valorizam as possibilidades de emancipação abertas. Por este viés, adotam a perspectiva desenvolvida por Owen e Proudhon, por exemplo. No outro lado, temos autores como Coraggio, Quijano e França Filho que apontam com ceticismo para estas alternativas de produção, sugerindo uma cautela necessária antes de difundi-las como práticas anticapitalistas. Tais autores alinham-se mais a perspectiva de um marxismo ortodoxo. Contudo, é imprescindível afirmarmos que a teorização dos autores ultrapassa essa singela distinção, merecendo uma separação mais apurada.

Além de situarmos o debate em que a economia solidária está inserida, no segundo capítulo também empreendemos um esforço para captar sua inserção como uma política pública nacional. Para tanto, foi necessário compreender a ampliação da participação da sociedade civil no Brasil a partir de três principais momentos. O primeiro na década de 1970 em que diversas organizações surgiram baseadas na luta pelos direitos políticos contra a ditadura militar. Um segundo momento no início da década de 1980, quando houve uma gradativa tendência à institucionalização e ampliação de associações, instituições e ONG'S. Um terceiro momento ocorreu a partir da metade da década de 1990, quando houve uma rearticulação dos movimentos sociais urbanos que foram incorporados pelas ONG'S e, junto com outras fundações e organizações do Terceiro Setor, tomaram a dianteira do movimento popular.

Diante desse amplo contexto descrito, mas problematizando sua linearidade com o exemplo da economia solidária, tentamos mapear o caminho que as organizações de economia solidária, traçaram junto com a consolidação democrática brasileira até 2003, ano da institucionalização do movimento como política pública através da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Percebemos, em uma primeira fase durante a primeira metade da década de 1990, a forte presença de movimentos sociais, com o MST e a própria ANTEAG, junto de organismos da Igreja CÁRITAS. Seu desdobramento já em meados de 1990 levou a demanda para organismos internacionais – OIT, CEPAL, AIC –, para administrações municipais – Porto Alegre, Recife, Santo André, São Paulo e Belém – e para redes de movimentos sociais – RBSES, FSM e FBES -. Ao longo desse processo destacamos também a forte presença de intelectuais ativistas que, por meio de publicações, divulgaram e animaram o movimento. No entanto, como mostramos anteriormente, tal vitória do movimento não encontrou consenso no cenário acadêmico. Embora a maior parte da literatura

acredite que a criação da Secretaria é uma opção favorável para os estratos menos favorecidos da população, podendo até mesmo indicar os caminhos de uma “outra economia” não capitalista, outra parte da literatura, alinhada a uma esquerda mais ortodoxa, percebe a criação da SENAES como uma vitória do capital sobre o emprego formal, à medida que o Estado começa a promover ações em favor da informalidade e do auto-emprego entregando os trabalhadores a sua própria sorte.

Apesar dessas distinções, os autores referidos em sua maioria argumentam que a economia solidária introduz um componente político nas relações de trabalho. Ademais de romper com o sistema de forma gradual ou imediata, seu caráter político será sua marca distintiva, perpassando a luta contra a exclusão e a pobreza e se diferenciando, assim, da economia popular informal e da economia tradicional capitalista. O movimento da economia solidária, portanto, pretende superar a concepção de uma economia separada do corpo social e propõe a comunicação entre as diferentes esferas da vida em sociedade.

Embasados nas problematizações abordadas no primeiro e no segundo capítulo, objetivamos compreender as práticas híbridas de democracia estabelecidas nas relações sociais dos empreendimentos por meio dos conceitos de democracia fraca, média e forte, desenvolvidos por Benjamim Barber e readaptados para o caso da economia solidária. Combinando métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos, pretendemos, sobretudo, nesse trabalho acrescentar conhecimento significativo àqueles que pesquisarem sobre a participação nas diversas esferas da sociedade civil, principalmente na economia; em cooperativas e associações. Tendo em vista que a maioria dos dados encontrados no site do Ministério do Trabalho somente nos ofereceu uma visão panorâmica do fenômeno da economia solidária, foi necessária a realização de entrevistas em profundidade em nove empreendimentos de economia solidária. Acreditamos que esse esforço inicial poderá apontar os caminhos por onde pesquisas que busquem verificar a democratização de esferas não governamentais poderão perseguir.

Dentre as conclusões estabelecidas, observamos que em uma empresa considerada democrática forte os trabalhadores ao mesmo tempo em que exercem pressão informal, também participam de escolhas significativas nas arenas formais de decisão de maneira autônoma e em prol dos interesses coletivos. Por sua vez, em um EES com democracia fraca as escolhas e demandas não operam de maneira direta a partir das necessidades e interesses dos trabalhadores nas arenas formais e informais de decisão. Notamos que as decisões são

tomadas a partir do reconhecimento e do encaminhamento das necessidades por parte de uma direção que utiliza as reuniões para ratificar suas ações. Nesses EES há uma forte tendência a atomização e fragmentação dos trabalhadores, causada, muitas vezes, por determinadas coalizões formadas por motivos diversos dentro dos EES que direcionam as votações em prol de demandas específicas.

Dentro dessas características gerais, dos nove empreendimentos pesquisados, compreendemos que 5 deles - 55% - apresentam índices de democracia fraca. Dos quatro restantes, dois - 22,5 % - apresentam índices de democracia média e outros dois - 22,5% - apresenta índices relacionados a democracia forte. Portanto, constatamos nesse trabalho que como uma tendência geral, os EES replicam as práticas de democracia representativa - fraca - presentes na sociedade. Assim, o ambiente autoritário, excludente e com pouco estímulo a participação no qual estão imersos também reflete em grande parte desses grupos. Desse modo, a emergência de uma liderança forte com uma ampla distância ideológica e discursiva dos demais, acompanhada de uma baixa participação e envolvimento dos trabalhadores no que diz respeito às demandas gerais dos EES, matizam a maioria dos empreendimentos distanciando-os das práticas de autogestão proposta e divulgadas por teóricos e ativistas.

No entanto, pesa na análise o caráter embrionário<sup>66</sup>, logo, recente e em construção desse processo social, de modo que o cenário que construímos também não serve para alimentar um pessimismo generalizado em relação ao potencial da economia solidária, uma vez que uma boa parcela dos grupos - 45% - desenvolvem práticas de tomada de decisão mais democráticas entre os trabalhadores. Em níveis e estruturas diversas, os conceitos de democracia média e forte traduzem o número expressivo de práticas detentoras de lideranças fortes com coletivos também estruturados que, consecutivamente, ou exercem pressão nas lideranças ou autogestionam suas demandas específicas. Nesse ensejo, não são escassos episódios de lideranças substituídas devido à má administração ou centralização excessiva, como mostramos no terceiro capítulo. Além das caracterizações, destacamos os dois casos de democracia forte que compreendemos como exceções, na qual a participação igualitária e inclusiva é cobrada e exercida semanalmente por parte dos dirigentes e de uma equipe técnica de apoiadores. Essas práticas, ademais de uma diversidade de fatores, encurtam a distância entre os membros dirigentes e dirigidos estimulando o surgimento de uma consciência aberta para a participação por parte dos trabalhadores.

---

<sup>66</sup> O empreendimento mais antigo da cidade tem, somente, 12 anos.



Em um segundo momento, ainda dentro do terceiro capítulo, buscamos realizar um exercício analítico sobre algumas variáveis que poderiam interferir na prática democrática dos EES e que não foram utilizadas para a caracterização dos grupos, na primeira parte do capítulo. Para tanto, selecionamos quatro fatores que nos pareceram os principais: as relações das lideranças com as bases, o tempo, a eficiência econômica e o tamanho. Contudo, devido à complexidade e as limitações inerentes à análise social, bem como o caráter incipiente desse trabalho, tanto em relação à metodologia quanto em relação à problematização do objeto, compreendemos somente uma pequena parte da influência desses fatores no aprofundamento ou não da democracia nos empreendimentos. Destacamos o fato de que esse estudo não se configura, portanto, em uma conclusão geral e definitiva sobre o tema.

Assim, visualizamos alguns indivíduos dos grupos, associações e cooperativas como militantes destoantes dos demais trabalhadores, seja por sua ideologia, pelo seu conhecimento, *status*, renda, entre outros. Tais diferenciações entre lideranças e bases, que se estabelecem naturalmente e de níveis diferenciados, são de complexa apreensão e merecem uma maior atenção em estudos futuros, pois matizam os modelos das tomadas de decisão que emergem dessa prática social e influenciam decisivamente na constituição do grupo, uma vez que constroem ou facilitam o empoderamento do coletivo.

Ainda segundo os dados coletados, verificamos que o tamanho da organização e o tempo de constituição influenciam diretamente no grau de democracia dos empreendimentos, constatação não corroborada em relação à formalização dos mesmos. Contudo, concordamos com Barber (2003) quando esse afirma que o principal problema para o estabelecimento de uma democracia forte não é somente o tamanho, mas a comunicação entre aqueles que participam das tomadas de decisão. Igualmente, Singer (2006) colocará como fator determinante o interesse dos sócios que precisam realizar um esforço adicional e se preocupar com os problemas gerais da empresa. Ao mesmo tempo, acrescentamos que devemos levar em consideração a influência do modelo vigente de democracia representativa que tende a se reproduzir nas demais esferas da vida social.

No mesmo sentido, a nossa pesquisa empírica tende a confirmar as constatações de que, com o passar do tempo, a democracia nos empreendimentos tende a enfraquecer. Isso porque quatro, dos cinco empreendimentos que apresentam características de democracia fraca foram fundados até 2005, configurando-se assim como os mais antigos. Por outro lado, dos cinco empreendimentos mais novos, cujo surgimento remonta desde o ano de 2005 até o

ano de 2009, dois deles apresentam formas de democracia média e dois apresentam democracia forte, somente um deles estando entre os fracos. Portanto, concluímos que o tempo também se configura como uma variável significativa para o retrocesso da participação e o enfraquecimento da democracia no local de trabalho.

Também observamos relações entre o tamanho do empreendimento, o faturamento mensal, a forma de institucionalização e a caracterização democrática. Ou seja, há uma tendência de que quanto maior o empreendimento em número de associados, maior é o seu faturamento o que exige uma formalização e, conseqüentemente, diminui a participação gerando formas de democracia fraca. Por outro lado, quanto menor o empreendimento, menor é o faturamento e a formalização gerando mais participação e uma democracia mais enraizada. Nesse sentido, parece que por trás dessa relação também deve ser colocada a menor distancia entre os líderes e os trabalhadores em empreendimentos de pequeno porte. Em contraposição, quanto maior o empreendimento, maior tende a ser o distanciamento entre as lideranças (gestores) e os trabalhadores (produtores). Ressaltamos, sobretudo, a dificuldade de responder a pergunta que propomos e destacar qualquer uma das variáveis utilizadas como a principal, posto que não entendemos essas relações como determinísticas, mas sim como resultado das análises feitas que são histórica e geograficamente situadas.

De modo geral, entendemos que passados 24 anos de construção democrática em nosso país, as práticas que buscavam romper com o passado autoritário não se enraizaram na sociedade civil ao ponto de motivar e mobilizar a participação de amplos setores da população. Atualmente nos deparamos com um denso, complexo e diversificado tecido social que reproduz muitas das velhas formas e práticas de se fazer política no Brasil, como o clientelismo e o corporativismo (NUNES, 1997). Ao mesmo tempo, as novas possibilidades criadas no contexto democrático, contribuem de maneira tímida e incipiente para o empoderamento dos setores populares, caracterizando-se como práticas em construção, que necessitam ser aprofundadas. Essa constatação vai de encontro às considerações de Quijano (2002) que nos leva a verificar em que medida os valores do discurso sobre a economia solidária, de democracia e transformação da estrutura econômica da sociedade, se inseriram na mentalidade desses trabalhadores a ponto de ampliarem sua percepção sobre as problemáticas sociais.

Assim, pensamos que, embora não haja uma racionalidade contra-sistêmica disseminada no âmbito do associativismo, a economia solidária de fato estabelece no mínimo

relações mais justas no ambiente de trabalho, onde a possibilidade da mudança de padrões vigentes está presente. Mesmo que, como tentamos mostrar ao longo do trabalho, essa possibilidade de mudança se efetive de maneira tímida nos empreendimentos, ela é a constatação de que nessas empresas há o gérmen de relações sociais mais igualitárias. Essas relações se forjam na construção de opções coletivas que projetam atores até então excluídos da cidadania e da participação no Brasil, como protagonistas de um novo cenário político que, gradativamente, vêm ganhando visibilidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ABENDROTH, Wolfgang. **A história social do movimento trabalhista europeu**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALBORNOZ, Suzana Guerra. **Atração passional, trabalho e educação em O novo mundo industrial e societário de Charles Fourier**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2007, vol. 10, n. 1, pp. 1-19.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Princeton: Princeton UP, 1963.

ANDION, Carolina. **A Gestão no Campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios**. RAC, v. 9, n. 1, Jan./Mar. 2005: 79-101.

ANTEAG. **Autogestão: Construindo uma nova cultura das relações de trabalho**. ANTEAG, 2000.

AVRITZER, Leonardo. **Um Desenho Institucional Para o Novo Associativismo**. Lua Nova: São Paulo, n° 39, p. 149-174, 1997.

BAJOIT, Guy. **Tudo muda: proposta teórica e análise de mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BAQUERO, Marcello. **Democracia e Desigualdades na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BALL, Terence. **Aonde vai a teoria política?**. Revista de Sociologia e Política n° 23: 9-22 nov. 2004.

BARBER, Benjamin. **Strong Democracy participatory politics for a new age**. University of California Press, 2003.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A Economia Solidária como política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo, Editora Cortez, 2007.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENNETT, Stephen E. 1986. **Apathy in America: 1960-1984**. Dobbs Ferry, NY: Transnational Publisher, Inc.

BENINI, Edi Augusto. **Economia solidária, estado e sociedade civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas?**. Org & demo, 14. p.3-22. 2003.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

CADENA-ROA, Jorge; ESPINOSA, Cristina Puga. **Criterios para la evaluación del desempeño de las asociaciones**. Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales nº 193: p. 13-40, 2005.

CARDOSO, Ruth. **A Trajetória dos Movimentos Sociais**. In Evelina Dagnino, org. (1994).

CASTORIADIS, Cornelius. **Figuras De Lo Pensable: Las Encrucijadas Del Laberinto Vi**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina, 2001.

CATTANI, Antônio David. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHARBONNEAU, Daniel. **Développement du discours autogestionnaire dans la pensée sociale contemporaine en France (1960-1980)**. Tese de doutorado, University of Ottawa, 1993.

COHEN, Joshua. **Deliberação e legitimidade democrática**. In: MARQUES, Angela C. Salgueira (org.). A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2009.

CORAGGIO, José Luis (Org). **Qué es lo económico. Materiales para un debate necesario contra el fatalismo**, Ediciones CICCUS, Buenos Aires, 2009.

COSTA, Lucelia B. **Avaliação do grau de autogestão dos empreendimentos econômicos solidários: elaboração de um modelo de análise**. Tese de Doutorado, Universidade de São Carlos, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista**. In: A dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. In: Silveira, Enio (org.) et al. Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 1979, p.33-47 .

CRUZ, Gisele R. **Associativismo e Democratização da Sociedade: limites e possibilidades**. Comunicação & Política, v. 24, p. 89-114, 2007

CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da Democracia - uma introdução crítica**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2009.

DAHL, Robert A. **Um prefácio à democracia econômica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

DAHL, Robert A. **La Democracia y Sus Criticos**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001.

DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. **As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros**. Marília: Revista Org & Demo, Unesp, volume 8, p.60-80, 2007.

DALLEMAGNE, Jean-luc. **Autogestão, ou, ditadura do proletariado**. Lisboa: Sociocultur, 1977.

DAL RI, Neusa Maria ( Org.). **Economia Solidária: O desafio da democratização das relações de trabalho**. Universidade Aberta, São Paulo, 1999.

DEFOURNY, Jacques. **La larga marcha del concepto de economía social**. In: VUOTTO, Mirta (Ed.). *Economía social. Precisiones conceptuales y algunas experiencias históricas*, Buenos Aires, Universidad Nacional de General Sarmiento, Altamira and Fundación OSDE, 2003.

EASTON, David. **A Framework for Political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1965.

EID, Faria. **Descentralização do estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?**. Org & demo, v.8, p. 47-66, 2007.

FOLLIS, Massimo. Autogestão. In: BOTTOMORE, Tom (org). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre. **Traité de sociologie du travail**. Paris: Armand Colin, 1962.

FRAISSE, Laurent. *Economía solidaria y democratización de la economía*. In: LAVILLE, Jean-Louis (Org.). *Economía Social y Solidaria. Una Visión europea*. Buenos Aires: Altamira, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto et al. (Orgs.). **Ação pública e economia solidária; uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. p. 297-305.

GAIGER, Luiz et al. (Orgs.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. **A dimensão empreendedora da economia solidária: Notas para um debate necessário**. Revista Otra Economía v. II, 2008.

GALVÃO, M. N. **Cooperação e solidariedade nas relações de trabalho**. In: Dal Ri, Neusa Maria (org). **Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. p. 115-132. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

GERBER, John. **Anton Pannekoek and the Socialism of Workers' Self-Emancipation, 1873-1960**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1989.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOHN, Maria G. (2005). **O Protagonismo da Sociedade Civil. Movimentos Sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez.

GUILLERM, Alan & BOURDET, Yvon. **Autogestão: Mudança Radical**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

GUGLIANO, Alfredo. A. **Democracia, participação e deliberação**. Civitas, v. 4, n. 2, 2004.

GURZA LAVALLE, Adrian; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata. **Protagonistas na Sociedade Civil; Redes e Centralidades de Organizações Cívicas em São Paulo**. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 50, p. 465-497, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**. México: Siglo XXI, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Democracia operária**. Coimbra: Centelha, 1976.

GRAMSCI, Antonio. **El instrumento de trabajo**. LON, 1920. Disponível em: <http://www.gramsci.org.ar/>.

GRIGORYAN, Arman Arayik. **New Approaches in the Theory of Economic Democracy**. The International Journal of Applied Economics and Finance, 2007.

Haidar, Julieta. **Gramsci y los consejos de fábrica. Discusiones sobre el potencial revolucionario del sindicalismo**. Núcleo Básico de Revistas Científicas Argentinas del CONICET, N° 15, vol. XIV, 2010.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. São Paulo. Ed Loyola, 1992.

HECKERT, Sonia Maria Rocha(Org.). **Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas**. Editora UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2003.

HELD, David. **Models of democracy**. English: Published Oxford, 1996.

HESPANHA, Pedro; NAMORADO, Rui. **Os desafios da economia solidária**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, 2009.

HIRST, Paul. **A democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

HOLZMANN, Lorena. **Gestão Cooperativa: Limites e obstáculos à participação democrática**. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. Editora Contexto, São Paulo, 2000.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. **Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul**. In: GAIGER, Luiz Inácio (org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2004.

JACKSON, J. Hampden. **Marx, Proudhon e o socialismo europeu**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1963.

QUIJANO, Anibal. **Sistemas alternativos de produção?** In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. (2003). **Sobre associativismo, desigualdades e democracia.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, out., v. 18, p. 131-142.

KONDER, Leandro. **Fourier, o socialismo do prazer.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado: Para una semantica de los tiempos historicos.** 1ª. ed. Buenos Aires: Paidós, 1993.

LAVILLE, Jean-Louis (Org.). **Economía Social y Solidaria. Una Visión europea.** Buenos Aires: Altamira, 2004.

LAVILLE, Jean-Louis. **Economía Solidária: Um movimento internacional.** Revista crítica de ciencias sociais, Nº. 84, 2009 , págs. 7-47, 2009.

LEFORT, Claude. **Pensando o Político: Ensaio Sobre a Democracia, Revolução e Liberdade.** Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1991.

LEITE, Denise; NUNES, Ana K. **Avaliação participativa: constatações aprendizagens.** Contexto & Educação, v. 24, p. 147-169, 2009.

LISBOA, Armando de Melo. **Economia Solidária: Similia, similibus curentur.** 1999. Disponível em: [www.ecosol.org.br/txt/similia.doc](http://www.ecosol.org.br/txt/similia.doc)

LOCKS FILHO, Pompílio. **Tramas Conceituais: Reflexões acerca do conceito de autogestão.** Trabalho de Conclusão de Curso. São Leopoldo, Unisinos, 2009.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou Bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

MANDEL, Ernest. **Controle operário, conselhos operários, autogestão.** São Paulo: Centro De Pastoral Vergueiro, 1988.

MANSBRIDGE, Jane. **A conversação cotidiana no sistema deliberativo.** In: MARQUES, Angela C. Salgueira (org.). A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2009.

MARX, Karl. **Manifesto de lançamento da AIT.** IN: MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

MASSARI, R. **Teorias de la Autogestión.** Madrid: Zero, 1977.

MELLO, Ruth E. S. **Economia solidária: de movimento social à objeto de políticas públicas – limites e possibilidades na relação com o Estado.** CPDA/UFRRJ (Dissertação de Mestrado), 2006.



MERLO, Álvaro Roberto Crespo; LAPIS, Naira Lima. **A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho.** *Psicologia & Sociedade*, 19 (1), 61-68, 2007.

MONZÓN, José Luis. **La economía social: tercer sector de un nuevo escenario.** In: VUOTTO, Mirta (Ed.). *Economía social. Precisiones conceptuales y algunas experiencias históricas*, Buenos Aires, Universidad Nacional de General Sarmiento, Altamira and Fundación OSDE, 2003.

MOTHÉ, Daniel. **L'Autogestion goutte à goutte.** Paris: Éditions du Seuil, 1980; GURVITCH, Georges. *Extraits de l'Oeuvre. Autogestion, études, débats, documents.* Paris: Cahier no. 1, décembre, 1966.

MOTTA, Fernando P. **Burocracia e Autogestão: Proposta de Proudhon.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

NOZICK, Robert. **Anarchy, State and Utopia.** Nova York: Basic Books, 1974.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil.** Brasília/Rio de Janeiro, ENAP/ Jorge Zahar, 1997.

PAOLI, M.C. e TELLES, V.S. **Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo.** In: \_\_\_\_\_. **Cultura e Política nos movimentos sociais latino americanos: novas leituras.** Belo Horizonte: UFMG, 2000. p 103-148.

PANNEKOEK, Anton. **Os Conselhos Operários.** Coimbra, Centelha, 1976.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

PERKINS, D.D.; ZIMMERMAN, M.A. (1995). **Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings.** *American Journal of Community Psychology*. Oct. v. 23. n. 5. p.569-79.

PIERSON, Paul. **Politics in Time. History, Institutions and Social Analysis.** Princeton University Press. New Jersey, 2004.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Actuaries sobre el futuro, romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad.** Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe, 2010. Disponível em: <http://www.idhalcactuariesobrefuturo.org/site/index.php>. Acesso em: out. 2011.

POCHMANN, Marcio. **Economia solidária no brasil: possibilidades e limites.** mercado Cadernos IPEA In: *Mercado de Trabalho* – conjuntura e análise. Ano 09, Agosto de 2004.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação - as origens de nossa época.** Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda, 1980.

PRAXEDES, Sandra Faé. **Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias.** Cadernos IPEA In: *Mercado de Trabalho – conjuntura e análise*. mai. 2009.

RAZETO, Luis. **Empresas de trabajadores y economía de mercado.** Santiago: Ediciones PET, 1984.

RIQUELME, Sergio Fernández. **Sobre los orígenes de la Democracia social: Henri de Saint-Simon y Louis Blanc. Corporativismo y política social en el siglo XIX.** Anales de Historia Contemporánea, n. 25, 2009.

ROSANVALLON, Pierre. **La Autogestión.** Madrid; Editorial Fundamentos, 1979.

ROUSTANG, Guy. **Mundialización y economía solidaria.** IN: LAVILLE, Jean-Louis (Org.). *Economía Social y Solidaria. Una Visión europea.* Buenos Aires: Altamira, 2004.

SALAMON, Lester; ANHEIER, Helmut. **In search of Non Profit Sector II: The problem of classification.** Working Papers of the John Hopkins Comparative Non Profit Sector Project n 3 Baltimore The John Hopkins Institute for Policies Studies, 1992. Disponível em: <<http://www.jhu.edu/~ccss/pubs/pdf/sector2.pdf>>.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo, "Para ampliar o cânone democrático", in Santos, Boaventura de Sousa (org.), **Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa.** Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SARTORI, Giovanni. **Democratic Theory Revisited,** Chatham, Chatham House Publishers, 1987.

SARTORI, Giovanni. **Qué es la democracia?.** Buenos Aires: Taurus, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Associativismo Civil e Interculturalidade na Sociedade Global.** Revista de Educação Pública da UFMT, CUIABÁ, v. 1, 1998.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

SECCO, Lincoln. **Cooperativas e Conselhos Operários.** São Paulo: Lutas Sociais (PUCSP), v. 9/10, p. 169-178, 2003.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** Editora Contexto, São Paulo, 2000.

SINGER, PAUL. **Economia Solidária: Possibilidades e Desafios.** 2001. Disponível em: [http://www.logolinkla.org/conteudos/documentos/PaulSinger\\_port\(1\).pdf](http://www.logolinkla.org/conteudos/documentos/PaulSinger_port(1).pdf). Acesso em: out.2011.

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

SCHNEIDER, José. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo-RS, UNISINOS, 1999.

SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização **das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios**. Cadernos IPEA In: *Mercado de Trabalho* – conjuntura e análise agosto de 2009.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana. C. **O papel do CMH na política de habitação em São Paulo**. In: CYMBALISTA, R. ET AL. *Habitação: controle social e política pública*. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.

TATAGIBA, Luciana. **Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas. O caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo – Primeiras reflexões**. *Colombia Internacional* v. 71, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. **A modernidade democrática: adeus à revolução?** . *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, nº1, p. 27-38, 1994.

TOURAINÉ, A. **Sociologie de L'Action**. Paris: Seuil, 1965.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?**. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1996.

TSUZUKI, Chushichi (Editor). **Robert Owen and the world of co-operation**. Japan: Robert Owen Association of Japan, 1992.

VERONESE, Marília. V. ; SCHOLZ, Robinson H. **O processo emergência da liderança solidária compartilhada: um estudo de casos múltiplos**. XI Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador , Universidade Federal da Bahia, 2011.

VIANA, Nildo. **O Marxismo Libertário de Anton Pannekoek**. *Revista Espaço Acadêmico*, Nº 48, Maio/2005.

VIEITEZ, Candido Giraldez e DAL RI, Neusa Maria. **Elementos da história da anteag**. *Org & Demo*, v.5,11.2, p.267-272, 2004.

YOUNG, Iris. **Inclusion and democracy**. Oxford, Oxford University Press, 2000.



5. Como ocorrem as formas de participação dos sócios nas decisões do empreendimento?
6. De modo geral, como você avalia esta participação desde a formação do empreendimento?
7. Qual a periodicidade da assembléia geral/reunião do coletivo de sócios dos empreendimentos?
8. Como são feitas as escolhas das lideranças e representações? Quais são as instâncias de direção e coordenação dos empreendimentos?
9. Há alguma rotatividade nos cargos e funções?
10. Quais são os principais empecilhos para a participação de uma maior parte dos trabalhadores na tomada de decisão?
11. Qual a duração da jornada de trabalho? Ela é mais flexível do que a de empresas privadas? De modo geral, como os demais trabalhadores lidam com esta questão?
12. Como ocorre a divisão salarial e as decisões sobre contratação, remuneração e planos de trabalho? Todos ganham a mesma quantia?
13. Os empreendimentos participam de alguma rede ou fórum de articulação ou tem alguma relação ou participa de movimentos sociais e populares? Se sim, Quais?
14. Como você avalia a contribuição do poder público para o desenvolvimento da economia solidária?
15. Qual a diferença entre trabalhar com cooperativismo/economia solidária e de maneira empresarial?